

FERNANDA BUTH

**AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO
RAMADA EM JÚLIO DE CASTILHOS, RS**

Florianópolis, SC

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fernanda Buth

**As estratégias de reprodução no Assentamento Ramada em
Júlio de Castilhos, RS**

Orientadora: Prof^a. Walquíria Krüger Corrêa

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis-SC, abril de 2005

B983e Buth, Fernanda
As estratégias de reprodução no assentamento Ramada em Julio de Castilhos, RS ; orientadora Walquíria Krüger Corrêa. – Florianópolis, 2005.
159f. : il. ; figs. , gráfs.

Dissertação – (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005.

Inclui bibliografia

1. Assentamentos humanos – Júlio de Castilhos (RS). 2. Estratégias de reprodução. 3. Famílias rurais – Organização. 4. Agricultura – Inovações tecnológicas. 5. Território. I. Corrêa, Walquíria Krüger. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU:332.021.8

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

As estratégias de reprodução no Assentamento Ramada em Júlio de Castilhos, RS

Fernanda Buth

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau de acadêmico de **Mestre em Geografia**.

Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 28/04/2005

Prof^a. Dr^a. Walquíria Krüger Corrêa (Orientadora – GCN/UFSC)

Prof. Dr. Nazareno José de Campos (Membro - GCN/UFSC)

Prof^a. Dr^a. Vera Maria Favila Miorim (Membro - UFSM)

Florianópolis - 2005

Este trabalho determina o fim de mais uma etapa na qual construíram-se relações que permitiram a evolução da pesquisa e sem as quais seria impossível realizá-la. Portanto, tenho muito a agradecer a todos que de algum modo contribuíram para sua construção.

Quero agradecer em primeira instância à Prof^a. Walquíria pela confiança que depositou em mim ao aceitar orientar esta pesquisa, assim como também agradeço pela sua amizade.

Não poderia esquecer de agradecer também ao Prof. César que me incentivou e apoiou a entrar no mestrado.

Ainda gostaria de agradecer aos professores do PPGG que me acompanharam nesta caminhada, assim como aos demais professores que contribuíram para que eu chegasse ao mestrado.

Também gostaria de agradecer aos assentados da Ramada, por me acolherem gentilmente em suas residências e por dispensarem parte de seu tempo para responder as entrevistas.

Agradeço aos assentados da Fazenda Sobrado que me receberam em suas casas e me encaminharam para o assentamento Ramada.

Sou grata ainda ao Cartório de Júlio de Castilhos e à COTRIJUC, que disponibilizaram informações e documentos para a pesquisa.

Em última instância, porém não menos importantes, quero agradecer aos meus amigos, colegas e familiares, que estiveram presentes em todos os momentos, dando-lhes um colorido especial.

*“O mais importante é saber
que cada dia é um novo começo,
uma nova oportunidade para realizar
mais do que pensávamos conseguir...
É sempre um momento de resgatar
e reescrever a nossa história,
na certeza de que a arte da vida
consiste em perceber em cada instante,
um presente precioso.”*

Autor desconhecido

RESUMO

O problema do acesso à propriedade da terra se faz presente no Brasil desde a colonização do país, sendo que se agravou pós 1964 com a implementação do modelo de desenvolvimento rural calcado na modernização tecnológica da agricultura. Neste cenário, no final da década de 1970, após a intensa repressão do período militar, ressurgiram os movimentos populares, dentre os quais destacou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST–. No processo, organizaram-se assentamentos rurais que estão se constituindo em possibilidade para os trabalhadores rurais sem-terra retornarem ao campo. A presente pesquisa enfoca a problemática dos assentamentos rurais caracterizados por pequenas unidades de produção familiar em uma área dominada pelas médias e grandes propriedades rurais. Procurou-se analisar no processo de formação do assentamento Ramada, as estratégias de (re)produção dos assentados, buscando avaliar os elementos que influenciaram/influenciam na sua organização produtiva, os reflexos espaciais e o perfil das famílias assentadas. O assentamento Ramada, objeto de estudo desta pesquisa, localiza-se no Município de Júlio de Castilhos/RS. No assentamento predomina o trabalho individual e a produção comercial de soja. Porém, os cultivos de subsistência têm importante papel, pois se constituem em uma estratégia fundamental na viabilização da unidade de produção familiar. Nas atividades criatórias destacam-se principalmente as criações destinadas à subsistência, predominando dentre estas o gado leiteiro, embora poucos invistam exclusivamente nesta produção que normalmente é associada ao cultivo da soja. A pluriatividade se manifesta na Ramada sob as formas de beneficiamento da produção, assalariamento e feiras. Observou-se que existem problemas, porém, no geral, a qualidade de vida melhorou. A Ramada promoveu um rearranjo do processo produtivo, pois foi responsável pela criação de pequenas unidades de produção plurifuncionais no espaço rural de Júlio de Castilhos. Inseriu elementos novos no espaço rural, lançando assim as bases para a mudança da sociedade a partir da reconstrução do território.

ABSTRACT

The problems of the land access are present in Brazil history since country colonization. Those problems have got worse after 1964, with introduction of a rural development model, based on technological modernization of agriculture. In consequence, on the end of 70's, after intense repression of military governments, the rural marches were revived, among them MST (Brazil's Landless Farm-workers Agreement). In that process, the rural settlements are been born, in order to come farm workers back to the countryside. This study approaches the problematic of a typical rural settlement characterized by familiar production small units in a predominant area of rural large properties. We aim to analyze it, using as case the Ramada settlement process of development, the landless farm-workers family strategies of (re)production, looking for evaluating the elements that influence/influenced their productive organization and the consequences to the geographic space, and the landless farm-workers family profile. The object of this study, Ramada settlement, is located in Julio de Castilho's town. On that settlement, it has been predominated the individual jobs and Soya commercial production. On the other hand, the subsistence cultures have important role, for they have constituted a fundamental strategy to the viability of the familiar production unit. On farming animal activities, it stands out, mainly, those which are aimed to subsistence ways, especially milky cattle, though only some of them make investments on this kind of production, normally associated to Soya plantation. In Ramada settlement, the different activities are expressed by the production processing ways, types of wages and fair organizations. It was noted by this study that they have problems, but in general their life standard has improved. Ramada has promoted a rearrangement of productive process, since it was responsible for the creation of pluri-functional production (mixed production) small units in *Júlio de Castilhos* rural mean. It has introduced new elements to the rural space, making raise the bases of a society changing by means of reconstructing the territory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais rebanhos do Município de Júlio de Castilhos/RS, no período de 1995 a 2002.	50
Tabela 2: Estabelecimentos rurais (%) e área ocupada (%) no Município de Júlio de Castilhos/RS, no ano de 1996.	52
Tabela 3: Pessoal ocupado por tamanho do estabelecimento, no Município de Júlio de Castilhos/RS, no ano de 1996.	54
Tabela 4: Órgãos responsáveis pela assistência técnica (%) segundo os assentados, e qualidade da assistência recebida (%).	109
Tabela 5: Assentados segundo sexo, faixa etária e escolaridade.	123
Tabela 6: Ramada: Tipo de casa (%), estado de conservação (%) e presença de instalação sanitária (%).	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Júlio de Castilhos no Estado do Rio Grande do Sul.	45
Figura 2: Mapa Hipsométrico do Estado do Rio Grande do Sul.	46
Figura 3: Tipologia agrária do Estado do Rio Grande do Sul.	53
Figura 4: Direção do deslocamento da luta pela terra e da criação dos assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1970 a 1997.	88
Figura 5: Vista da Sede da Ramada no primeiro ano do assentamento – Júlio de Castilhos/RS.	90
Figura 6: Hortas presentes nos lotes dos assentados – Ramada – Júlio de Castilhos/RS.	102
Figura 7: Infra-estrutura e máquinas modernas no assentamento Ramada – Júlio de Castilhos/RS.	104
Figura 8: Infra-estrutura e máquinas tradicionais no assentamento Ramada – Júlio de Castilhos/RS.	104
Figura 9: Criação de gado na Ramada – Júlio de Castilhos/RS.	106
Figura 10: Escola Estadual de Ensino Fundamental 15 de Março – Assentamento Ramada – Júlio de Castilhos/RS.	121
Figura 11: Condições habitacionais dos assentados da Ramada – Júlio de Castilhos/RS.	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da população rural e urbana do Município de Júlio de Castilhos/RS no período de 1970 a 2000.	47
Gráfico 2: Júlio de Castilhos/RS: área plantada (ha) dos principais cultivos - 1995 a 2001.	51
Gráfico 3: Júlio de Castilhos/RS: quantidade colhida (t) dos principais cultivos - 1995 a 2001.	51
Gráfico 4: Ramada: principais cultivos (%) e finalidade da produção.	98
Gráfico 5: Ramada: principais criações (%) e finalidade do rebanho.	105
Gráfico 6: Cooperativas às quais os assentados estão associados (%).	112
Gráfico 7: Ramada: Principais produtos da indústria doméstica (%) e finalidade.	114
Gráfico 8: Ramada: Pessoal ocupado em atividades agrícolas e não-agrícolas (%).	117
Gráfico 9: Renda média mensal da família antes e depois do assentamento (%).	127
Gráfico 10: Ramada: eletrodomésticos presentes nas residências (%).	131

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Roteiro de entrevista com representantes das comunidades.	147
Anexo 2: Roteiro de entrevista com assentados.	151
Anexo 3: Matrícula 7.894 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Júlio de Castilhos.	157

SIGLAS E ABREVIATURAS

BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BIRD	Banco Mundial
CAIs	Complexos Agroindustriais
CAMNPAL	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma
CCFD	Comitê Católico Contra a Fome e Desenvolvimento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFCP	Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural
CNIR	Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
COOPTEC	Cooperativa de Técnicos do MST
COPANOR	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada
COTRIJUC	Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos
CPAs	Cooperativas de Produção Agropecuárias
CPR's	Cédula de Produtor Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPK	Fertilizante químico (nitrogênio –N–, fósforo –P– e potássio –K–)
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

OIE Office International des Epizooties
OMC Organização Mundial do Comércio
PIB Produto Interno Bruto
POLAMAZÔNIA Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE
..... Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRNA Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNCR Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA Superintendência de Política Agrária
UDR União Democrática Ruralista
UPF Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

Introdução	15
1. A modernização da agricultura e a questão agrária brasileira, pós 1964	23
1.1. A questão agrária no período de 1964 a 1980	23
1.2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o ressurgimento dos movimentos sociais na década de 80	27
1.3. A transição e o domínio da ordem neo-liberal: novos e velhos problemas da questão agrária pós 1990	33
2. O município de Júlio de Castilhos – RS	39
2.1. A formação sócio-econômica	39
2.2. Espaço agrário: características recentes	44
3. Assentamentos rurais: uma categoria de análise geográfica	56
3.1. A dimensão territorial do MST	56
3.2. O assentamento e a (re)territorialização dos sem-terra	64
4. As estratégias de reprodução nos assentamentos rurais	70
4.1. Formas de organização da produção como estratégias de reprodução	70

4.2. Pluriatividade como alternativa de reprodução dos assentados	73
5. Assentamento Ramada em Júlio de Castilhos/RS: antecedentes, estratégias de reprodução e condições de vida dos assentados	79
5.1. Antecedentes dos assentados: o acampamento na Fazenda Anoni	79
5.2. Fazenda Ramada: ocupação e formação do assentamento	85
5.3. A diversidade de formas de organização da produção nos primeiros tempos	89
5.4. A organização atual da produção agropecuária: o sistema de exploração individual e as estratégias de reprodução	97
5.4.1. As atividades agrícolas	97
5.4.2. As atividades criatórias	105
5.4.3. As atividades agropecuárias e a dependência externa	108
5.4.4. As atividades não agrícolas	113
5.5. O perfil sócio-econômico das famílias assentadas	120
6. Considerações finais	135
Referências	139

Introdução

A temática desta pesquisa foi gestada a partir de trabalhos realizados em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST–, localizados nos municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Cruz Alta. Estas atividades constavam do Projeto Integrado de Trabalho com Professores e Alunos das Escolas Itinerantes do MST, desenvolvido pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria/RS em parceria com o Curso de Pedagogia da mesma instituição.

O projeto em questão visava principalmente o ensino, contudo, trabalhar o ensino em acampamentos do Movimento sem Terra exige, em primeira instância, entrar em contato com a problemática da terra no Brasil, com a questão colocada pelo MST para a sociedade.

A partir daí, passou-se a questionar o porquê da organização dos assentamentos rurais naquela região e como eles se organizam produtivamente, motivando a elaboração do presente trabalho.

O problema do acesso à propriedade da terra, chamado de questão agrária, se faz presente no Brasil desde a ocupação do país, sendo, portanto, produto das capitâneas hereditárias e das sesmarias, já tendo sido analisado por muitos estudiosos entre os quais destacam-se Guimarães (1979) e Prado Júnior (1979). Mas a questão agrária apresenta feições diferenciadas nos vários momentos da história, tendo se agravado pós 1964 com a implementação do modelo de desenvolvimento rural calcado na modernização tecnológica da agricultura.

Esse modelo conhecido como modelo euro-americano de modernização agrícola (ROMEIRO,1998) tem como base a mecanização e o uso de insumos químicos. O principal pilar da modernização agrícola foram as grandes propriedades rurais, devido aos altos custos de implementação.

Se hoje temos consolidado um modelo de estrutura fundiária altamente concentrada, é porque nunca houve por parte do Estado interesse político em realizar uma Reforma Agrária socialmente justa. Na verdade, sempre foram criados mecanismos que inviabilizaram a redistribuição da terra de forma mais eqüitativa. Graziano da Silva (1994, p.197) reforça esta questão quando afirma que [...] *os partidos políticos têm programas agrários, não têm programas de Reforma Agrária*

[...]. Portanto, o que se têm são programas de governo para solucionar problemas emergenciais, não havendo uma preocupação com a problemática social criada pela estrutura fundiária e pelo modelo de produção agrícola vigente no país. Em outras palavras, as políticas agrícolas e os programas agrários, no território nacional, sempre beneficiaram a acumulação capitalista, ficando a pequena produção relegada a um segundo plano.

Em que pese a bimodalidade estrutural do campo brasileiro, com a modernização tecnológica da agricultura, ampliou a pobreza e a exclusão social. Neste cenário, no final da década de 1970, após a intensa repressão do período militar e o agravamento dos problemas sociais no campo, ressurgiram os movimentos populares. Dentre estes destacou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST–, criado em 1985, na cidade de Cascavel, no Paraná.

O MST é hoje o maior movimento social rural no Brasil. Segundo Fernandes (2000b), é um movimento socioterritorial, que objetiva integrar indivíduos desterritorializados, que perderam os vínculos com a terra por não conseguirem se reproduzir e nem acompanhar a modernização do campo. Portanto, o Movimento Sem Terra é a expressão das contradições do modo de produção capitalista.

A ocupação de terras se tornou um dos principais elementos de diferenciação do MST em relação a outros movimentos sociais rurais. A ocupação é um mecanismo de pressão sobre os órgãos governamentais, usada para agilizar a regularização dos assentamentos. Nesta perspectiva, os acampamentos representam uma [...] *estratégia de luta para pressionar o governo brasileiro visando a implantação da Reforma Agrária* (OLIVEIRA, 1995, p.50). Ao mesmo tempo, os acampamentos consistem em importantes espaços de politização e socialização (FERNANDES, 2000b). É a partir destes espaços que os sem-terra passam a compreender sua condição de excluídos e se tornam atores ou agentes capazes de reconstruir o espaço e a sociedade.

No processo, organizam-se assentamentos rurais que estão se constituindo em possibilidade para os trabalhadores rurais sem-terra retornarem ao campo, passando assim da condição de marginalizados a produtores rurais (cidadãos) inseridos no processo produtivo. Os assentamentos rurais podem então ser entendidos, segundo Bergamasco & Norder (1996, p.07), como:

[...] a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

Considerando-se que os assentamentos estão associados à idéia de pequenas propriedades rurais, sua formação em áreas de grandes propriedades implica em mudança na distribuição da terra, além de possíveis alterações na estrutura produtiva. Apesar destas modificações há também um aumento populacional e uma dinamização da economia local. Em função disso os assentados acabam se tornando agentes importantes na vida econômica e política local. Portanto, os assentamentos afetam as relações sociais, econômicas, políticas e ambientais pré-estabelecidas¹.

Assim o local, a territorialidade e a espacialidade ganham importância no desenvolvimento da luta pela terra, pois ela transforma-se em luta por um lugar, o assentamento. O lugar é resignificado (SAUER, 2003), pois o acesso à terra caracteriza uma reterritorialização que dá novos sentidos aos lugares, materializando a recriação destes a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural. O lugar incorpora o novo especialmente no que diz respeito às técnicas, modificando as práticas sociais. Assim, os assentados constroem um novo território a partir da modificação das relações estabelecidas neste espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades.

O rearranjo do processo produtivo implica no estabelecimento de novas estratégias de reprodução, ou seja, recursos, alternativas e mecanismos que permitam a reprodução sócio-econômica da família assentada (PLEIN & SCHNEIDER, 2003). Neste contexto, entre as estratégias de reprodução se destacam, na atualidade, as Cooperativas de Produção Agropecuárias –CPAs– e a pluriatividade. As CPAs, intensamente incentivadas pelo MST, não obstante suas funções de fornecer melhores rendas aos produtores, foram criadas para

¹ As mudanças nas relações sociais, econômicas, políticas e ambientais provocadas pelos assentamentos em suas áreas vizinhas são denominadas por Leite (1998) como *'impactos locais e regionais'*. Ao se referir a impactos regionais, o autor se refere ao entorno do assentamento que sofre sua influência. Este entorno pode abranger um ou mais municípios, ou apenas parcelas de municípios.

desenvolver o trabalho coletivo e modificar o modo de produção, atendendo a premissa de construção de uma nova sociedade.

É importante salientar que a emergência de atividades não-agrícolas tem dado lugar a novas relações sociais no campo que já não permitem mais a compreensão do espaço rural enquanto um espaço essencialmente agrário. A pluriatividade tem acarretado uma recriação do meio rural, e assim como os assentamentos, tem contribuído para a construção de uma nova ruralidade (SAUER, 2003).

Entretanto, emergindo enquanto recriação de antigas práticas camponesas, a pluriatividade traz em seu bojo uma contradição: o aumento da exploração capitalista e a resistência à proletarização.

A Reforma Agrária é entendida na atualidade como uma necessidade. No entanto, ainda não há consenso sobre o modelo de Reforma Agrária ideal para o caso brasileiro em vista da pluralidade de situações no espaço agrário e, em consequência, da heterogeneidade dos clientes potenciais² desta Reforma.

Existem no Brasil três correntes de pensamento sobre a Reforma Agrária. Uma primeira corrente acredita que os problemas agrícolas estejam resolvidos, de maneira que uma Reforma é necessária apenas como uma política social de compensação. Outra corrente entende a Reforma como uma redistribuição de terras necessária ao crescimento econômico. Enquanto uma terceira defende a Reforma como política de modificação do atual modelo de desenvolvimento (ALENTEJANO, 1996).

Contudo, não tem-se a pretensão de discutir esses conceitos e qual modelo de Reforma Agrária é mais adequado para o caso brasileiro. As questões centrais a que se remete este trabalho são: (1) que fatores influenciam a organização social e produtiva dos assentados? (2) quais são suas estratégias de reprodução? (3) qual é o perfil sócio-econômico destas famílias?

Para responder essas questões elegeu-se como objeto de estudo o Assentamento Ramada, localizado no Município de Júlio de Castilhos, pertencente à Microrregião de Santiago/RS. O município em questão abriga 04 (quatro) assentamentos organizados entre os anos de 1989 e 1999, Ramada foi o primeiro assentamento criado naquela área.

² Estes possíveis beneficiários da Reforma Agrária são posseiros, filhos de pequenos produtores, parceiros, seringueiros, assalariados rurais, entre outros.

A escolha deste município justifica-se pelas mudanças recentes na dinâmica sócio-espacial, podendo ser relacionadas a organização dos assentamentos rurais. Cabe ressaltar que a economia de Júlio de Castilhos encontra-se calcada na criação para bovinocultura e, mais recentemente, no cultivo de soja e de trigo, apresentando características sócio-econômicas que configuram as áreas prioritárias para Reforma Agrária.

Júlio de Castilhos situa-se próximo a municípios como Cruz Alta e Santa Maria. Esta proximidade facilita o acesso dos assentados aos centros urbanos para aquisição de produtos e para utilização dos serviços públicos, como saúde e educação, bem como acesso ao mercado consumidor para comercialização da produção.

Já a escolha do assentamento Ramada como objeto de pesquisa se justifica por suas dimensões histórica, espacial, quantitativa e estrutural. O assentamento Ramada foi criado em 1989, estando seu processo de implementação correlacionado à ocupação da Fazenda Anoni, ocupada por integrantes do MST no Rio Grande do Sul. Ramada foi um dos primeiros assentamentos organizados neste Estado após o fim o regime militar, possuindo, portanto, uma estrutura e organização que lhe permite apresentar resultados concretos. Por outro lado, é o maior assentamento do município, tanto em dimensão quanto em número de famílias, o que o destaca como assentamento com maior influência na escala municipal, além de abrir a possibilidade de obter-se uma maior diversidade de estratégias de produção entre os assentados.

Deve-se ressaltar que considerável parcela das pesquisas sobre assentamentos, realizadas até o momento, enfoca em sua análise dados econômicos e número de desistências ou vendas de lotes, no intuito de mostrar seu sucesso ou fracasso. É ainda reduzido o número de estudos que buscam analisar as diferentes formas organizacionais, focalizando questões históricas, culturais, econômicas, sociais, políticas e estruturais³, e no que diz respeito a uma melhor qualidade de vida das famílias assentadas.

A presente pesquisa enfoca a problemática dos assentamentos rurais caracterizados por pequenas unidades de produção familiar em uma área dominada pelas médias e grandes propriedades rurais. Procurou-se analisar no processo de

³ A expressão estruturais se refere aqui à estrutura do assentamento, aos serviços a que os assentados possuem acesso, como saúde, educação, rede elétrica e de água, estradas em boas condições, entre outros.

formação do assentamento Ramada, as estratégias de (re)produção dos assentados, buscando avaliar os elementos que influenciaram/influenciam na sua organização produtiva, os reflexos espaciais e o perfil das famílias assentadas. Sob esta perspectiva, teve-se como objetivos específicos: a) resgatar os antecedentes do processo de formação do assentamento; b) identificar e analisar a organização da produção; c) verificar e analisar as estratégias de reprodução dos assentados; e d) identificar o perfil sócio-econômico dos assentados.

Para o desenvolvimento do trabalho, num primeiro momento realizou-se levantamento bibliográfico sobre o tema e a área da pesquisa empírica. Neste sentido, foram abordadas temáticas como a questão agrária brasileira, a territorialização do MST, os assentamentos rurais e suas formas de organização, e as estratégias de reprodução.

Nesta fase também efetuou-se coleta de informações para caracterizar a área de pesquisa, tomando por fonte dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE– (censo agropecuário, produção agrícola municipal e censo demográfico), da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul –FAMURS–, Cooperativa Triticola de Júlio de Castilhos –COTRIJUC– e do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca Municipal. Assim foram levantadas informações sobre a estrutura fundiária, uso da terra, produção e antecedentes históricos do assentamento. Informações estas de extrema importância para o embasamento da pesquisa.

Num segundo momento, efetuou-se o reconhecimento da área de estudo, em janeiro de 2004, necessário inclusive para o estabelecimento de um primeiro contato com os assentados, sujeitos-objeto da pesquisa, bem como para observações *'in loco'*. Deste reconhecimento, fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, resultou a escolha do assentamento Ramada como área de estudo. Por outro lado, as observações serviram de subsídio para a elaboração de um roteiro de entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas posteriormente (maio de 2004).

As entrevistas possibilitaram reconstruir os antecedentes das famílias assentadas, o processo de formação do assentamento e a organização da produção. Buscou-se através delas também obter informações sobre as estratégias de reprodução e as condições de vida dos assentados para traçar seu perfil sócio-econômico.

Como o assentamento possui três comunidades, foram realizadas entrevistas em todas para abranger diferentes situações. Determinou-se assim a aplicação de entrevistas junto a uma população que perfizesse 20% do número de famílias assentadas, considerando que dentro desta marca fosse possível notar uma repetição das informações, o que de fato ocorreu. Definido este número, optou-se por dividir o número de entrevistas da forma mais equitativa possível entre as três comunidades, uma vez que o número de famílias em cada uma delas era aproximado. Foram entrevistas assim 07 famílias na Sede do assentamento, 06 na Comunidade de São João e 06 na Comunidade de Invernadinha. As famílias a serem entrevistadas em cada comunidade foram sorteados aleatoriamente para que não ocorresse uma indução na pesquisa.

Também foram realizadas entrevistas com representantes de cada comunidade, indicados pelos próprios assentados, no intuito de abordar especificamente aspectos relativos ao histórico do acampamento e do assentamento. Buscou-se contemplar informações a respeito da infra-estrutura existente no local em momento anterior e posterior ao assentamento. Com estes informantes foram obtidos dados referentes ao desempenho do assentamento como um todo no que se refere a produção e comercialização, e a situação dos assentados em relação aos financiamentos.

Cabe ressaltar que o período de realização das entrevistas possibilitou uma convivência mais próxima aos assentados. Fomos acolhidos na residência dos assentados. Considerando-se a extensão do assentamento e sua divisão em comunidades, foi necessário pernoitar em várias residências, o que possibilitou não apenas conhecer as três comunidades, como também verificar, a partir da vivência diária, realidades diversas em cada situação.

Por fim, os dados foram tabulados, possibilitando a elaboração de gráficos, seguindo-se a análise e a interpretação das informações obtidas.

O primeiro capítulo mostra um panorama sobre a questão agrária brasileira e seu agravamento com a implantação do modelo de modernização agrícola, focando também as discussões em torno da Reforma Agrária. Assim, comentou-se sobre a elaboração do Estatuto da Terra, os interesses subjacentes, a política de modernização agrícola e os motivos que levaram à não aplicação do capítulo que tratava da Reforma Agrária. Nesse contexto, receberam destaque o (re)surgimento dos movimentos sociais no campo, a criação do I Plano Nacional de Reforma

Agrária, a implementação do Programa Nova Reforma Agrária e as perspectivas diante do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

O segundo capítulo apresenta um breve resgate do processo de formação do Município de Júlio de Castilhos, imprescindível para a compreensão das características sócio-econômicas recentes. Analisou-se a inserção da modernização agrícola no espaço em questão, sendo colocado em relevo a diminuição da bovinocultura, expansão das lavouras comerciais de soja e trigo, e redução da área usada com produção de subsistência.

O terceiro capítulo focaliza os assentamentos rurais, categoria de análise geográfica que se constitui com a formação do MST. Os assentamentos rurais, enquanto resultado da luta dos sem-terras, são responsáveis pela reterritorialização destes sujeitos ao mesmo tempo em que apontam para transformações estruturais no espaço rural, decorrentes de sua criação.

No quarto capítulo aborda-se a noção de estratégias de reprodução associada aos assentamentos rurais. Nesta parte buscou-se destacar as formas de organização da produção, enfatizando o trabalho coletivo, a exploração individual e a criação de cooperativas nos assentamentos. Focalizou-se também a expansão das práticas pluriativas nos assentamentos rurais enquanto formas alternativas de complementação da renda familiar e estratégias de reprodução dos assentados.

O quinto capítulo analisa as estratégias de reprodução e as condições de vida no assentamento Ramada. Fez-se um resgate do processo de construção do assentamento, verificando a forma de organização da produção e estratégias utilizadas pelos assentados no momento inicial do assentamento. Porém, deu-se maior enfoque à organização atual da produção agropecuária. Enfatiza-se neste sentido as estratégias de reprodução agrícolas e não-agrícolas, a dependência externa e o perfil sócio-econômico das famílias.

No capítulo seis apresenta-se um panorama geral das estratégias de reprodução da Ramada e seu fatores determinantes. Analisa-se com base nestas informações o papel dos assentamentos na reconfiguração do espaço rural, reconstruindo o território a partir do estabelecimento de novas relações sócio-espaciais.

1. A modernização da agricultura e a questão agrária brasileira, pós 1964

1.1. A questão agrária no período de 1964 a 1980

Com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização no Brasil, no final da década de 1950 e início dos anos 60, intensificaram-se os problemas sociais –desemprego e pobreza–, tanto no campo como na cidade, fruto do modelo de desenvolvimento econômico. Neste contexto, o debate sobre as reformas de base, incluindo-se aí a Reforma Agrária, passou a ganhar força. Como se sabe, havia fortes interesses internos e externos na expansão do capital urbano-industrial no país e, nesta perspectiva, a agricultura tradicional passou a ser visualizada, segundo Pinto (1995), como um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Em meio a consensos e dissensos sobre possíveis soluções para promover o desenvolvimento da economia brasileira, uma corrente de pensadores passou a defender a tese de que os problemas sociais e, conseqüentemente, a questão agrária do país, só seriam solucionados com uma reforma estrutural do campo que garantisse a modernização da agricultura.

Esta, conforme Delgado (1985), vinha se processando lentamente, pois a indústria produtora de bens para a agricultura se localizava no exterior (EUA). O Brasil dependia, portanto, de sua capacidade de exportar produtos *in natura* (café) para importar tecnologia –tratores e NPK⁴– no intuito de modernizar a agricultura.

Em oposição, para outra corrente, a solução destes problemas dependia da realização de uma ampla Reforma Agrária de cunho social que alterasse significativamente a estrutura fundiária do país.

Criou-se assim, em outubro de 1962, a Superintendência de Política Agrária – SUPRA– (Lei Delegada nº11) que previa, entre outras medidas, a realização de uma Reforma Agrária. Com o aumento da pressão dos movimentos populares, em março de 1964 o governo ordenou a desapropriação de terras para a realização de uma Reforma Agrária, solicitando ao Congresso Nacional mudanças na constituição para a viabilização desta Reforma.

⁴ Fertilizante químico constituído por nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K).

Logo em seguida, no mesmo mês, ocorreu o golpe militar, com a cassação dos mandatos e direitos políticos das lideranças progressistas (GUEDES PINTO, 1995). Iniciou-se então um período de intensa repressão a qualquer forma de organização política, em especial aos movimentos sociais e sindicais.

O governo militar, em função do compromisso assumido na assinatura da Carta de Punta Del Este, juntamente com outros países latino americanos, se comprometeu em realizar a Reforma Agrária. Contudo, a assinatura deste documento não decorreu de uma preocupação maior com a questão agrária, e sim da pressão exercida pelos Estados Unidos que, na realidade, necessitavam ampliar o mercado para a venda dos produtos industriais. A agricultura brasileira se tornou um grande alvo.

O compromisso assumido internacionalmente acabou por determinar a aprovação do Estatuto da Terra (Lei nº4.504, de 30 de novembro de 1964) logo após o golpe militar. O Estatuto apresentava, além de uma política de Reforma Agrária, também uma política voltada para a modernização da agricultura (GUEDES PINTO, 1995), por muito tempo considerada um setor retrógrado da economia.

Cabe lembrar, porém, que até então a política agrícola não abrangia o setor agropecuário como um todo. Ela era voltada especificamente para certos produtos de exportação, como o café e o cacau, e se desenvolvia através de institutos especiais criados para cada um destes produtos. Tal política apenas mediatizava os interesses dos grandes proprietários rurais e dos setores urbano-industriais. Ela se fazia necessária para a obtenção de divisas, objetivando financiar o desenvolvimento do setor industrial a partir das exportações de produtos agropecuários, além de produzir alimentos e matérias-primas para atender a demanda do mercado interno (DELGADO, 1985).

Com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural –SNCR– em 1965, ocorreu uma substancial modificação na política agrícola, pois teoricamente os financiamentos deixaram de dar suporte a produtos específicos, passando a abranger a produção agrícola como um todo. O objetivo principal, naquele momento, era a modernização do setor agropecuário, no intuito de alcançar um significativo aumento de produtividade. O crédito agrícola subsidiado constituiu-se, então, no instrumento que viabilizou o alcance da meta proposta. Gonçalves Neto (1997, p.122) faz um comentário sobre a importância do crédito para a modernização do setor agrário e assim se manifesta:

[...] a política agrícola instituída no Brasil a partir da década de 60, centrada no crédito subsidiado ao setor rural, procurará responder aos desafios criados pela necessidade de modernização da agricultura brasileira: seu objetivo é conceder à agricultura a acumulação requerida sem mexer no mecanismo dos preços, transferindo parte da mais-valia em seu poder (Estado) para o setor agrário. E a indústria – setor predominante – também mantém seu potencial acumulativo que é, até, ampliado, uma vez que o crédito subsidiado é estendido sobretudo para a compra de produtos industriais [...]

Esta política, criada para alavancar a modernização da agricultura brasileira, possibilitou, na década de 1970, a constituição dos Complexos Agroindustriais –CAIs–. Ou seja, com a intensificação da modernização tecnológica, a agricultura integrou-se à cadeia intersetorial da economia, vinculando-se à indústria a montante, produtora de bens e insumos agrícolas e, à indústria a jusante, a agroindústria processadora de produtos agropecuários. Assim, constituíram-se vários CAIs –aves, suínos, fumo e soja, entre outros–, com dinâmicas específicas.

Neste processo, a indústria passou a comandar o desenvolvimento da agricultura. O produtor rural tornou-se, segundo Guimarães (1979), um *'quase assalariado'* destas indústrias. Com a autonomia parcialmente preservada, o produtor continuou a assumir os riscos da produção, enquanto que os produtos a serem cultivados, bem como seus preços passaram a ser definidos pelas indústrias.

O referido autor ainda salienta que a instalação das indústrias a montante e a jusante da produção agrícola não ocorre concomitantemente. As indústrias situadas a montante se instalam posteriormente às indústrias processadoras, pois é necessário que primeiro se crie uma demanda de implementos agrícolas e insumos químicos, impulsionada pela necessidade de aumento da produtividade agrícola.

O promotor desta nova articulação entre a indústria e a agricultura foi o Estado. Os mecanismos criados possibilitaram, segundo Gonçalves Neto (1997), o desenvolvimento do setor industrial sem, no entanto, alterar as formas de acumulação existentes, ou seja, sem mexer na estrutura fundiária.

No que diz respeito à política de Reforma Agrária, as ações efetivas realizadas no período, pautaram-se no incentivo à colonização da região amazônica (BERGAMASCO & NORDER, 2003). Assim, foram solucionados alguns conflitos sociais no país, sendo as tensões transferidas para áreas de fronteira agrícola.

Em fins da década de 1970 Caio Prado Júnior (1979) alertava que se fazia necessária uma política ou orientação sistematizada do povoamento das regiões Norte e Centro-Oeste, a fim de evitar que ocorressem naquelas áreas os mesmos problemas de disputas fundiárias que ocorriam no Nordeste e no Centro-Sul do país.

Todavia, a colonização foi conduzida desordenadamente, transferindo-se as disputas por terra para pontos isolados. Guimarães (1979), ao comentar sobre os projetos agropecuários da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia –SUDAM–, ressalta sua incongruência, ao fixar como limite mínimo da propriedade 25.000 hectares. Para o autor, este fato não apenas representa um total redirecionamento da política agrária implementada no primeiro governo da ditadura, como comprova a adesão dos demais governos militares ao ideário das elites agrárias.

Mesmo evidenciando apenas uma transferência espacial dos conflitos sociais, a Reforma Agrária sofreu um processo de esvaziamento, até porque não era do interesse dos governos militares realizar alterações na estrutura agrária. Em contrapartida a questão agrária passou a ser entendida como um problema de eficiência (GONÇALVES NETO, 1997), o que serviu de base para a implementação do processo de modernização no campo. Apoiando-se em Alberto Passos Guimarães, Delgado (1985) denominou apropriadamente a modernização tecnológica da agricultura de conservadora, uma vez que ela não alterou o padrão de desenvolvimento rural: centrou-se na mudança estrutural da produção agrícola, sem, contudo, modificar o acesso a terra às classes menos favorecidas.

Observa-se que a modernização do campo acentuou o processo de exclusão social, considerando que somente os produtores mais aptos (latifundiários e médias empresas rurais) puderam se modernizar devido aos custos e limitações para acessar o crédito subsidiado. Além disso, ela também excluiu produtos e regiões. Houve uma concentração espacial da modernização no Centro-Sul do país, de modo que, segundo Delgado (1985, p.42) [...] *as mudanças no mercado de trabalho induzidas pela industrialização do campo fazem crescer uma massa de marginais sociais [...]*.

Com a inexistência de políticas para a efetivação da Reforma Agrária, em 1970 foram extintos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária –IBRA– e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário –INDA–. Para substituí-los, criou-se o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA–. Também neste mesmo ano foi baixado o Ato Institucional nº9 que dotava o país do instrumental jurídico necessário à desapropriação por interesse social (GUEDES PINTO, 1995).

Mesmo assim, a Reforma Agrária não se realizou. O governo federal passou a lançar programas especiais de desenvolvimento regional em substituição à Reforma. Dentre os programas criados, destaca-se, por exemplo, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia –POLAMAZÔNIA– e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste –POLONORDESTE–, implementados no ano de 1974. Desta maneira, ao final de 1979, observava-se que o Título II do Estatuto da Terra, que se referia à realização da Reforma Agrária, havia sido completamente abandonado.

1.2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o ressurgimento dos movimentos sociais na década de 80

Em meados da década de 1970, iniciou um período de enfraquecimento do regime militar, o que contribuiu para a rearticulação dos movimentos sociais do campo com o apoio das Comunidades Eclesiais e Base –CEBs– e da Comissão Pastoral da Terra –CPT–, criada em 1975.

As CEBs surgiram na década de 1960, durante o período militar, portanto, em época de intensa repressão, tornando-se o principal espaço de socialização do segmento dos trabalhadores rurais. Mantidas pela Igreja católica (FERNANDES, 1996), elas foram responsáveis pela conscientização e politização dos trabalhadores rurais.

É importante ressaltar que a participação da igreja na formação de movimentos sociais do campo não ocorreu ao acaso. Naquele período a igreja voltou suas ações para os pobres, em face da preocupação em conter o avanço dos ideais comunistas (POLI, 1999). Há que se lembrar também que a igreja era o único espaço em que os trabalhadores poderiam se reunir sem suscitar suspeitas ao regime militar.

Foi também no decorrer da década de 1960 que ocorreram os primeiros fatos que viriam a culminar na formação de um movimento social de luta pela terra. Com o fechamento da fronteira agrícola gaúcha no início da década de 1950, instalou-se no

Estado do Rio Grande do Sul uma situação paradoxal de falta de terras. As tensões aumentaram com as desapropriações para construção de hidrelétricas, dando origem ao grupo dos atingidos por barragens chamados de 'afogados'. As desapropriações para reassentamento destas famílias iniciaram na década de 1960 pelo governo do estado, porém, os afogados permaneceram anos vagando pela região aguardando seu assentamento. Durante este período de espera muitos morreram, surgindo então os 'afogadinhos', filhos dos 'afogados' (MIORIN & BEZZI, 1988).

A atuação do INCRA no estado iniciou no ano de 1969, com a desapropriação de áreas para assentamento de famílias de afogados. Entre as áreas desapropriadas pelo órgão figurava a Fazenda Anoni de 9.500ha. Conforme Miorin e Bezzi (1988), Navarro, Moraes e Menezes (1999) e Bergamasco (1999), somente 54 famílias que perderam suas terras com a construção da barragem do Passo Real foram assentadas em uma parcela desta fazenda. O assentamento foi interrompido em 1972 devido à interposição de uma série de recursos judiciais.

Dentre os diversos fatores que contribuíram para a formação do MST, merece destaque a expulsão de mais de mil produtores familiares da Reserva Indígena dos índios Kaingang, no município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul. A CPT teve papel fundamental no processo de formação daquele movimento, pois foi através dela que parte dos agricultores expulsos da reserva iniciaram o processo de conscientização quanto a sua condição de marginalização.

Assim, com o enfraquecimento do regime militar, ocorreu o segundo evento de importância fundamental à formação do Movimento Sem Terra. No ano de 1979 foram realizadas as primeiras ocupações de terra, nas fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul.

Analisando a situação dos agricultores expulsos da área da reserva indígena, Ruckert *apud* Fernandes (1996, p.75) faz o seguinte comentário:

[...] o caso dos colonos de Nonoai passava a se constituir em movimento social num contexto econômico e político, em que tanto a ditadura militar dava seus primeiros sinais de rachadura como a sociedade civil recomeçava a ocupar seus espaços de direito.

Neste contexto intensificaram-se os movimentos sociais no campo. Após este evento, formou-se em dezembro de 1980⁵ o acampamento Encruzilhada Natalino, próximo ao cruzamento das estradas que levavam à Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo (FERNANDES, 2000a). Este acampamento originou-se da instalação de um colono expulso da Reserva Indígena de Nonoai e posterior adesão de outras famílias que também haviam sido expulsas da Reserva e que participaram da ocupação da Fazenda Brilhante. Além destas, ainda reuniram-se ao acampamento famílias rurais da região, incluindo-se aí rendeiros, parceiros, agregados, peões, assalariados e filhos de pequenos proprietários.

Localizado em área estratégica, o acampamento ficava próximo à Fazenda Anoni, que já se encontrava a seis anos em litígio judicial, e às Fazendas Macali e Brilhante, ocupadas em 1979. Havia, portanto, uma constante preocupação dos governos estadual e federal com estas fazendas, em especial a Fazenda Anoni pela sua situação.

Fernandes (2000a) comenta que os acampados da Encruzilhada Natalino sofreram intimidações da Brigada Militar, sendo que o acampamento foi cercado pelo Exército e declarado Área de Segurança Nacional. Esta forma de repressão à luta fez com que diversas entidades sociais manifestassem sua simpatia e apoio aos acampados, dentre os quais o sindicato dos trabalhadores rurais, a CPT e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Ainda segundo o autor, as famílias acampadas foram assentadas em setembro de 1983 nos municípios de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeira das Missões. Porém, durante o período do acampamento 142 famílias desistiram e, em vista das condições precárias, bem como da repressão sofrida, 252 famílias aceitaram participar do projeto de colonização Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Parte destas famílias retornou ainda no ano de 1981 acusando a inviabilidade do programa, sendo que em 1986 restavam apenas 15 famílias no projeto.

O acampamento Encruzilhada Natalino obteve grandes repercussões. Fernandes (2000b) denomina este processo de dimensionamento do significado de uma ação e sua reprodução no espaço e no território de espacialização da luta pela terra.

⁵ Segundo Navarro, Moraes e Menezes (1999), o acampamento Encruzilhada Natalino formou-se em março de 1981, contando-se em maio do mesmo ano a presença de aproximadamente 600 famílias na área.

Esta espacialização pode ocorrer a partir de trabalhos de base organizados por pessoas de outros lugares, que apresentam como exemplo de luta sua própria experiência, ou através de indivíduos da própria comunidade que, embasados na experiência de outros, iniciam a organização e conscientização das famílias. As [...] *Experiências espacializadas agilizam a organização porque os grupos de famílias trabalham desde as experiências vividas e avaliadas. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referências outras lutas e conquistas [...]* (FERNANDES, 2000b, p.73).

Foi com base na espacialização da luta dos acampados da Encruzilhada Natalino que os sem-terras e a CPT iniciaram em 1983 trabalhos de base nas CEB's de municípios da microrregião de Três Passos. O trabalho desenvolvia-se sobre discussões a respeito do Estatuto da Terra e da experiência das famílias da Encruzilhada Natalino, refletindo sobre a situação dos sem-terras. Realizou-se assim a primeira Assembléia dos sem-terras no estado do Rio Grande do Sul, em outubro de 1983, no município de Três Passos, contando com a participação de dois mil trabalhadores rurais, além de sindicalistas e da CPT, responsável pela promoção do evento.

Em dezembro do mesmo ano foi realizado o I Encontro Estadual dos Sem Terra que previa a preparação para o I Encontro Nacional. Além da preparação, o encontro também tinha por objetivo deliberar a respeito do Fundo de Terras, projeto idealizado pelo governo estadual para aquisição de terras e assentamento das famílias de sem-terras (*op. cit.*).

O I Encontro Nacional dos Sem Terra ocorreu em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná. Neste encontro os movimentos sociais de luta pela terra se uniram e criaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST–.

No ano seguinte, em 1985, instaurou-se no país o governo de transição para o regime democrático-parlamentar que, em meio às pressões sociais, fixou metas para a implementação de assentamentos rurais. Neste período, elaborou-se o Plano Nacional de Reforma Agrária –PRNA– (Decreto nº91.766 de 10 de outubro de 1985), o qual apresentava, no plano teórico, alguns avanços no sentido agrário, sendo que seu texto aduzia a promoção de uma redistribuição das terras ociosas. Entretanto, a pressão da elite agrária determinou um grande recuo, limitando-se assim o Plano, mais uma vez, a priorização de questões de produção e produtividade da agropecuária (POLI, 1999).

Juntamente com a proposta de Reforma Agrária, o PRNA instituiu o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária –PROCERA–. Visava-se, com base neste programa, dar assistência financeira às famílias assentadas a fim de que pudessem estruturar-se social e produtivamente. A proposta de Reforma Agrária contida no PRNA avançava consideravelmente no plano sócio-econômico, reconhecendo áreas e a diversidade de ações do campo brasileiro, o que provocou uma imediata reação dos grandes proprietários rurais, bem como de alguns setores industriais.

No intuito exigir a imediata implantação do PNRA, em julho de 1985, o MST formou um acampamento na cidade de Palmeira das Missões, na região do Alto Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul. Navarro, Moraes e Menezes (1999) comentam que o acampamento era formado por aproximadamente 10 a 12 mil agricultores e foi um ensaio para suas ações futuras.

Por outro lado, os grandes proprietários articularam-se contra a implementação do plano, formando a União Democrática Ruralista –UDR–. Além de se constituir em entidade criada por grandes proprietários de terras para combater o PRNA e impedir a realização da Reforma Agrária, a UDR passou a estimular o uso da força no combate às ocupações de terra. Desde então, conforme Bergamasco e Norder (2003), intensificou-se a violência armada no meio rural brasileiro.

Cabe destacar que esta reação das oligarquias rurais ao PNRA demonstrou sua força na política econômica brasileira, como assinala Medeiros (2003, p.34):

Se, num primeiro momento, o Estado brasileiro absorveu o tema, logo a seguir se viu recortado pelas contradições inerentes a uma ampla aliança política, que envolvia forças com interesses bastante diferenciados. O fato de ter sido criado, logo nos primeiros dias do novo governo, um Ministério especialmente voltado para o tema não significou garantia de realização da reforma fundiária almejada pelos trabalhadores do campo. A trajetória da proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ao longo de 1985, e o processo Constituinte, em 1987-1988, mostraram a força dos proprietários de terra (que muitos consideravam fragilizados ante o crescimento urbano-industrial) e explicitaram, tanto para os atores presentes como para os pesquisadores do tema, a complexidade do jogo de forças que se desenvolvia no interior das deferentes instâncias do Estado.

Em que pese os efeitos advindos, houve um arrefecimento no ritmo da modernização da agricultura durante a década de 1980. Segundo Graziano da Silva (1998), a desaceleração foi provocada por muitos fatores, destacando-se: recessão

econômica, redução dos incentivos creditícios e mudança no padrão de modernização agrícola, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 também não avançou em relação ao plano da Reforma Agrária. Esta foi a primeira Constituição do Brasil a conter o tema da Reforma Agrária, sendo entendido como um instrumento capaz de disciplinar a estrutura agrária do país, combatendo as formas menos adequadas de produção, ou seja, o latifúndio subexplorado e o minifúndio, em vista de sua baixa produtividade (ALBUQUERQUE FILHO, 2000). Em contrapartida, ela apresentava a política agrária como o conjunto de princípios necessários e regras disciplinadoras do desenvolvimento agrícola. Enquanto a política fundiária previa o disciplinamento da posse e do uso da terra, com base na especialização e profissionalização.

Observa-se ainda que na Constituição de 1988, tanto a Reforma Agrária quanto as políticas agrária e fundiária, voltaram-se prioritariamente para o investimento em tecnologia de ponta na agricultura com vistas a aumentar sua produtividade. A noção de Reforma Agrária circunscreveu-se à produtividade do setor rural.

Analisando o processo de elaboração da Constituição, Guedes Pinto (1995) realça que tudo o que dizia respeito à função social da terra e à desapropriação, foi anulado pela incorporação do inciso II do artigo 185. Este inciso impedia a desapropriação de propriedades consideradas produtivas, no entanto, não definia claramente a noção de propriedade produtiva. Aduzia apenas à exploração econômica e racional da terra, obtendo graus de utilização e eficiência determinados pelo órgão federal competente.

A função social, conforme argumenta Albuquerque Filho (2000), se restringia a um aproveitamento racional e adequado, à preservação do meio ambiente, a obediência às disposições que regulamentam as relações de trabalho e a efetivação de uma exploração que melhorasse o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores.

Tais dispositivos levam Bergamasco e Norder (2003) a afirmar que, na legislação agrária, a Reforma Agrária não deve se estender, absolutamente, às áreas modernizadas, considerando que a inserção na modernização tecnológica constitui-se em pressuposto aos programas de Reforma Agrária. Nesta mesma linha de pensamento, os autores destacam que o período relativo à transição democrática, e até meados de 1990, representou o desmonte dos instrumentos legais necessários à realização da Reforma.

Assim, após 30 (trinta) anos de Estatuto da Terra, o saldo registrado, de um lado, é o aumento da concentração fundiária e do êxodo rural. De outro, é que um ínfimo número de famílias se beneficiou através de projetos de Reforma Agrária e de colonização.

1.3. A transição e o domínio da ordem neo-liberal: novos e velhos problemas da questão agrária pós 1990

O início da década de 1990 foi marcado por uma reorientação na política agrária. O desmonte do aparato de intervenção no setor rural caracterizou a transição da modernização conservadora para a liberalização comercial, num contexto de relativa estagnação industrial e frágil inserção das exportações no mercado externo (DELGADO, 2001).

Ainda em 1986 foi criada a Organização Mundial do Comércio –OMC– na Rodada Uruguai⁶, lançada oficialmente em Punta del Este, no Uruguai. A referida organização previa regular o livre comércio em nível mundial, a fim de evitar que os países subdesenvolvidos fossem prejudicados pela ausência de regras formalmente estabelecidas. Porém, tal organização refletia perfeitamente o desequilíbrio de forças entre os países do Norte e do Sul, desequilíbrio este perceptível inclusive nos acordos que deram origem à OMC.

Os acordos originados naquela reunião, oportunidade em que foi criada a OMC, resultaram em substantivos cortes de tarifas por parte dos países subdesenvolvidos, duas vezes superiores às concessões tarifárias feitas pelos países desenvolvidos. A abertura econômica e comercial dos países pobres não foi precedida de qualquer avaliação ou preparo anterior a fim de minimizar os desequilíbrios estruturais advindos do processo (TEIXEIRA & ZERO, 2001). Neste sentido, registrou-se, no Brasil, redução das exportações e o aumento das importações, com déficits permanentes na balança comercial. A abertura econômica foi responsável por grandes prejuízos, afetando negativamente o comércio e aumentando a vulnerabilidade econômica do país.

⁶ A Rodada Uruguai constituiu-se numa rodada de negociações multilaterais realizada no Uruguai, em que se discutiu a respeito das normas gerais do comércio. Realizada no período de 1986 a 1994, a Rodada Uruguai foi responsável pela criação da Organização Mundial de Comércio –OMC–. A OMC englobou o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –GATT–, promotor das rodadas de negociações multilaterais desde 1947 (ICONE, 2005).

No que diz respeito à agricultura, os subsídios dos países desenvolvidos⁷ condicionaram a queda nos preços dos produtos agrícolas e das matérias-primas agrícolas. Em função disso, os países subdesenvolvidos que têm a agricultura como a principal fonte de divisas, passaram a ser cada vez mais pressionados a aumentar as exportações para manter a receita cambial (*op. cit.*).

A partir de 1994, com a mudança de governo, a aparente harmonia instalada com a estabilização da economia, ocasionada pelo Plano Real, foi quebrada pela violência policial contra os trabalhadores rurais, resultando em massacres, a exemplo do que ocorreu em Corumbiara e Eldorados dos Carajás, culminando com a retomada das ocupações de terra. Segundo Medeiros (2003, p.48) a legitimação da violência no campo inaugurou um fato relativamente 'novo' no campo brasileiro, ou seja, a atuação de policiais veio substituir a violência dos grandes proprietários:

[...] tradicionalmente, na história brasileira, a violência contra os trabalhadores do campo ocorria em especial pela ação das milícias privadas dos grandes proprietários. Na década de 1990 cresceu o número de eventos em que a ação foi policial, ou seja, legitimada pelo Estado, mostrando que nas áreas rurais a questão social ainda é tratada como caso de polícia.

O desemprego e a expulsão do campo continuaram aumentando e as ocupações se multiplicaram, ampliando as tensões sociais entre sem-terras e milícias de fazendeiros. Neste contexto social, mais especificamente no ano de 1998, o governo federal lançou o Programa Nova Reforma Agrária, que atendia as regras impostas pelo Banco Mundial –BIRD–. Assim instituiu-se a Reforma Agrária via mercado. Tal programa previa uma nova forma de desenvolvimento rural que se contrapunha ao modelo vigente, ou seja, retirava-se do Estado a responsabilidade de coordenar a Reforma Agrária, ativando o mercado e criando as condições necessárias para a transferência da propriedade fundiária. Evitava-se assim, segundo Sauer (2004), a efetivação de uma Reforma 'coercitiva' na qual a terra fosse 'retirada' dos latifundiários e 'dada de graça' aos sem-terras e pequenos produtores rurais.

Por conseguinte, o papel do Estado neste processo se restringiria à assistência técnica e financeira. Competiria-lhe apenas delimitar as áreas impróprias à agricultura, realizar reformas necessárias ao aumento da oferta de terras no

⁷ Após a Rodada Uruguai, até o ano de 2001, a União Européia havia aumentado seus subsídios à agricultura em 0,7%, enquanto nos Estados Unidos este aumento chegou a 35% no mesmo período (TEIXEIRA & ZERO, 2001).

mercado, definir os beneficiários do programa, subsidiar a compra de terras, financiar a construção de infra-estrutura e avaliar e monitorar o processo de implantação da Reforma. Argumentava-se que esta descentralização era necessária em vista da [...] *crescente dificuldade de os organismos envolvidos darem conta do conjunto de tarefas referentes ao processo de assentamento [...]* (MEDEIROS, 2003, p.55).

Esta proposta de descentralizar a Reforma Agrária, de certo modo, vem ao encontro da proposição de Prado Jr. (1979) que afirmava ser impossível dar impulso à Reforma a partir de um departamento administrativo em nível federal centralizado. Conforme o autor, se fazia necessária a descentralização para que a variedade e complexidade de situações do agrário brasileiro fosse contemplada pela Reforma. Defendia a criação de departamentos em nível regional com comissões locais representadas por delegados do órgão central e técnicos, além de representantes da população rural. Por outro lado, embora não se tratando da mesma questão, ao se referir à transferência da tributação rural dos Estados para os Municípios, reconhecia que as administrações locais enfrentavam maior influência e pressão dos grandes proprietários rurais.

A nosso ver, esta concepção ainda continua tendo validade, podendo ser aplicada à questão da descentralização das ações relativas à Reforma Agrária. A centralização realmente apresenta problemas por normalmente não considerar as especificidades locais. Porém, a descentralização apresenta o problema de fragilizar as iniciativas de Reforma Agrária frente aos interesses da elite agrária que normalmente possui maior influência nas decisões tomadas em nível local.

Ainda em relação a Reforma Agrária, há que se observar que a idéia de mercado é problemática, uma vez que desconsidera as desigualdades entre os diferentes segmentos de produtores rurais. Ela também ignora as formas de intermediação e estabelecimento de preços pela agroindústria e entende que o mercado seja neutro às relações sociais (ALENTEJANO, 2000).

Para a implementação do Programa Nova Reforma Agrária, foi criado o Fundo Nacional de Terras –Banco da Terra– (Lei Complementar n.º93 de 4 de fevereiro de 1998), que visava financiar a compra de terras por parte de sem-terras e pequenos produtores rurais. A partir daí a forma de obtenção das terras para organizar assentamentos sofreu substantivas modificações no plano legal, devendo ser adquiridas através do Banco e de leilões.

Na verdade, o Banco da Terra representava, ao mesmo tempo, um meio de obtenção imediata da renda fundiária por parte dos grandes proprietários e um instrumento de desarticulação dos movimentos sociais do campo (ALENTEJANO, 2000). Supunha-se que oferecendo terra, mesmo que teoricamente, sem que fosse necessária a mobilização, e descentralizando as ações fundiárias para o âmbito municipal, os sem-terra seriam desarticulados.

O fato é que o Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados – especialmente, deslegitimar o MST – atuando diretamente no âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria mudanças na correlação das forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais. As invasões seriam retidas, os latifúndios receberiam dinheiro a vista por terra e benfeitorias, e os trabalhadores ficariam sob o domínio das oligarquias locais, liberadas do respeito à função social da propriedade rural. (CARVALHO FILHO, 2001, p.223)

Mas o Banco da Terra não atingiu os objetivos de seus idealizadores, sofrendo severas críticas, bem como resistência das entidades representantes dos trabalhadores rurais. Em consequência, o ano de 1999 registrou um retrocesso na política agrícola do país, considerando que o Estado retirou de si a responsabilidade de intervir na estrutura agrária (SAUER, 2004). Por outro lado os programas criados não constituíam-se em Reforma, uma vez que a aquisição da terra ocorria através da compra, sendo portanto de inteira responsabilidade dos demandantes.

Em meados de 2000 o governo brasileiro assinou acordo de empréstimo com o Banco Mundial a fim de financiar 49% do projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural –CFCP–, sendo o crédito direcionado para determinados estados e regiões, excluindo as regiões norte e centro-oeste e alguns estados do sudeste. Tal projeto, assim como o Banco da Terra, tinha por finalidade financiar a compra de terras para trabalhadores sem-terra e pequenos produtores rurais, além de apoiar a instalação da família no lote, investindo em infra-estruturas comunitárias e produtivas, implantação de culturas, construção de moradia, entre outros (TEIXEIRA, 2004a). Com base nesta política, o governo pretendia assentar, até o final de 2003,

50 mil famílias, garantindo-lhes acesso a financiamentos com recursos do PRONAF⁸.

Em síntese, Banco da Terra, Cédula da Terra e Crédito Fundiário, são programas distintos apenas quanto a terminologia, pois possuem a mesma essência: efetivação da proposta de Reforma Agrária de mercado incentivada pelo Banco Mundial. Os três projetos, conforme considerações de Sauer (2004), buscavam reduzir os gastos públicos com a Reforma Agrária e transferir as obrigações constitucionais, no que se refere à Reforma, do Estado para os municípios, implementando assim o Programa Novo Mundo Rural. O resultado, segundo Teixeira (2004b) foi o fracasso da estratégia de promoção de Reforma Agrária através da compra e venda em substituição às desapropriações.

No período de 1994 a 2001 houve um substancial aumento das pressões dos movimentos sociais, bem como a mobilização de outras categorias, como a dos agricultores familiares, segmento também beneficiário dos programas do Estado. Naquele intervalo, as ações administrativas foram descentralizadas, mecanismos de mercado para a aquisição de terras foram introduzidos, sendo a questão agrária separada da questão agrícola. Diante disto, o Ministério da Agricultura ficou responsável pela produção empresarial e o Ministério do Desenvolvimento Agrário voltou-se para os agricultores familiares e assentados (MEDEIROS, 2003).

Com a mudança de governo em 2003, ocorreu novamente uma mudança no tratamento da questão agrária. Aparentemente comprometido com os trabalhadores rurais, o governo lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Este novo PNRA coloca a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária como principal instrumento para obtenção de terras, questão regulamentada por medidas provisórias e Leis, atendendo os dispositivos da Constituição de 1988 nos quesitos relativos à Reforma Agrária.

No referido plano, a Reforma Agrária passa a ser concebida como necessária para o desenvolvimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais no país. Objetiva-se, teoricamente, aliar a distribuição de terras e ampliar os direitos sociais no campo com o aumento da produção de alimentos básicos. A partir daí, o

⁸ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF– criado pelo governo federal através do Decreto nº1.946 de 28 de junho de 1996 no intuito de substituir o PROCERA. O programa visava promover o aumento da produtividade, gerar empregos e melhorar a renda dos produtores familiares.

PRONAF se torna o principal instrumento de financiamento dos assentados e da agricultura familiar.

Por fim, é importante salientar que após o agravamento dos problemas sociais no campo e na cidade, e a tentativa de transformar a questão agrária em uma questão comercial, a Reforma Agrária passa a ser tratada, pelo menos aparentemente, como um fator sócio-econômico. Todavia os resultados desta nova política ainda são pouco conhecidos, mas o que se sabe é que o problema da concentração de terras ainda permanece, agravando-se também a desigualdade social e a pobreza. Além disso, os recursos para financiar os assentados sofreram redução significativa, aumentando, conseqüentemente, a dificuldade de acesso a eles.

A seguir, será apresentado um panorama geral das condições sócio-espaciais e econômicas da área objeto de estudo, enfocando a evolução do setor agropecuário na área em questão.

2. O município de Júlio de Castilhos – RS

2.1. A formação sócio-econômica

A formação do Município de Júlio de Castilhos está associada ao processo de ocupação e formação sócio-econômica do estado do Rio Grande do Sul. Nesta área o povoamento ocorreu tardiamente em relação ao restante do país e, ao contrário das demais unidades da federação, o extremo sul começou a ser povoado em meio a disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Os interesses subjacentes diziam respeito ao domínio da região do Prata, situada ao sul do Rio Grande do Sul, que estava sob domínio espanhol e era rica em jazidas de prata.

As reduções jesuíticas espanholas provenientes do Paraguai (1626), tiveram importante papel na ocupação do Rio Grande do Sul. Os jesuítas foram responsáveis pela inserção, no estado do Rio Grande do Sul, do gado *vacum*, proveniente de Corrientes, na Argentina, que se transformaria no [...] *fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha* [...] (PESAVENTO, 1997, p.09). As reduções situavam-se no noroeste do estado, sendo que a redução Natividade de Nossa Senhora, fundada em 1633, localizava-se onde mais tarde seria fundado o núcleo de povoamento que daria origem ao Município de Júlio de Castilhos.

Estas reduções foram destruídas em 1640 pelos bandeirantes paulistas que iam ao território gaúcho com o objetivo de capturar os índios aldeados nas reduções. Com este episódio, índios (guaranis, charruas, tapes e minuanos) e jesuítas migraram para o Paraguai e Argentina, espalhando-se seu gado na região. Este gado passou a reproduzir-se livremente, criando os elementos necessários ao desenvolvimento da economia pecuária do estado (BERNARDES, 1997).

As reservas de gado que se formaram passaram a ser conhecidas pelos portugueses somente após 1680, ano em que foi fundada a Colônia do Sacramento às margens do Rio da Prata, no território argentino. A colônia foi criada para servir de apoio militar, determinando a presença do domínio português na porção sul do país, além de dar suporte ao comércio ilícito de prata contrabandeada de Potosi, cuja área estava sob domínio espanhol. Com o início da circulação no litoral, em direção à Colônia do Sacramento, os paulistas conheceram a riqueza pecuária do estado e começaram a caçar o gado para extrair o couro e exportá-lo à Europa.

Em 1682 os jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul e, em vista do abate indiscriminado, recapturaram parte do gado, transferindo-o para a porção nordeste do estado, para que pudessem formar novos rebanhos. Neste período, no centro-oeste do estado, fundaram os Sete Povos das Missões que se tornaram importantes centros econômicos de criação de gado e produção de erva-mate (PESAVENTO, 1997).

No final do século XVII, com a decadência do ciclo do açúcar e descoberta das minas na área das Gerais, intensificaram-se as incursões de paulistas e lagunistas no interior do território gaúcho em busca do gado para suprir as zonas mineradoras. Formaram-se assim as primeiras estâncias de gado no litoral rio-grandense, ao longo do caminho entre Laguna e a Colônia do Sacramento (BERNARDES, 1997). O povoamento oficial do estado, no entanto, iniciou em 1737, após a fundação do forte Presídio Jesus-Maria-José, na vila de São Pedro, atual cidade de Rio Grande. Este povoamento se deu a partir da concessão de sesmarias à tropeiros e militares, como retribuição aos serviços prestados à Coroa Portuguesa.

A concessão de sesmarias (Ordem Régia de 1695), aliada à disponibilidade de gado, permitiu a formação das estâncias de criação extensiva do gado. As sesmarias, conforme coloca Bernardes (1997), foram distribuídas em terras devolutas, medindo três léguas, o que corresponde a 13.068ha.

Os primeiros colonos, constituídos por açorianos, chegaram ao Rio Grande do Sul em 1748. Analisando a questão, Pesavento (1997) comenta que a Coroa portuguesa objetivava que estes colonos desenvolvessem a atividade agrícola para abastecer a colônia, assim, além de povoar o interior, eles assegurariam o domínio do território gaúcho. Estrategicamente, previa-se que as famílias ocupassem a região das Missões que, com base no Tratado de Madrid, passaria à Portugal. O Tratado de Madrid, estabelecido em 1750, determinava que Portugal entregaria a Colônia do Sacramento à Espanha em troca da região das Missões.

A região das Missões prosperou e se tornou economicamente desenvolvida. A população exportava produtos para a Europa e pagava tributos para a Companhia de Jesus em Roma. Neste sentido, segundo Pesavento (1997), se transformou em ameaça política à Espanha e Portugal.

A demarcação dos limites estabelecidos no Tratado de Madri foi interrompida em 1754 pela Guerra Guaranítica, resultante da resistência indígena em entregar as Missões ao domínio português, uma vez que eram autárquicas. A guerra prolongou-

se até 1756, resultando no abandono dos Sete Povos das Missões⁹ e no não cumprimento do disposto no tratado (PESAVENTO, 1997). Conseqüentemente os açorianos não receberam as terras prometidas, instalando-se irregularmente no espaço rio-grandense, em especial no Litoral e Depressão Central.

Também em 1750 foi criado o forte de Rio Pardo, na Depressão Central, o que possibilitou a propagação das estâncias, desde o início do povoamento radicadas no litoral, pelo interior do estado (BERNARDES, 1997), incluindo-se aí a área atualmente pertencente ao Município de Júlio de Castilhos.

Frente ao declínio do ciclo do ouro em fins do século XVIII, retraiu-se a procura do gado para corte e transporte. Mas no Rio Grande do Sul se desenvolvia a produção de charque nas estâncias e de trigo nos núcleos açorianos. O charque transformou-se assim no principal produto econômico da região. Os campos, em especial a parte da Campanha, foram eleitos como áreas preferenciais no início do processo de povoamento.

A atividade pastoril continuava a ser a única preocupação desses povoadores, tanto nas contínuas Campinas da parte meridional do território como nos campos recortados por manchas de mata do Planalto. A ocupação decorrente desta atividade, limitava-se, pois, exclusivamente aos campos, permanecendo inaproveitadas as terras de mata que apenas eram atravessadas pelos caminhos, quando necessário, e sempre em suas partes mais estreitas. A agricultura era feita somente em caráter de subsistência e em escala diminuta. (BERNARDES, 1997, p.59)

No início do século XIX as estâncias alcançaram a fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul. Cesar (1979) assinala que esta área foi ocupada por descendentes de tropeiros paulistas que haviam se instalado nas regiões norte e nordeste do estado.

No século XIX instalaram-se no território gaúcho os imigrantes alemães e italianos. Sua fixação estava associada à necessidade de aumentar o adensamento populacional ainda muito rarefeito. Também pretendia-se diversificar a estrutura produtiva, a fim de contribuir para o abastecimento interno do país, além de neutralizar o poder da oligarquia regional (PESAVENTO, 1997).

Guimarães (1979) faz menção a este processo concluindo que a criação das colônias no sul do país interessava à grande propriedade canvieira e cafeeira,

⁹ Não existe consenso quanto ao ano de abandono dos Sete povos das Missões, Pesavento (1997) cita o ano de 1756, já Cesar (1979) afirma que a expulsão dos jesuítas e abandono da área ocorreu em 1767.

como também ao setor industrial emergente na época. Tornava-se atraente ao sistema latifundiário-exportador consentir a consolidação da pequena propriedade fundiária em área distante de seus domínios, pois lhe tirava a responsabilidade de produzir produtos básicos para o abastecimento interno, os quais desprezava por seu baixo valor monetário. Além disso, a produção de alimentos mais baratos para a população urbana diminuía as pressões sobre os salários industriais.

Os imigrantes alemães chegaram em 1824. Foram fixados nos vales situados na Encosta do Planalto, onde receberam propriedades de 77ha em áreas florestais (MOREIRA & COSTA, 1986). Eles produziram inicialmente para a subsistência, sendo os excedentes da agricultura comercializados na capital do estado e após 1870 sua produção alcançou o centro do país (PESAVENTO, 1997).

A partir de 1875 chegaram os italianos que se instalaram, conforme Moreira e Costa (1986) em áreas de alta encosta, mais especificamente na Serra Geral. Estes imigrantes receberam lotes de 25ha e se especializaram na cultura da uva e na fabricação do vinho.

Em 1877 formou-se um núcleo de povoamento denominado Povo Novo no caminho entre Cruz Alta e São Martinho. Este núcleo, que veio dar origem ao Município de Júlio de Castilhos, formou-se em área doada pelo estancieiro João Vieira de Alvarenga. Aí fundou-se um povoado constituído por tropeiros procedentes dos estados de São Paulo e Paraná (FAMURS, 2003).

Os tropeiros representavam um grupo de excelência naquele período. Eram integrantes de bandos armados que alçavam o gado solto no estado, a fim de levá-lo à região das minas. Muitos deles se sedentarizaram, recebendo sesmarias da Coroa Portuguesa. Outros se transformaram em peões, constituindo-se a mão-de-obra das estâncias no período.

Este povoado, no ano de 1880, foi elevado à categoria de freguesia, sendo chamando Nossa Senhora da Piedade do Povo Novo. No quinquênio seguinte se transformou em vila, passando a denominar-se Nossa Senhora da Piedade de Vila Rica. A emancipação do município ocorreu em julho de 1891, sendo chamado de Vila Rica. Posteriormente, em 1905, recebeu a atual denominação de Júlio de Castilhos em homenagem a Júlio Prates de Castilhos (FAMURS, 2003).

É importante salientar que a área em que formou-se o núcleo inicial do Município de Júlio de Castilhos foi outrora ocupada por uma redução jesuítica que explorava a criação de gado extensivo. Posteriormente, no período das charqueadas

(1800-1900), o território em questão pertenceu a uma estância, tendo o povoado sido formado anos mais tarde por tropeiros, ou seja, indivíduos que praticavam o apresamento do gado naquela região. Portanto, a formação sócio-econômica de Júlio de Castilhos não pode ser dissociada da criação pastoril que ainda hoje desempenha papel importante no desenvolvimento municipal, embora não mais como atividade exclusiva.

Até 1940 o charque era o principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, porém os interesses do governo federal orientavam-se para a diversificação da estrutura produtiva no intuito de fornecer gêneros de subsistência ao mercado nacional (PESAVENTO, 1997).

Nesta perspectiva, difundiu-se a idéia de que a agricultura era mais eficiente economicamente que a pecuária, embora o minifúndio colonial, principal responsável pela produção de gêneros agrícolas básicos, encontrava-se em crise desde 1930. Entre os fatores responsáveis pela crise destaca-se o esgotamento do solo e a escassez de terra na região nordeste do Rio Grande do Sul, pois as propriedades foram fracionadas pelo sistema de herança ou partilha.

Neste contexto, iniciou a expansão da fronteira agrícola gaúcha. Até 1930 encontravam-se ocupadas, no estado, além do litoral, as áreas de campos no interior e as áreas florestais da Serra Geral e Encosta da Serra, permanecendo ainda vastas áreas florestais do Planalto na condição de fronteira agrícola. Desta maneira, os descendentes de imigrantes alemães e italianos passaram a ocupar áreas florestais da porção centro-oeste (SCHNEIDER, 1999a), na qual está inserido o município de Júlio de Castilhos. Paralelamente ocorreu também a migração da população para outros estados do país.

Com o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, aprofundou-se o processo de expansão do capitalismo no mundo. Uma das marcas deste processo foi a instalação crescente de empresas transnacionais nos países subdesenvolvidos, acompanhada de um grande avanço tecnológico e científico (BRUM, 1988).

As transformações econômicas mundiais se refletiram no espaço agrário brasileiro, fazendo-se sentir também no Rio Grande do Sul. No setor pecuário a introdução de tecnologias e formação de cooperativas, no decorrer da década de 1940, culminou na diminuição da mão-de-obra necessária. Acentuou-se então o êxodo rural que ocorria desde 1930 na área colonial, porém neste caso, a migração era direcionada para os centros urbanos, em especial as áreas industrializadas, no

nordeste do estado (PESAVENTO, 1997). O fechamento da fronteira agrícola gaúcha deu-se em 1950, o que intensificou a migração para outros estados brasileiros, além de dar início à luta pela terra no estado.

Também a introdução da produção de soja no estado do Rio Grande do Sul, conseqüentemente em Júlio de Castilhos, decorreu do processo de descentralização da indústria em nível mundial. Como observa Frantz (1982), a soja foi introduzida no estado em 1954¹⁰ por grupos transnacionais como a Sanbra e Samrig, que forneciam a semente e crédito para a produção. Neste período, era cultivada por pequenos produtores rurais das áreas coloniais.

Neste contexto, o equilíbrio dos setores agropecuários tradicionais do Rio Grande do Sul, em especial o setor pecuário, foi afetado pela eclosão da produção de soja na década de 1960. Os incentivos fiscais, a política de financiamentos e a alta do preço da soja no mercado internacional, dentre outros fatores, determinaram um rápido avanço da lavoura empresarial, que até aquele momento se caracterizava pelo arroz e trigo, dando lugar ao binômio trigo-soja (CARRION Jr., 1979).

Estabeleceu-se, portanto, uma conjuntura favorável –a baixa produção de soja no EUA provocou o aumento do preço daquele grão no mercado interno–. Aproveitando-se da situação, o governo brasileiro estabeleceu uma política de preços mínimos para o produto e ampliou os financiamentos. Afora estes elementos, contribuiu ainda o beneficiamento interno da produção e as possibilidades que se abriram para sua expansão com a utilização dos mesmos equipamentos mecânicos para o cultivo da soja e do trigo.

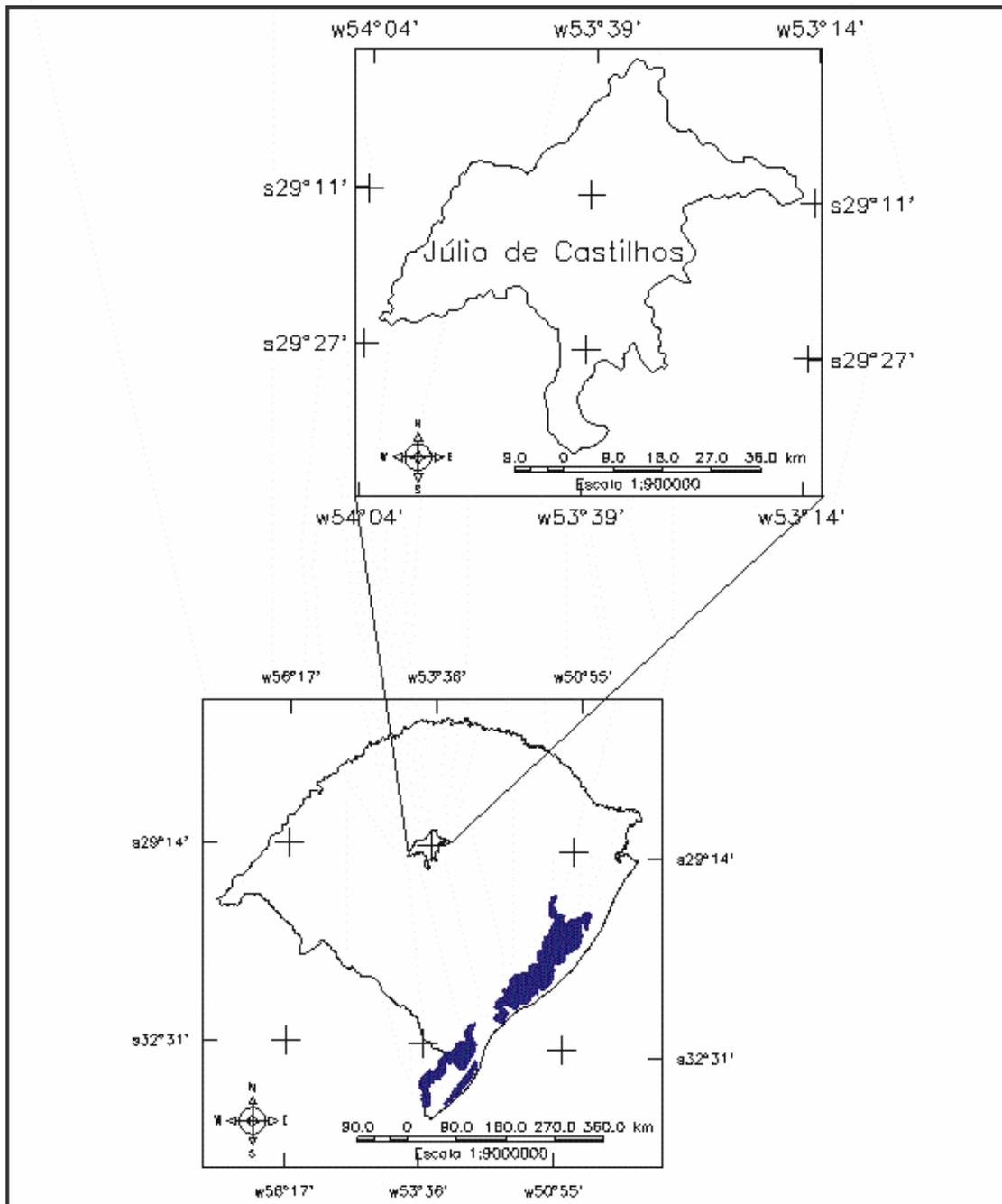
2.2. Espaço agrário: características recentes

É importante observar que a formação sócio-econômica do município de Júlio de Castilhos desempenhou papel fundamental na sua conformação atual. Com base essencialmente agrícola, o município referido encontra-se localizado no Planalto Rio-grandense, na Mesoregião Centro-Occidental Rio-grandense, mais precisamente na Microrregião de Santiago (Figura 1).

¹⁰ Brum (1988) comenta que o cultivo da soja já era praticado no estado em 1940 nas pequenas propriedades rurais, o que indica que a soja foi introduzida no estado pelos imigrantes alemães muitos anos antes.

Do ponto de vista geomorfológico, o Planalto Rio-grandense é constituído por rochas basálticas originárias dos derrames da Bacia do Paraná. Apresenta uma suave inclinação para o sudoeste que caracteriza uma queda de quase 1.000 metros na direção leste-oeste (BERNARDES, 1997) que lhe confere a subdivisão em Planalto, Serra Geral e Encosta.

Figura 1: Localização do Município de Júlio de Castilhos no Estado do Rio Grande do Sul.

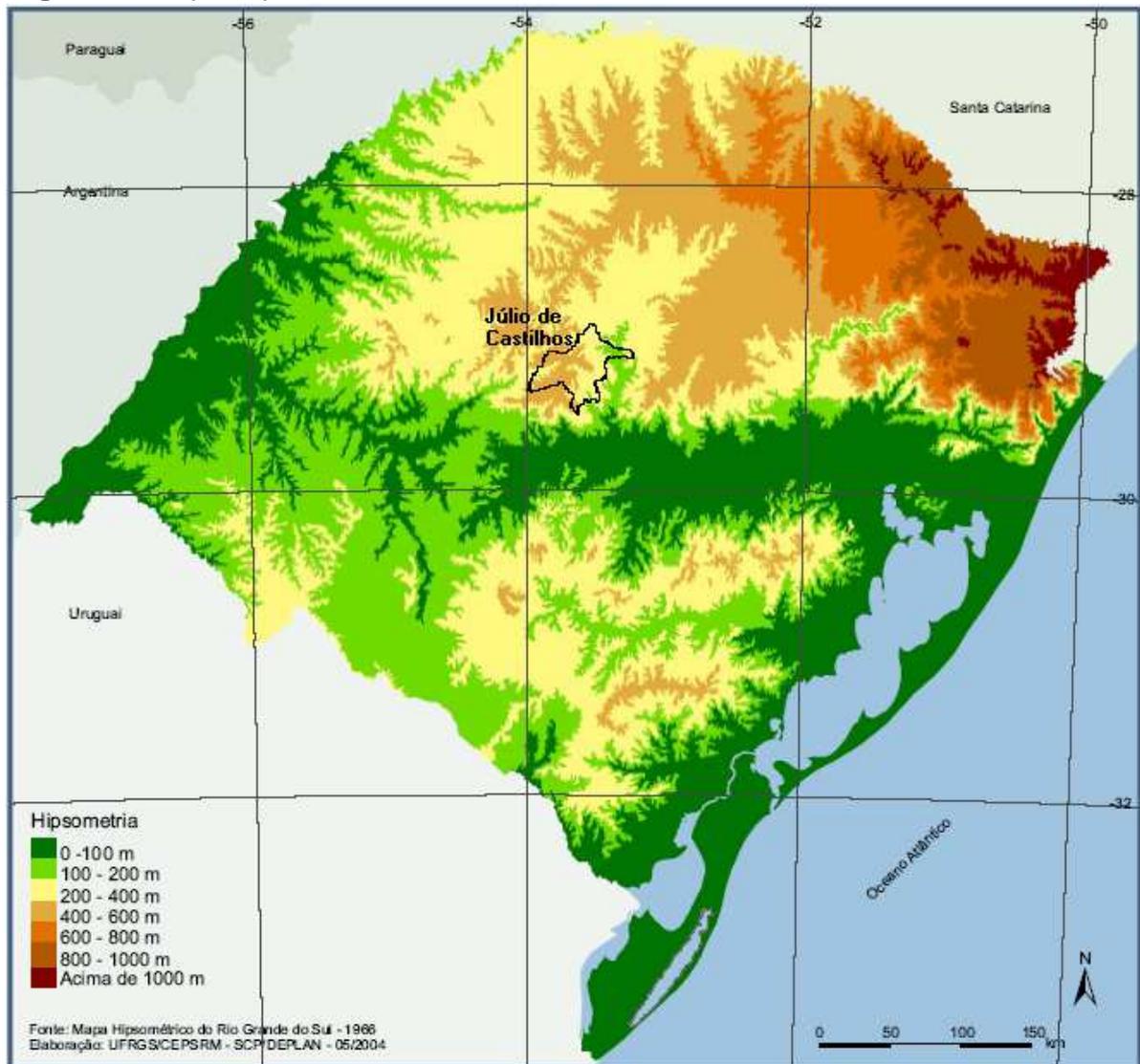


Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo, 1997.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

O Município de Júlio de Castilhos insere-se na subunidade Planalto que apresenta relevo ondulado, geralmente coberto por gramíneas, característico das coxilhas do estado do Rio Grande do Sul. Esta subunidade apresenta as menores altitudes do Planalto Rio-grandense (de 100 a 600 metros de altitude - Figura 2).

Figura 2: Mapa Hipsométrico do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Atlas Sócio Econômico do Rio Grande do Sul, 2002.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Abrangendo uma área de 1.855,84Km², Júlio de Castilhos possui uma população total de 20.633 habitantes, dos quais 16.398 residem na zona urbana e 4.016 representam a população rural, sendo, portanto, sua densidade demográfica de 11hab/Km² (IBGE, 2003).

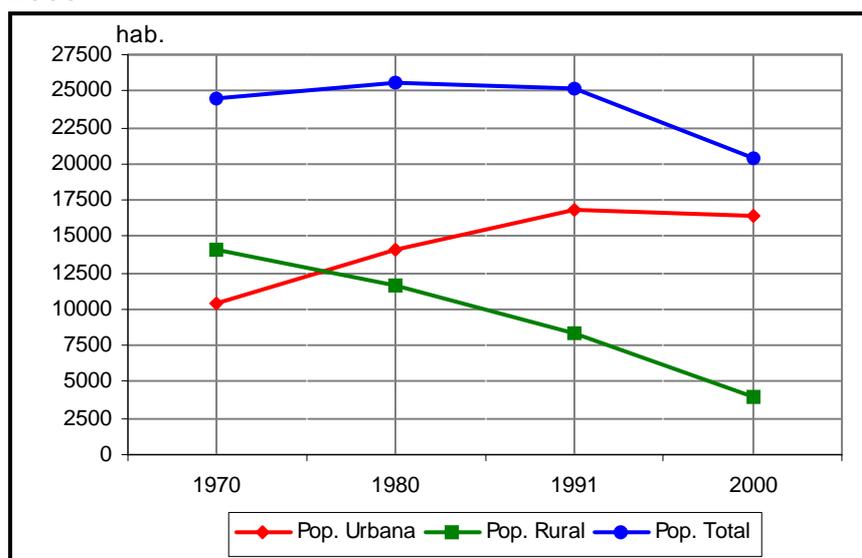
Bernardes (1997), ressalta que embora a porção superior do Planalto apresente maiores facilidades no que concerne à ocupação humana, a distribuição

da população é significativamente irregular. Sua observação se baseia na predominância de áreas consideravelmente povoadas ao lado de outras com escasso número de habitantes. Esta configuração, conforme o autor, é determinada pela vegetação –conjugação de áreas florestais e campestres– que se desenvolve na subunidade do Planalto onde se situa o município de Júlio de Castilhos. Para o autor, as áreas de campos destinadas ao pastoreio do gado foram, desde o início do povoamento, menos densamente povoadas em relação às áreas florestais, ocupadas pelos imigrantes europeus.

Júlio de Castilhos apresenta baixa densidade demográfica, o que pode ser explicado pela constituição histórica do município que desde os primórdios caracteriza-se pela presença de grandes estâncias onde se desenvolve a bovinocultura. Este fato, aliado a pouca mão-de-obra empregada na atividade pastoril justifica a baixa densidade populacional na área rural do município.

No gráfico 1 é possível visualizar a evolução da população em Júlio de Castilhos, nas últimas três décadas. O município apresentou um incremento populacional até 1980, a partir daí decresceu continuamente. Por outro lado, observa-se uma diminuição progressiva da população rural que contribuiu, até 1991, para o aumento da população urbana.

Gráfico 1: Evolução da população rural e urbana do Município de Júlio de Castilhos/RS no período de 1970 a 2000.



Fonte: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.
Organização: BUTH, Fernanda (2004).

A evolução da dinâmica populacional no Município de Júlio de Castilhos está correlacionada às transformações sócio-econômicas do espaço nacional e mundial. A difusão da Revolução Verde em nível mundial a partir da década de 1950, bem como a internacionalização da pesquisa agrícola e as substantivas modificações nas políticas estadunidenses de exportações dos cereais (BRUM, 1987), interferiram no processo de expansão da soja no Rio Grande do Sul.

Os efeitos da Revolução Verde refletiram-se no território gaúcho através da rápida expansão da sojicultura entre os anos de 1968 e 1981 e aumento extraordinário da produtividade da soja na década de 1970. No processo, a soja transformou-se, no estado, em cultura praticada por empresas rurais, resultando daí uma maior concentração fundiária com a incorporação de minifúndios, além da transformação de áreas de pecuária em lavouras empresariais. Júlio de Castilhos também inseriu-se neste processo de transformação da estrutura produtiva, de modo que vastas áreas passaram a ser destinadas ao cultivo da soja e a pecuária extensiva foi substituída pela pecuária intensiva.

Brum (1988, p.123-124) comenta sobre os reflexos sócio-espaciais deste processo no estado do Rio Grande do Sul:

Na década de 70, com a grande expansão do ciclo da soja, o preço das terras cresceu extraordinariamente. A terra passou a ser cada vez mais cobiçada. Ocorre, a partir de então, um crescente processo de aglutinação de propriedades rurais, principalmente através da incorporação, por compra, de minifúndios [...]. Como decorrência deste processo de aglutinação de propriedades, aumenta a fuga do campo para as cidades, o chamado êxodo rural. Essa corrente é engrossada pelos arrendatários, meeiros e parceiros (sem terra) [...] Assim, vem-se acentuando nas cidades os chamados "cinturões de miséria" na periferia, formados por esses excedentes populacionais, com todos os problemas sociais daí decorrentes [...].

Entre 1977 e 1979 a lavoura de soja sofreu consideráveis perdas de produção, em função de fatores climáticos. Por outro lado, em 1979 houve um intenso aumento dos preços dos insumos agrícolas, refletindo nos custos da lavoura, ocorrendo ainda uma redução dos subsídios governamentais em vista do agravamento da crise no país (FRANTZ, 1982). Este processo atingiu os médios produtores, permanecendo na atividade agro-exportadora apenas os mais eficientes e organizados.

Brum (1988) esclarece que a crise se manifestava em nível mundial, sendo decorrente da segunda alta do preço do petróleo. Em função disso os países

desenvolvidos passaram a defender suas economias com o estabelecimento de medidas rígidas, o que veio a agravar a crise brasileira. Os preços dos produtos primários sofreram drásticas quedas, enquanto que os preços dos produtos industrializados, bem como dos combustíveis e insumos químicos, aumentou consideravelmente. Disto decorreu uma elevação nos custos de produção agrícola e conseqüente descapitalização e endividamento dos produtores.

Naquela época, no Rio Grande do Sul, também já havia se constituído um centro industrial nas áreas de colonização alemã e italiana. O processo de consolidação de alguns setores industriais como o coureiro-calçadista (1980) possibilitou o retorno, para sua região de origem, de grande número de descendentes de colonizadores alemães e italianos (que haviam migrado para a fronteira agrícola do estado), empregando-se nas indústrias (SCHNEIDER, 1999a).

Assim, se entre 1930 e 1950 o nordeste do estado foi ponto irradiador de contingentes populacionais para o centro-oeste, interferindo no aumento populacional de diversas cidades da região, como Júlio de Castilhos, a partir de 1980 se processou fenômeno inverso. A porção nordeste do estado tornou-se ponto de atração, influenciando na queda da população dos municípios do centro-oeste. Por outro lado, as modificações na estrutura econômica, resultantes da modernização do campo, emergência do cultivo da soja e consolidação de setores industriais, foram fatores impulsionadores de intenso êxodo rural para os centros urbanos não só no Rio Grande do Sul, mas em todo país.

Mesmo com a expansão das lavouras de soja, a bovinocultura, produção tradicional, continua sendo a atividade econômica mais importante em Júlio de Castilhos. Na tabela 1 é possível visualizar os principais rebanhos no município, sobressaindo-se pelo número a criação bovina que é explorada de forma intensiva nos grandes estabelecimentos rurais, chamados popularmente de estâncias.

Houve um incremento no rebanho de bovinos entre 1995 e 1998, porém, desde 1999 o mesmo vem reduzindo, apresentando uma queda de 23% no período de 1998 a 2001. Nem mesmo o pequeno crescimento (0,3%) apresentado no ano de 2002, amenizou a tendência de redução do rebanho. Há que se salientar, porém que, apesar das oscilações, ocorreu redução no efetivo de todos os rebanhos, exceto o de suínos que apresentou aumento modesto no número de cabeças a partir de 1999.

Tabela 1: Principais rebanhos do Município de Júlio de Castilhos/RS, no período de 1995 a 2002.

Rebanhos	Estabelecimentos (1995-1996)	Efetivo dos rebanhos							
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Bovinos	240	121.470	121.396	126.750	127.067	126.537	125.334	97.857	98.127
Suínos	3	6.760	6.099	6.850	6.817	7.158	7.254	7.035	7.015
Aves	5	49.442	43.284	44.420	42.237	43.337	43.777	41.928	41.705
Ovinos	2	35.760	29.320	33.160	33.574	33.275	34.273	29.132	29.240

Fonte: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

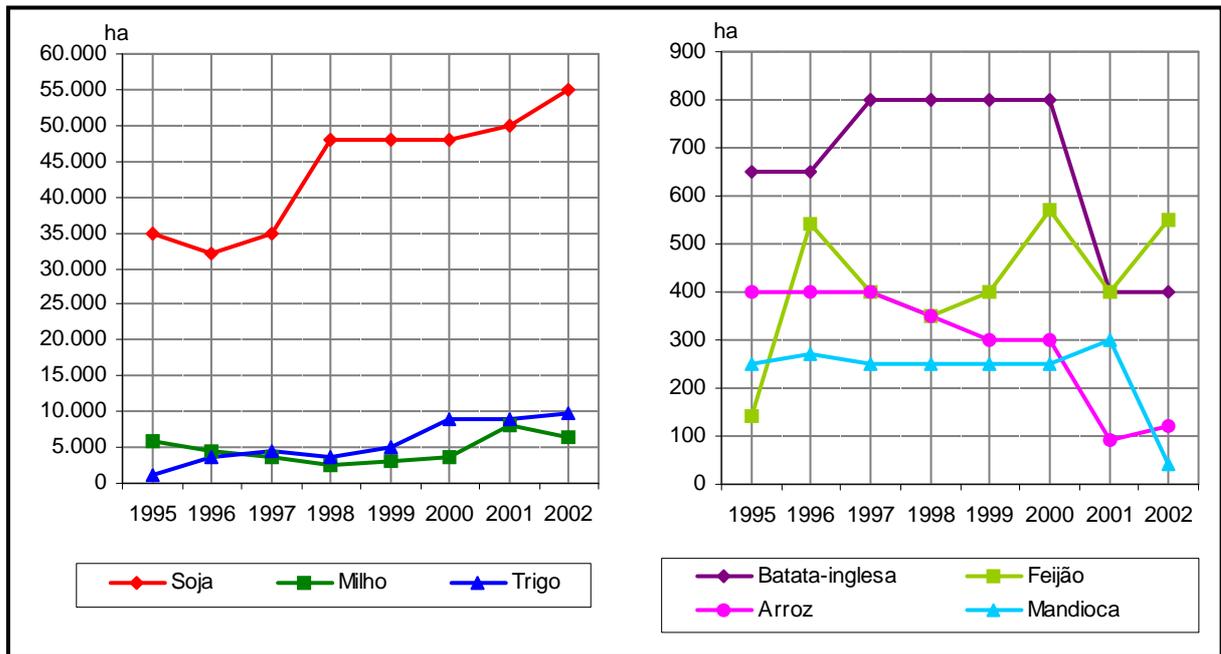
A redução no efetivo de bovinos decorreu da descoberta de um foco de febre aftosa no estado em agosto de 2000. Este fato gerou dificuldades de colocação da carne bovina nos mercados externo e interno. Acreditava-se que a febre aftosa estava erradicada no estado, sendo que em 1997, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, receberam relatório da Office International des Epizooties¹¹ –OIE– acusando a sanidade dos seus rebanhos. Em 1998 aqueles estados obtiveram da OIE o título de zona livre da aftosa com vacinação. Porém, seu status de zona livre foi perdido devido a ocorrência deste foco de aftosa no ano de 2000 (WOHLENBERG, 2005).

Por outro lado, a redução do rebanho bovino também pode estar correlacionada a modificações ocorridas na estrutura de produção agropecuária. A soja, principal cultivo, detém a maior área plantada (Gráfico 2), o maior número de estabelecimentos e o maior volume de produção (Gráfico 3). O trigo, em particular, apresentou o maior aumento na área plantada, de 1.000ha a 9.900ha no período de 1995 a 2002, ocupando o terceiro lugar em termos de produção. Apesar das oscilações, estes cultivos registraram expressiva expansão nos últimos anos. O que justifica essa dinâmica é o emprego de tecnologia moderna.

No mesmo período o feijão foi o segundo cultivo que registrou os maiores aumentos na área plantada (Gráfico 2), apresentando aumento equivalente na produção. Em contrapartida o milho apresentou declínio na área plantada e na produção até o ano de 1998, registrando daí em diante um pequeno aumento, que se acentuou em 2001.

¹¹ Organização Internacional de Epizootias.

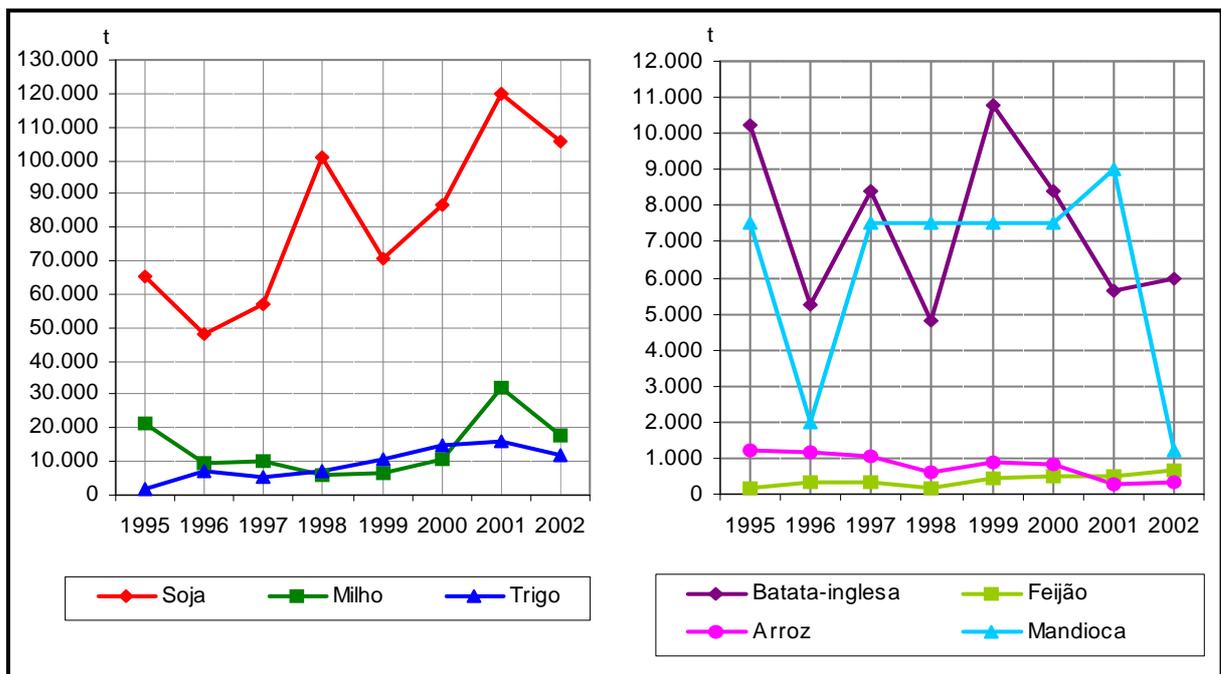
Gráfico 2: Júlio de Castilhos/RS: área plantada (ha) dos principais cultivos - 1995 a 2002.



Fonte: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Gráfico 3: Júlio de Castilhos/RS: quantidade colhida (t) dos principais cultivos - 1995 a 2002.



Fonte: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

A batata-inglesa e o arroz sofreram redução na área plantada de 38% e 70% respectivamente. Como resultado desta retração o volume de produção foi reduzido em 41% no caso de feijão e 75% no arroz (Gráfico 3). Em contrapartida a mandioca

apresentou um comportamento peculiar. A área plantada permaneceu estável até o ano de 2000, apresentando crescimento de 20% em 2001, seguida de uma queda de 87% em 2002. A produção sofreu queda de 74% em 1996, aumentando em 2001, porém em face do aumento da área plantada, decaindo novamente no ano seguinte.

Cabe ressaltar que, embora a soja e o trigo sejam cultivos de exportação, explorados predominantemente em empresas rurais, em Júlio de Castilhos eles são cultivados em quase todos os estabelecimentos rurais, inclusive naqueles de até 20ha.

As mudanças relativas à expansão espacial ou retração de cultivos ocorridas no Município de Júlio de Castilhos no intervalo de 1995 a 2002 não podem ser dissociadas da conjuntura econômica (mercado) do país e do mundo. Neste contexto, foram implementadas políticas públicas, preços e financiamentos para a produção que estimularam a expansão dos cultivos de exportação, como é o caso da soja. Em contrapartida, ocorreu o recuo dos cultivos alimentares básicos.

A tabela 2 mostra a distribuição da terra no Município de Júlio de Castilhos. Nota-se a predominância de estabelecimentos de até 20ha que correspondem a 42,45% dos estabelecimentos rurais. Estes, somados aos de até 100ha, representam 76,09% do total de estabelecimentos rurais do município em questão. Em contrapartida aqueles com mais de 100ha, representam 23,91% do número total.

Tabela 2: Estabelecimentos rurais (%) e área ocupada (%) no Município de Júlio de Castilhos/RS, no ano de 1996.

Classificação dos estabelecimentos	Estabelecimentos		Área Ocupada	
	nº	%	hectares	%
Menos de 2 ha	31	2,17	30,8	0,02
2 a menos de 10 ha	437	30,56	722,76	0,46
10 a menos de 20 ha	139	9,72	1723,97	1,11
20 a menos de 50 ha	337	23,57	9033,27	5,8
50 a menos de 100 ha	144	10,07	8048,17	5,17
100 a menos de 500 ha	217	15,17	42754,08	27,46
500 a menos de 1000 ha	92	6,43	51829,36	33,3
Mais de 1000 ha	33	2,31	41542,88	26,68
Total	1.430	100	155.685,3	100

Fonte: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

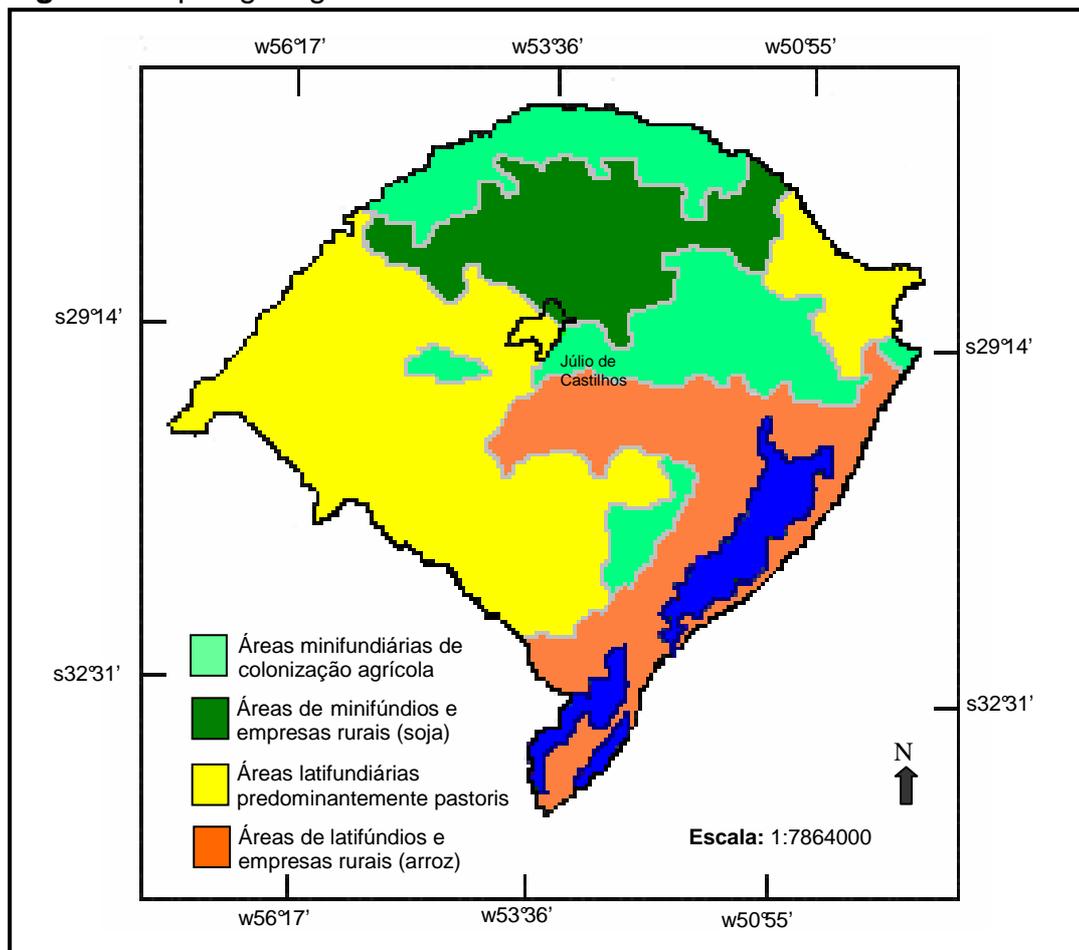
Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Todavia, seguindo as características da estrutura fundiária brasileira, em Júlio de Castilhos os estabelecimentos com mais de 500ha (8,74%) detêm 59,98% da

área total e os estabelecimentos de 100 a 500ha (15,17%) ocupam 27,46% da área. Já os estabelecimentos rurais até 20ha, que representam quase a metade dos estabelecimentos do município, ocupam apenas 1,59% da área total. Estes, juntamente aos estabelecimentos de até 100ha, detêm 12,56%.

Estes dados demonstram que os pequenos estabelecimentos rurais são numericamente predominantes no município, muito embora os grandes estabelecimentos detenham a maior parcela de área (Figura 3). Esta tendência também foi comprovada por Conterato e Miorin (2001)¹², que classificaram o módulo rural de Júlio de Castilhos equivalente a 35ha, verificando que sua estrutura é [...] *típica das médias e grandes propriedades concentradoras dos espaços da produção rural.* (p.125).

Figura 3: Tipologia agrária do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: MOREIRA, I. & COSTA, R. H. Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul, 1986, p.73.

Organização: BUTH, Fernanda (2005)

¹² Os autores utilizam propriedades rurais cadastradas pelo INCRA. Neste estudo adotou-se os dados do IBGE que trabalha com estabelecimentos rurais. Muito embora propriedades e estabelecimentos rurais sejam unidades de análise diferentes, que não podem ser comparados, as informações apresentadas pelos autores são importantes e elas servem para caracterizar o espaço agrário de Júlio de Castilhos.

A monopolização do espaço rural pelos estabelecimentos com mais de 100ha pode ser percebida também no pessoal ocupado em atividades agrícolas. A população rural vem decrescendo e esta dinâmica pode estar correlacionada à estrutura fundiária local.

Na tabela 3 é possível apreender que os estabelecimentos com menos de 50ha detêm 50,62% do pessoal ocupado em atividades agrícolas. Daquele total, 21,89% está ocupado em estabelecimentos com área inferior a 20ha, enquanto os que estão situados no extrato de 20 a 50ha detêm o maior número de mão-de-obra, abarcando 28,73% do pessoal ocupado.

Tabela 3: Pessoal ocupado por tamanho do estabelecimento, no Município de Júlio de Castilhos/RS, no ano de 1996.

	Total (%)	Homens		Mulheres	
		Menores de 14 anos	Maiores de 14 anos	Menores de 14 anos	Maiores de 14 anos
Menos de 2 ha	2,35	2	45	4	33
2 a menos de 10 ha	9,39	13	194	9	120
10 a menos de 20 ha	10,15	19	207	12	125
20 a menos de 50 ha	28,73	75	549	77	327
50 a menos de 100 ha	9,92	16	229	15	95
100 a menos de 500 ha	20,37	31	507	28	163
500 a menos de 1000 ha	12,97	26	355	9	74
Mais de 1000 ha	6,12	4	176	5	34
Total	100	186	2.262	159	971

Fonte: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Em contraposição os estabelecimentos de 50 a mais de 1000ha abarcam 49,38% da mão-de-obra ocupada. Deste total, 30,29% está empregado em estabelecimentos de 50 a 500ha, sendo que os estabelecimentos com mais de 500ha, que abrangem mais da metade da área ocupada, colaboram apenas com 19,09% do pessoal ocupado.

Ainda verifica-se na tabela 3 que os homens predominam em relação às mulheres no espaço agrário, tanto com idade inferior a 14 anos, quanto com idade superior. Sua hegemonia está relacionada às atividades exercidas que exigem um grande esforço e à distribuição do trabalho no estabelecimento. O trabalho da mulher, em geral, ainda é considerado marginal na agricultura.

Cabe assinalar que em Júlio de Castilhos predominam grandes estabelecimentos rurais e isto favorece a organização de assentamentos rurais, a exemplo do assentamento Ramada, que contribuiu para o aumento numérico da população rural, dos pequenos estabelecimentos e da mão-de-obra ocupada no meio rural.

Nesse sentido, o capítulo seguinte focaliza os assentamentos rurais, categoria de análise geográfica que se constitui a partir da formação do MST. É abordada, portanto, a territorialização do MST no campo brasileiro e a (re)organização do espaço agrário a partir dos assentamentos rurais.

3. Assentamentos rurais: uma categoria de análise geográfica

3.1. A dimensão territorial do MST

O problema agrário no Brasil é decorrente da estrutura agrária. Este fenômeno tem influenciado, ao longo da história, a formação de vários movimentos sociais no país.

A atual configuração territorial do campo brasileiro resulta da luta entre classes e, por conseguinte, tende a ser alterada, pois a disputa entre os diferentes segmentos sociais é responsável por um constante processo de destruição e reconstrução dos territórios. Como assinala Vendramini (2000), tomando por base as conceituações de Thompson e Vianna, as classes sociais são formações culturais ou econômicas resultantes das relações de produção. Mas elas não são estáticas, pois estão em constante processo de reconstrução.

Os movimentos sociais, conforme Grzybowski (1994), são a expressão das contradições inerentes aos diferentes segmentos sociais. Como se sabe e Oliveira (1995) reforça, os movimentos de luta pela terra no Brasil, nasceram junto com o latifúndio, existindo, portanto, desde a colonização, podendo-se tomar como exemplo os quilombos, a revolta de Canudos, do Contestado, e Trombas e Formoso.

É com base nesta luta pelo direito de acesso à terra de trabalho e moradia que surgem os assentamentos rurais no campo brasileiro. Estes assentamentos são responsáveis por transformações estruturais no espaço rural, dando origem ao que se convencionou chamar de impactos dos assentamentos rurais.

A consolidação do MST, bem como de outros movimentos sociais rurais, segundo David e Corrêa (2003), solidificou a luta pela terra. Suas conquistas, dentre as quais merece destaque o assentamento, resultaram na maior parte das vezes de ocupações e acampamentos, que se tornaram sua principal forma de luta e resistência.

Neste processo, construiu-se a identidade Sem Terra em espaços coletivos como sindicatos, CEBs, CPT e o próprio MST. A construção desta identidade, para Schwendler (2000), foi extremamente importante para a organização do Movimento Sem Terra, para a identificação entre os iguais e a compreensão da luta pela terra enquanto luta por um direito negado.

O acampamento, neste contexto, configura como o principal espaço de socialização, ou *'espaço educativo'* como convencionou chamá-lo Caldart (2000)¹³. As experiências coletivas vivenciadas no acampamento reelaboram o significado da luta pela terra, que se transmuta de terra para trabalhar em construção de uma nova sociedade.

Não obstante, Grzybowski (1994) assinala que não cabe apenas ao MST pensar a Reforma enquanto projeto alternativo de agricultura e sociedade. Entretanto, para o autor, as sementes de uma sociedade mais democrática estão, justamente, nos movimentos sociais. Mais especificamente em suas lutas, propostas e experiências.

Todavia, a sociedade em geral percebe nos movimentos sociais apenas a miséria e a pobreza, não compreendendo sua dimensão política (GRZYBOWSKI, 1994). O MST busca mostrar à sociedade que a miséria e a pobreza no campo constituem-se em alguns dos custos sociais da modernização da agricultura. Concomitantemente, transforma os trabalhadores rurais em *'reais sujeitos políticos coletivos'*. Contudo, segundo Pacheco (1994), apesar do reconhecimento dos custos sociais e econômicos advindos, não se questiona a eficácia do modelo de desenvolvimento, devido ao considerável desempenho obtido na agricultura e devido ao seu entendimento como tendência única do processo de desenvolvimento do capitalismo.

A luta do MST não se circunscreve apenas à terra, embora esta seja a principal reivindicação posta em evidência. O Movimento, em seu processo evolutivo, transferiu o enfoque de sua luta da terra à construção de uma sociedade superior, mais justa e igualitária. Por conseguinte, para o desenvolvimento de uma nova forma de produção da vida fundamentada no trabalho coletivo, pois compreende que a construção desta nova sociedade inicia-se na base do modo de produção.

Esta concepção fundamenta-se na tese marxista de que no processo de produção e reprodução da sociedade burguesa, através da produção de mais-valia, produzem-se concomitantemente os elementos necessários à superação do modo de produção capitalista. Nas palavras de Aued (2002), a produção e reprodução da

¹³ Assim como Caldart (2000), Vendramini (2000) busca verificar no Movimento um sujeito pedagógico. Sua afirmativa se fundamenta na idéia de que a aprendizagem não é restrita à escola, acontecendo cotidianamente nas experiências vividas. Dentro desta perspectiva, o MST inaugura no acampamento e no assentamento novas experiências, em especial, experiências coletivas.

sociedade capitalista constitui-se no tempo e no espaço de negação do capitalismo, com a degeneração do trabalho individual enquanto fonte da vida e sua substituição pelo trabalho social, ou seja, coletivo.

Aued (2002) ainda assinala que não basta querer construir uma nova sociedade, como pretende o Movimento Sem Terra. A nova sociedade irá surgir naturalmente da própria sociedade capitalista.

O MST constitui-se em uma das expressões da degeneração da sociedade capitalista, considerando que une em torno de um objetivo comum pessoas excluídas pelo sistema. A crescente acumulação de riquezas nas mãos de poucos (os capitalistas) é responsável pelo aumento da exclusão social de muitos (os trabalhadores). Porém, como os trabalhadores são o fundamento da existência da sociedade burguesa, a crescente impossibilidade de se reproduzir caracteriza a negação do próprio sistema (AUED, 2002).

[...] A negação da sociedade capitalista pelo socialismo não significa a supressão da sociedade humana, mas apenas a supressão de certos aspectos determinados de uma das fases de sua evolução. E também não significa de modo algum a supressão de todos os aspectos que distinguem a sociedade capitalista da forma social que a precedeu [...] (KAUTSKY, 1972, p.221).

Neste contexto, os movimentos sociais inserem-se em novas formas de luta pela superação da ordem vigente. O processo de redemocratização da sociedade, desencadeado pelos movimentos sociais, demonstra a capacidade de organização e luta da população marginalizada. Por conseguinte, conforme considerações de Grade (1999), enquanto movimento social organizado, o MST fundamenta-se na solidariedade entre os homens, possibilitando romper com o sistema capitalista que o criou.

Sua formação, ao estar imbricada com a conscientização¹⁴ da condição de marginalização, impõe a conscientização da possibilidade de transformação da estrutura agrária vigente e, em consequência, do espaço e da sociedade. Estas modificações estão no seio da luta entre classes, representada no campo brasileiro pelos sem-terras, pequenos produtores rurais, grandes proprietários, Estado, capital globalizado, entre outros. Coelho (1996) define as lutas de classe como [...] *expressões das rupturas dos velhos arranjos de poderes e a emergência de novos,*

¹⁴ Para Marx e Engels (1984) a consciência é um produto social resultante da percepção do indivíduo quanto ao ambiente que o cerca e as pessoas com as quais se relaciona.

que aí tentam se impor [...] (p.257), determinando assim uma (re)organização do território.

O território constitui-se em um dos conceitos-chave da ciência geográfica, tendo surgido na geografia política para designar o espaço apropriado por um determinado grupo social. Porém existem outras concepções de território. Além da vertente política, há também a cultural e a econômica.

Dentre suas significações, tem-se a noção de território enquanto *[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]*, segundo Souza (1995, p.78). Por conseguinte, está intimamente ligado às disputas de poder entre os diferentes segmentos sociais pela apropriação de um espaço específico e seus recursos naturais. A construção do território ocorre a partir da apropriação exercida por um grupo sobre determinada parcela do espaço, podendo esta apropriação ser de duração efêmera.

Em contraponto, para Santos (2002), que prefere a noção de configuração territorial, o território é o *[...] conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área [...]* (p.103). Neste contexto, o território é entendido como resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais.

A construção dos territórios, para Santos (1996), se dá a partir da projeção do trabalho sobre o espaço. Como é exposto pelo autor, o território não é território em si mesmo, pois o que faz dele território é o seu uso e este uso faz do território um objeto de análise social. Andrade (1984) vai de encontro a esta tese ao afirmar que o uso do território é determinado e concomitantemente reflete a divisão social do trabalho. Portanto, à medida que a divisão do trabalho se torna mais complexa, modificam-se as formas de organização do espaço criando-se novas territorialidades.

Para Haesbaert (2004), o território é resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço e o controle deste espaço. Não obstante, as relações de poder mencionadas abarcam tanto as relações de dominação, quanto as de apropriação, pois conforme o autor, o território não é unicamente político, nem apenas econômico ou cultural e nem mesmo somente natural.

O autor entende a construção dos territórios como a *[...] imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-*

políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (p.79). Apesar de discordar da noção de território proposta por Milton Santos, analisa o território sob a perspectiva de híbrido entre sociedade e natureza, utilizada por Santos (2002) para compreender o espaço.

Apesar das divergências conceituais, os autores concordam que territórios são construídos e destruídos constantemente. As novas territorialidades criadas, fruto do movimento contínuo de criação-destruição-reconstrução dos territórios, implicam na desterritorialização de grupos sociais.

A desterritorialização, conforme Souza (1995) supõe a exclusão do grupo que anteriormente apropriava aquele espaço. Por outro lado, em Santos (2002), a desterritorialização representa o estranhamento do indivíduo ao lugar, ou seja, uma *desculturização*.

Enquanto para Haesbaert (2004) indica o enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, como a mobilidade de pessoas, bens materiais, capital ou informações. O autor destaca, porém, que a desterritorialização pode ocorrer na imobilidade. Justifica sua argumentação no fato de que os limites e as relações sociais de um determinado território podem não ser definidas pelo grupo que o apropria, mas por outro grupo que o domina.

O fenômeno da desterritorialização já traz em seu bojo o processo de reterritorialização, que sugere a incorporação de novos territórios, ou seja, a construção de uma nova territorialidade por parte do grupo desterritorializado. Segundo Santos (2002), mesmo sendo o território conformado pelo conjunto de elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Ao mudar as formas, mudam-se as funções e, conseqüentemente, muda-se o homem. Isto fica explícito na seguinte passagem:

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida. (p.329)

Haesbaert (2004) possui outra concepção a respeito da reterritorialização. Ela diz respeito a resistência à desterritorialização imposta pela territorialização comandada por outros.

[...] ou seja, eu posso “delimitar” meu território simplesmente através da delimitação do território do outro. Neste sentido, mesmo com uma “territorialização” (física) aparentemente bem definida, o outro está de fato desterritorializado, pois não exerce efetivo domínio e apropriação sobre seu território. (p.263)

Ambas concepções entendem que à medida que são destruídos os territórios existentes e construídas novas territorialidades, desenvolve-se um processo dinâmico que supõe, num primeiro momento, a desterritorialização e, em um momento posterior, a reterritorialização. Deste modo, a dinâmica territorial processa-se em todos os setores da sociedade indistintamente, inclusive no campo.

Neste processo, o Estado constitui-se no mediador da luta entre os diferentes segmentos sociais. O Estado é, conforme Andrade (1984), o veículo pelo qual a sociedade transforma o espaço segundo interesses específicos, aperfeiçoando continuamente as formas materiais e sociais de uso dos territórios. Todavia, estas transformações, por vezes, apresentam resultados que exigem a reformulação dos fins almejados, em vista da pressão advinda dos diferentes grupos sociais. No caso do campo brasileiro, a atuação do Estado se dá a partir da *‘mediação’* do confronto entre a elite agrária e o MST e os pequenos produtores rurais.

Concebe-se o MST como um movimento social agrário que tem como principal objetivo a luta pela posse da terra e o acesso ao trabalho, propondo assim a construção de uma nova sociedade. Mas essa nova sociedade necessita rediscutir o significado da terra, que até então serviu como fonte de especulação, concentração territorial e renda para o proprietário jurídico. Com base em sua proposta, a terra deve voltar a realizar sua *‘função social’*, produzindo alimentos, possibilitando a permanência do homem no campo e resgatando valores relativos à dignidade e auto-estima do agricultor.

Por conseguinte, embora aparentemente a luta entre classes no campo ocorra somente em função da terra e da possibilidade de nela produzir, em seu bojo encontra-se a necessidade emergente de reconstrução do espaço rural, criando-se assim novos territórios de uso coletivo.

Formado por pequenos produtores rurais, posseiros, meeiros, parceiros, entre outros, o MST configura uma massa populacional à margem da sociedade, excluída pela impossibilidade de acompanhar/absorver o processo de reestruturação do espaço agrário, decorrente da mecanização do campo. Os sem-terras são, portanto,

indivíduos desterritorializados. Além de terem perdido os vínculos com a terra de origem, sofreram também um arrasamento de sua cultura enquanto produtores familiares, uma vez que, sem a posse da terra, ficaram impossibilitados de trabalhá-la e obter seu sustento.

Ao constituir o MST, estes sujeitos reencontram sua identidade através da perspectiva de reterritorialização. Ou seja, o Movimento apresenta aos sem-terras a possibilidade de retorno à terra e conseqüente resgate de sua condição de pequenos produtores rurais, reterritorializando-os. Em função disso forma-se, como é posto por Medeiros, Sousa & Alentejano (1998), uma identidade política através da inserção social, que os leva a se autodenominarem Sem Terras (CALDART, 2000).

Entretanto, cabe lembrar que o próprio Movimento, enquanto sujeito coletivo, possui uma dimensão territorial. Fernandes (2000b) enfatiza este aspecto definindo-o como um movimento socioterritorial com ações socioespaciais. Segundo o autor, estas definições são resultado da análise da organização dos movimentos sociais aliada aos [...] *processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem e pelos territórios que dominam.* (p.60).

O principal objeto de luta do MST constitui-se no acesso à terra, o que o distingue como um movimento socioterritorial, pois sua luta volta-se para o território. Contudo, outra característica marcante de um movimento socioterritorial é determinada pela organização que permite sua atuação combinada em diferentes lugares. Esta atuação concomitante em espaços distintos é possibilitada pela espacialização da luta, o que leva à definição das ações do Movimento como socioespaciais, considerando que há uma repercussão de suas ações no espaço e no território. Fernandes (2000b) discute os aspectos territoriais e espaciais dos movimentos sociais nos seguintes termos:

Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta. (p.73)

Neste contexto, as ocupações caracterizam-se como uma das principais formas de dimensionamento das ações do movimento, uma vez que lhe dá notoriedade perante a sociedade como um todo. Por outro lado, elas possuem ainda uma significação que diz respeito à intervenção direta no espaço e, por conseguinte,

nas relações de poder que o permeiam, construindo um espaço de luta e resistência pelo direito de acesso à terra.

Da tentativa das ocupações resultam os acampamentos que inauguram o processo de territorialização da luta contra as grandes unidades de produção e a monocultura de exportação. Ainda com base em Fernandes (2000b, p.76), os acampamentos configuram-se em [...] *espaços e tempos de transição na luta pela terra [...]*, pois além de espaços de politização e socialização, criam pontos de tensão.

Deste modo, as ocupações e os acampamentos são a principal forma de pressão sobre os órgãos governamentais, no que concerne à agilização dos processos de desapropriação e assentamento. Considerando que as iniciativas governamentais no sentido de resolver a problemática da terra, em geral, são emergenciais, ou seja, [...] *pontuais, dispersas, desarticuladas, [...] segundo a gravidade dos conflitos existentes [...]* (MEDEIROS, SOUSA & ALENTEJANO, 1998, p.56).

Esta quase omissão do Estado e atuação apenas sob pressão, no sentido de resolver o problema agrário, se deve aos interesses por ele representados. Gonçalves Neto (1997) expõe claramente que, em sendo o Estado o guardião da ordem dominante, seus interesses serão os interesses da classe dominante, não da sociedade como um todo. Se em algum momento o Estado contraria estes interesses, é justamente em momentos e locais de tensão para assim poder manter a ordem vigente.

Neste confronto para fazer valer o direito de acesso à terra, o assentamento aparentemente encerra um ciclo, porém inicia outro, de luta pela permanência na terra, inaugurando o processo de construção de um novo território no espaço agrário. Este novo embate concerne mais ao estabelecimento de alternativas de reprodução dos assentados, entre os quais, possuem destaque as novas formas de produção e organização do trabalho (FERNANDES, 1999), mais solidárias e mais adequadas ecologicamente.

3.2. O assentamento e a (re)territorialização dos sem terra

As políticas públicas voltadas ao setor agrário sempre favoreceram a produção em larga escala, ficando a pequena produção relegada a um plano secundário. Todavia, devido às características contraditórias do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo, questão abordada por Oliveira (1995), a pequena propriedade fundiária, com base no trabalho familiar, persistiu.

Os assentados, juntamente a uma gama de pequenos produtores rurais, comprovam esta tendência. Mesmo em vista de alguns insucessos, os assentamentos têm garantido a permanência do homem no campo, empregando e gerando renda para um considerável número de famílias (MEDEIROS, SOUSA & ALENTEJANO, 1998). Além disso, os assentamentos têm possibilitado ainda a recuperação da auto-estima e da dignidade dos assentados, a integração ao mercado, a alteração das relações de poder local e a organização de novas formas de produção, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, regional e nacional.

O significado dos assentamentos para os trabalhadores sem-terra é a reterritorialização, uma vez que constituem-se em território conquistado. Em contrapartida, sendo território conquistado em uma luta desigual contra a grande propriedade rural e em espaço dominado pela grande unidade de produção, demarcam claramente os limites entre o espaço dos assentados e dos grandes produtores rurais. Assim como nos dizeres de Souza (1995, p.86), o assentamento delimita [...] a diferença entre “nós” [...] e os “outros”[...].

Sauer (2003) também destaca a importância das fronteiras dos assentamentos em sua delimitação com o restante do espaço agrário.

A luta pela terra é um processo social de reforço de vínculos locais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, se constituindo em um processo de reterritorialização que situa as pessoas em um espaço geograficamente bem delimitado. O assentamento (e as próprias parcelas e lotes) é caracterizado por limites e fronteiras, resultado de conflitos e lutas sociais que dão identidade e sentimentos de familiaridade a seus habitantes [...]. (p.20)

Estes limites e fronteiras aparecem claramente na forma de ocupação do espaço. Sauer (2003) identifica o espaço da grande exploração como um ‘*não-lugar*’ ou um ‘*vazio identitário*’, pois materializa a ausência a partir da exclusão social e

marginalização. Pretende assim enfatizar o papel dos assentamentos na reconstrução destes espaços, criando um novo território no espaço rural enquanto contextura da prática social. Eles são espaços singulares que possibilitam a resignificação do lugar.

A característica dos assentamentos sob o signo do território é mais abrangente que a territorialização de grupos específicos e a construção de novas territorialidades. Os mesmos apresentam-se como um elemento reestruturador do campo a medida que novos assentamentos vão sendo incorporados e conforme vão estabelecendo novas formas de produção e organização do trabalho. Medeiros, Sousa e Alentejano (1998) alegam que mesmo ainda em número relativamente pequeno, os assentamentos têm se constituído em um laboratório de experiências sociais. Além de dinamizarem o debate sobre as perspectivas futuras do meio rural, têm embasado a discussão a respeito de um novo modelo de desenvolvimento fundado na unidade de produção familiar.

Desta maneira, indicam uma tendência de (re)organização do espaço agrário. Esta tendência é apontada por Sauer (2003, p.20) quando afirma que *a criação dos assentamentos gera uma nova organização social, econômica e política [...]*. Com base em Martins, o autor ainda acrescenta que *[...] os projetos de assentamentos são “uma verdadeira reinvenção da sociedade” como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade”[...]*.

A concretização destas perspectivas, todavia, requer a continuidade da luta, porém agora uma luta por políticas públicas voltadas para a pequena produção, por novas alternativas de renda e por novas formas de produção. Com base nesta luta que se estrutura o novo território, que se convencionou a chamar aqui de território do assentamento ou território dos assentados.

Os assentamentos constituem-se, pois, em territórios que iniciam uma nova dinâmica de apropriação do espaço onde o elemento social é priorizado. Esta característica se apresenta sob diferentes aspectos, seja na resolução, mesmo que em parte, do problema da concentração fundiária; seja na busca por novas formas de organização do trabalho e da produção.

Apropriando-se das palavras de Schwendler (2000, p.06):

[...] a construção/reconstrução de seu espaço social [dos assentados] constitui-se num novo modo de vida, que se dá tanto a partir dos referenciais que cada assentado traz em sua história de vida, como a

partir de referenciais coletivos reelaborados na luta pela conquista da terra, de forma que o assentamento continua a ser espaço de recriação cultural, de continuação e emergência de uma nova cultura política e, acima de tudo, por ser um espaço de vivência de relações sociais diferenciadas e por desenvolver no cotidiano concreto fragmentos significativos de uma nova sociedade modificada, torna-se uma força instituinte no social-histórico, possibilitando a instituição de um novo modo de viver no campo.

Os assentamentos promovem então, em primeira instância e de forma claramente perceptível, um reordenamento do uso da terra (BERGAMASCO & NORDER, 1996). Decorre da criação do assentamento, com a divisão da terra em pequenas unidades de produção, uma redistribuição fundiária. Este é o primeiro aspecto perceptível das mudanças inseridas pelos assentamentos no espaço rural e é tanto mais perceptível quanto maior o número de assentamentos e famílias assentadas num mesmo município. Embora sua interferência imediata diga respeito à estrutura agrária do município, vinculando-se ao local, seu significado mais relevante extrapola as fronteiras do local, pois se refere à ampliação do direito de acesso à terra e reinserção social, podendo desencadear processos sócio-econômicos de repercussão regional.

As transformações locais e regionais decorrentes da implementação dos assentamentos são notáveis de tal forma que Leite (1998) denominou-as de impactos dos assentamentos. As alterações provocadas pelos assentamentos não se restringem aos limites do mesmo, afetando diretamente seu entorno, o qual é designado de região do assentamento.

O assentamento, com o simples ato de ser criado, já altera as relações de poder locais, pois normalmente o local se constitui em área de grandes propriedades rurais. Além disso, mesmo que haja adesão ao modelo produtivista, promovem um rearranjo do processo produtivo. Com a diversificação da produção, introdução de novas atividades, associativismo e formação de cooperativas, afetam a dinâmica do comércio local, a movimentação bancária, a arrecadação municipal, entre outros (LEITE, 1998). Os assentados podem se tornar, assim, agentes importantes na política e na economia.

Além disso, o assentamento é também responsável pela inserção e emprego de um contingente populacional no campo, determinando, em primeira instância, o aumento da população municipal e, em segunda instância, uma maior demanda por bens de consumo e produtos necessários à unidade doméstica (LEITE, 2004). O

emprego e a renda gerada pelos assentamentos rurais, portanto, contribuem para a economia brasileira, uma vez que dinamizam a economia local e permitem a melhora da qualidade de vida de parcela da população, gerando um saldo positivo nos indicadores sociais e econômicos nacionais. Deve-se considerar também, neste íterim, a importância da produção de subsistência para o consumo dos assentados.

Porém nem todos os assentamentos são constituídos por integrantes do MST, como também não existe um único tipo de assentamento. Gomes da Silva (1994) classificou os assentamentos em quatro categorias: a) associativos ou explorações comunitárias; b) suburbanos ou agrovilas; c) extrativistas e; d) individuais ou explorações parceladas.

Nas explorações comunitárias, o imóvel desapropriado é explorado conjuntamente por todas as famílias assentadas, sem haver o parcelamento da terra em unidades individuais. Este tipo é o contraponto dos assentamentos individuais, nos quais a terra é dividida sob a forma de lotes entre as famílias assentadas.

As agrovilas são os assentamentos projetados para trabalhadores rurais urbanos, volantes ou bóias-frias. Enquanto os assentamentos extrativistas, que também admitem a denominação de reservas extrativistas, constituem-se nos assentamentos organizados em regiões de mata nativa em que a principal atividade econômica é a exploração da floresta.

Esta tipificação dos assentamentos denota as especificidades dos sujeitos que demandam terra no meio rural brasileiro. Suas especificidades têm gerado muitos debates, não havendo consenso a respeito do caráter da Reforma Agrária que se deve implementar para resolver o problema agrário.

O mesmo ocorre com a concepção de organização dos assentamentos, ou seja, constituem-se ou não Reforma Agrária. Essa questão tem suscitado intensas discussões e a polêmica ainda não está encerrada. Assim, fica em aberto a questão: *os assentamentos rurais podem ser considerados Reforma Agrária? Acredita-se que, embora sejam intrínsecos à Reforma, não podem ser confundidos com ela*¹⁵. Parte-se do pressuposto que a Reforma requer a alteração estrutural de amplos

¹⁵ Etimologicamente a expressão reforma origina-se das palavras *re* e *formare*. O prefixo *re* significa *renovação* e o sufixo *formare* indica a maneira de existência de uma coisa. Não obstante, a Reforma Agrária é a mudança da estrutura agrária para uma estrutura na qual a propriedade cumpra com sua função social (ALBUQUERQUE FILHO, 2000).

Segundo Luft (1987), a Reforma é uma ação ou efeito de reformar, uma mudança na qual se obtém uma nova forma. Logo, a política de assentamentos não é *Reforma Agrária*, porquanto não modificou a estrutura fundiária vigente no país, constituindo-se apenas em um elemento, um componente, com certeza imprescindível, da Reforma, ao promover alterações, significativas ou não, na estrutura fundiária a nível local.

setores da sociedade, e isto não ocorre com o simples fato de se dar ao agricultor terra para plantar.

Vários autores¹⁶, mesmo com concepções diferenciadas quanto ao tipo de Reforma Agrária a ser implementada, são unânimes em afirmar que a mesma não deve ser entendida de forma limitada, apenas como redistribuição de terras. Existe uma pluralidade de situações no agrário brasileiro que exige tratamento diferenciado. Além da terra é essencial uma política que ofereça ao pequeno produtor condições de se reproduzir. Somente uma política distributivista, dissociada de alterações significativas na política agrícola, não será suficiente para resolver o problema agrário brasileiro.

Em virtude às controvérsias existentes quanto ao fato dos assentamentos constituírem-se em Reforma Agrária ou não, neste estudo serão entendidos como resultado das políticas de assentamentos. Considerando-se, portanto, que os assentamentos são iniciativas de Reforma Agrária, mas não a Reforma em si, pois alteram a estrutura fundiária apenas a nível local, podendo vir a interferir econômica e politicamente a nível regional.

Medeiros, Sousa & Alentejano (1998, p. 56) expressam bem o significado dos assentamentos quando assim se manifestam:

[...] em que pese o aumento do número de desapropriações e de assentamentos de trabalhadores nas décadas de 80 e 90, ele está longe de indicar um processo de reforma agrária em curso, visto que essas experiências constituíram-se a partir de uma lógica de política governamental que tinha por objetivo amenizar tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país.

Geralmente é este mesmo desinteresse em fomentar uma Reforma Agrária ampla e maciça que prejudica o sucesso dos assentamentos. Eles normalmente são criados de forma estratégica e pontual, e os programas de crédito implementados para os assentados são insuficientes para a manutenção da propriedade (MEDEIROS, SOUSA & ALENTEJANO, 1998).

Devido a esta problemática, a organização produtiva e social do assentamento é fundamental, uma vez que reflete, em maior ou menor grau, no seu sucesso ou insucesso. No entanto, na avaliação do 'sucesso' do assentamento consideram-se secundários os aspectos econômicos relativos à produção. São de maior relevância os elementos qualitativos, relativos ao nível de vida dos assentados

¹⁶ Caio Prado Jr. (1979), Graziano Neto (1994), Graziano da Silva (1994), Pacheco (1994), Alentejano (1996).

que, de acordo com Bavaresco (1999) e Leite (1998), melhoram consideravelmente no que diz respeito à moradia, alimentação, educação, entre outros.

Dentro deste contexto, pode-se inferir que os assentamentos rurais alteram as relações de poder local, instalando novas demandas de saúde, educação e infraestrutura básica (LEITE, 1998). Estas alterações serão influenciadas por diversos fatores, entre os quais as relações estabelecidas pelos assentados com a população e instituições locais.

No capítulo seguinte serão abordadas as estratégias de reprodução utilizadas pelos produtores familiares para assegurar a reprodução da unidade produtiva e do grupo familiar. Nesta perspectiva são apontadas as formas de organização da produção, os fatores de dependência e a importância crescente da pluriatividade para a pequena produção na atualidade.

4. As estratégias de reprodução nos assentamentos rurais

4.1. Formas de organização da produção como estratégias de reprodução

A agricultura familiar caracteriza-se pela estreita relação entre a família e a produção. Esta relação faz da propriedade familiar uma unidade complexa, na qual a exploração agrícola e a moradia são interdependentes (KAUTSKI, 1972). Portanto, seu entendimento não é possível unicamente através da análise econômica.

A capacidade de apropriação e de desenvolvimento dos meios de produção na agricultura familiar difere sensivelmente de uma unidade produtiva para outra. Sua reprodução decorre de fatores familiares e de fatores de dependência que englobam os valores, o projeto de vida e as limitações sócio-econômicas, políticas e ambientais. Em consequência, como assinala Lamarche (1997), têm-se na agricultura familiar diferentes modelos de funcionamento, bem como uma diferenciação de classes sociais dentro destes modelos.

As diferentes estratégias de reprodução implementadas pelos pequenos agricultores são responsáveis pela manutenção, reposição e transmissão do capital social de uma geração à outra, como é expresso por Plein e Schneider (2003, p.65) na passagem que segue:

A noção de estratégia de reprodução é essencial na análise da agricultura familiar porque ela serve para explicar como e porque a forma familiar de produção conseguiu se reproduzir, tanto durante o período denominado de modo de vida colonial como atualmente. O que se percebe, é que esses agricultores sempre utilizaram determinados recursos, alternativas, mecanismos. Enfim, determinadas estratégias, tais como as migrações, a busca de atividades não-agrícolas, inserção nas agroindústrias, reconversão produtiva, entre outras, com vistas a assegurar a sua sobrevivência.

As estratégias de produção são, portanto, um meio de assegurar a sobrevivência do grupo familiar e da pequena propriedade. Constituem-se em uma forma de constante produção dos elementos necessários à reprodução (FAUSTO NETO, 1982).

Dentre estas estratégias possuem especial destaque as formas de organização da produção e do trabalho. As diferentes formas de organização da

produção no interior da unidade produtiva são determinadas pela lógica familiar e pelo grau de dependência externa, e isso se reflete na auto-exploração da família.

Nos assentamentos rurais as estratégias de reprodução se revestem de especificidades. Muito embora a política de assentamentos rurais represente uma oportunidade de reinserção dos sem-terras no sistema econômico, esta é dificultada pela ausência de políticas específicas para o segmento familiar, em especial para os que ingressam nos assentamentos, via de regra, descapitalizados e sem bens materiais.

Como os recursos creditícios destinados aos assentamentos são escassos, e como a renda auferida com a venda da produção agropecuária normalmente é baixa, no intuito de aumentá-la, os assentados aderem à lógica produtivista. Isto implica em custos com a produção, levando o produtor a uma relação de dependência externa. Lamarche (1998) identifica na agricultura três formas de dependência: a dependência tecnológica, a dependência financeira e a dependência do mercado.

Cabe observar que o investimento em tecnologias –máquinas e sementes selecionadas–, além de exigir altos investimentos financeiros, normalmente implica na aquisição de outras tecnologias e de insumos como, por exemplo, adubos químicos, pesticidas e fungicidas. A dependência tecnológica está intrinsecamente ligada à dependência financeira. Assim, para modernizar a produção o agricultor familiar necessita de recursos financeiros que geralmente não possui, recorrendo então a empréstimos. A resultante é o endividamento, fato comum entre pequenos produtores, incluindo-se aí os assentados.

A modernização da produção associada ao uso de maquinários e insumos químicos para aumentar a produtividade também causa dependência do mercado. Mas existem ainda duas outras formas de dependência do mercado: primeiro para a venda da produção e, segundo, para a compra de alimentos e produtos industrializados necessários à manutenção da unidade doméstica.

Esta dependência externa dos produtores, impulsionada e ampliada pela modernização tecnológica da agricultura, foi responsável não apenas por transformações internas no processo produtivo, mas também pela reorganização das relações entre a agricultura e os demais setores econômicos. Comentando sobre a questão, Lamarche (1998) assinala que o processo de globalização colocou o produtor à mercê do mercado, apesar de suas estratégias produtivas e apesar da

criação de políticas públicas para a pequena produção. Em outras palavras, por menor que seja, a unidade produtiva já não é mais autárquica, sua permanência está sujeita aos interesses do capital.

Os assentados também enfrentam a problemática da dependência financeira, tecnológica e de mercado. Nesta perspectiva, desenvolvem estratégias de reprodução, sobressaindo-se a criação de formas associativas de trabalho e de produção. Eles objetivam aumentar a renda e minimizar os custos, garantindo com isso sua reprodução.

Aued (2002) afirma que as cooperativas de produção, enquanto formas de transição para uma nova sociedade, se apresentam como a melhor alternativa de superação da perda de poder aquisitivo dos trabalhadores. Embora elas não tenham conseguido resolver os problemas relativos à sua sobrevivência. O autor (p.44) ainda acrescenta:

[...] Não é por acaso que, nas duas últimas décadas, a experiência marcante da sociedade brasileira é a dos trabalhadores vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Apesar de encontrarem todo tipo de dificuldade e de resistência à sua luta, eles estão indicando ser possível a busca coletiva por uma vida mais digna, e a história por certo lhes dará razão.

A organização de cooperativas abre possibilidades para dinamizar tanto a produção, quanto a comercialização, conferindo maiores rendas aos assentados. As dificuldades de acesso às tecnologias, insumos e máquinas podem ser superadas através da organização dos assentados em cooperativas, podendo também facilitar a comercialização da produção.

Os assentados têm a opção de se especializarem, voltando-se para a monocultura e isto está associado às lógicas familiares. Estas lógicas nada mais são do que a relação entre o pequeno produtor e variáveis como a terra, o trabalho e a reprodução do estabelecimento (LAMARCHE, 1998). Nesta perspectiva, o maior ou menor apego à terra, a divisão do trabalho no interior da propriedade, o emprego de mão-de-obra assalariada, o investimento em modernização tecnológica e o desejo para o futuro profissional dos filhos, são alguns dos elementos que norteiam e caracterizam as lógicas familiares.

O assentamento Annoni (fase IV), no estado do Rio Grande do Sul, onde a soja é a principal fonte de renda, é um exemplo de predomínio de uma lógica familiar que valoriza a modernização tecnológica e o investimento em monoculturas. Esta

lógica normalmente vem acompanhada de uma menor importância do trabalho familiar no interior do estabelecimento e entendimento da terra como meio de produção, em detrimento ao seu valor enquanto patrimônio. Como destaca Bavaresco (1999, p.275):

[...] era de se esperar que, ao terem acesso à terra (mecanizável) e a recursos (mesmo que limitados), os excluídos da “modernização” (no caso os assentados) tentassem implementar, embora numa conjuntura bem menos favorável, aquilo que foram impedidos de realizar nas décadas de 1960-70.

Isso, talvez, possa explicar, pelo menos em parte, as razões que levaram os assentados a adotarem o mesmo padrão tecnológico que, em muitos casos, foi o responsável pelo próprio surgimento dos sem-terra.

Sob esta perspectiva, pode haver a reprodução do modelo produtivista no assentamento, com a adequação dos assentados à lógica capitalista de produção. Mas como é posto por Fernandes (1998), a idéia de assentamento possui relação direta com a pequena produção, pressupondo assim uma reestruturação da estrutura fundiária e das práticas espaciais.

Salvo estes casos, as relações de produção sofrem modificações. Em alguns casos elas dão lugar a uma produção ecologicamente mais viável. Em outros, a agricultura moderna, altamente automatizada e especializada, com uso intensivo de insumos químicos, cede espaço para a policultura fundamentada no trabalho familiar. Nestas unidades a pluriatividade se torna uma estratégia de reprodução familiar.

4.2. Pluriatividade como alternativa de reprodução dos assentados

A produção familiar sempre caracterizou-se por desenvolver um conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas tendo por finalidade assegurar o sustento da família. Mas pesquisas recentes demonstram que, a semelhança do que ocorre nos países desenvolvidos, no meio rural brasileiro, nas duas últimas décadas, as ocupações não-agrícolas assumiram proporções bem mais significativas, tornando-se alternativas econômicas para os agricultores familiares.

As dificuldades enfrentadas pelo segmento para se reproduzir, atribuídas ao baixo preço dos produtos agrícolas vêm estimulando as famílias rurais a

diversificarem as atividades como forma de complementar a renda. As atividades não-agrícolas no espaço rural não surgiram devido a uma demanda no interior da cadeia produtiva, mas em função da demanda de grupos sociais específicos (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas nas pequenas propriedades ganhou nova dimensão. Vale notar que ocorreu uma inversão do papel histórico das atividades não agrícolas no interior da unidade produtiva, como é exposto por Schneider (1999, p.156):

[...] inverte-se o papel que historicamente desempenharam as atividades não-agrícolas em sociedades camponesas: o de ser um rendimento complementar e esporádico. O que antes eram atividades complementares e temporárias, exercidas em períodos de pouca demanda de força de trabalho na unidade produtiva dos colonos, assume, agora, um caráter estável e decisivo à manutenção da família e da propriedade [...].

Apropriando-se das palavras de Wanderley (2003, p.220), pode-se dizer que na pluriatividade [...] o *autoconsumo e a comercialização não são objetivos antagônicos [...]*, pois funcionam [...] *como estratégias complementares e articuladas, que visam a reprodução da família durante todo o ano [...]*. O recurso à pluriatividade tem sido crescente e se manifesta sob as mais diversas formas: beneficiamento da produção, turismo rural, assalariamento, feiras, dentre outras. Com isso, as famílias deixam de ser monoativas, tornando-se pluriativas.

Família pluriativa é aquela que possui pelo menos um membro ocupado em atividades consideradas não-agrícolas. Tais ocupações, por vezes, apresentam apenas uma tênue distinção das atividades agrícolas, pois além daquelas exercidas externamente à propriedade, há também aquelas relacionadas ao beneficiamento da produção, portanto, internas ao estabelecimento rural. Desta forma, as atividades não agrícolas, que distinguem as famílias pluriativas, são aquelas que não estão diretamente ligadas ao processo produtivo agropecuário (SCHNEIDER, 2003).

Além de complementar a renda familiar, estas atividades podem contribuir para a diminuição do êxodo rural e implantação de infra-estrutura no campo. Como é exposto por Sabourin (2002), a diversificação de atividades abre um leque de opções de emprego para os jovens, o que lhes possibilita permanecer no espaço rural sem no entanto estarem ocupados em atividades agropecuárias. Entretanto, é importante também que ocorra a criação de infra-estrutura que contemple a saúde,

transporte, comunicação, educação e lazer. A criação desta infra-estrutura no meio rural pode vir a ser decorrente do dimensionamento das atividades não-agrícolas, em especial nas áreas em que o turismo rural desempenha papel primordial.

Mas o recurso às práticas não-agrícolas, ao possibilitar a reprodução social e econômica da pequena produção, implica no aumento da exploração capitalista, através da superexploração do trabalhador que, por vezes, se submete a uma dupla jornada de trabalho. Alentejano (1999, p.150) coloca em relevo esta questão ao esclarecer que sendo a pluriatividade resultado da precarização das relações de trabalho, [...] *têm como efeito básico o aumento da exploração do trabalho [...]*.

A emergência de atividades não-agrícolas no espaço rural tem, na verdade, possibilitado a criação de novos espaços de reprodução do capital (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Por um lado este processo tem permitido a revigoração econômica de regiões estagnadas e atividades tradicionais decadentes, por outro, tem mercantilizado o espaço rural.

A mercantilização do espaço rural passa a ser associada às atividades produtivas tradicionais e às atividades de consumo como lazer, turismo, moradia, entre outros. Estas novas atividades e a conseqüente mercantilização do espaço rural, têm por efeitos básicos a valorização imobiliária e, por conseguinte, a especulação imobiliária. Também a sonegação fiscal e trabalhista, e o desvio de recursos advindos do crédito rural são aspectos negativos decorrentes da evolução das atividades não-agrícolas (SILVA, VILARINHO & DALE, 1998).

Sob esta perspectiva, a pluriatividade diz respeito a uma multiplicidade de atividades que criam uma nova dinâmica no espaço rural. Pode [...] *significar tanto um mecanismo da estratégia de reprodução social das famílias sem condições de se manterem exclusivamente com a atividade agrícola, quanto também pode expressar uma mudança no padrão de exploração agrícola [...]* (CARNEIRO, 2002, p.225). No entanto, sendo uma estratégia ou uma mudança, no caso brasileiro, representa a descapitalização a que está submetido o pequeno produtor, que cada vez mais necessita encontrar novas alternativas de renda.

Este fenômeno vem se desenvolvendo também nos assentamentos rurais. A pluriatividade vem contribuindo para a reprodução sócio-econômica dos assentados viabilizando a manutenção do assentamento. Assim, se reconstrói o território, se mantém o emprego, a renda e a moradia no meio rural.

Comentando sobre esta questão, Alentejano (1999) chama a atenção para a importância de estudos que relacionam Reforma Agrária e pluriatividade, e sua insipiência nos meios acadêmicos. Para o autor (p.166), a pluriatividade aparece nos assentamentos *[...] através da formação de cooperativas que diversificam atividades dentro dos assentamentos, por meio da combinação do trabalho externo de membros da família com o trabalho agrícola no assentamento.*

Mas a pluriatividade nos assentamentos não se restringe apenas às cooperativas e ao trabalho externo à unidade produtiva. Na concepção de Schneider (2003), a pluriatividade também se manifesta no beneficiamento da produção, desde o seu embalamento para comercialização até a produção de doces coloniais e derivados do leite.

Nos assentamentos do MST existem incentivos para a prática da agricultura orgânica e beneficiamento da produção, criando-se no processo selos de qualidade a fim de atingir novos mercados. Em vista disto, grande parcela dos assentados são pluriativos, desenvolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e fora do assentamento, buscando garantir a reprodução enquanto produtores familiares.

Há, portanto, um redirecionamento na produção no sentido de viabilizar tanto a reprodução dos assentados, quanto a recuperação, embora parcial, dos recursos naturais. A adoção de práticas ecologicamente mais sustentáveis viabiliza a produção a partir de técnicas de manejo economicamente mais acessíveis, ao mesmo tempo em que garante a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida dos assentados.

Muito embora as novas formas de produção sejam, na verdade, alternativas econômicas, elas configuram também como alternativas sociais e ambientais, conjugando a conservação do meio com a qualidade de vida dos assentados. Em outras palavras, os produtores em geral, aderem às práticas agrícolas ecologicamente mais sustentáveis, principalmente devido a fatores econômicos. Podemos citar como exemplo o plantio direto, que vem sendo adotado devido ao desgaste do solo decorrente de práticas inadequadas. Porém a adoção do plantio direto não ocorreu em função de uma preocupação com o meio ambiente, mas devido às perdas na produção.

Entretanto, não se pode esquecer que nem todos os assentados adotaram às novas práticas. Mesmo assim os assentamentos são visualizados como espaços de

novas experiências produtivas, produzindo alterações sociais, econômicas e ambientais nas regiões onde são formados.

Num estudo realizado em assentamentos no estado do Rio de Janeiro, Alentejano (1999) conclui que a diversificação de atividades tem sido essencial para a viabilização dos assentamentos estudados. O número de famílias pluriativas é muito superior às monoativas, assim como também a renda das primeiras é mais expressiva que das segundas. O autor também destaca que o contexto em que se encontram os assentamentos é extremamente desfavorável, pois se situam em áreas de predomínio da grande propriedade fundiária.

A pluriatividade tem se tornado a principal estratégia de reprodução dos assentados. Além das atividades agrícolas centradas na diversificação de cultivos e criações, os assentados desenvolvem atividades não-agrícolas objetivando atender a subsistência e a complementação da renda familiar. Dentre estas atividades, pode-se citar as atividades assalariadas fora e dentro do assentamento, as feiras, o turismo rural e a indústria doméstica. Esta última recebe destaque especial, pois uma parte de seus produtos destina-se ao consumo, enquanto outra é vendida no mercado.

Ao comentar a importância da indústria doméstica, Silva (2003) diz que é através dela que o agricultor produz o queijo, o pão, os doces, o sabão, entre outros, para o consumo familiar. Caso contrário, o produtor é obrigado a depender do mercado aumentando os gastos monetários, além de ter uma menor qualidade na alimentação da família.

Neste sentido, as agrovilas, incentivadas tanto pelo MST, quanto pelos técnicos do INCRA, embora apresentem benefícios relativos a estruturação dos assentados, são vistas sob outra perspectiva por Martins (2003). Para o autor, a agricultura familiar somente é passível de ser desenvolvida plenamente quando há proximidade entre local de moradia e de trabalho. A plantação de hortas e criação de animais de pequeno porte, muito importantes na alimentação doméstica, ficaria inviabilizada com a dissociação do local de moradia do lote de cultivo. Em consonância, Silva (2003) acrescenta que a indústria doméstica somente existe quando a família reside no lote.

Todavia, os aspectos relativos a organização da produção e do trabalho nos assentamentos são diferenciados, tendo-se uma gama de experiências de

cooperativas, agrovilas e trabalho individual, não necessariamente com resultados análogos.

A pluriatividade está incluída nas estratégias de reprodução dos assentados sob diferentes aspectos, constituindo-se em alternativa de complementação de renda, uma vez que somente a produção agrícola não dá mais conta de prover os meios necessários a sobrevivência do produtor familiar. Nesta perspectiva, assim como os assentamentos rurais são elementos (re)estruturadores do espaço rural, também a pluriatividade traz em seu bojo transformações significativas para o meio agrícola, pois como coloca Schneider (1999a), ela altera os processos produtivos e a paisagem rural.

Contudo, não prescinde de uma política agrícola que possibilite ao segmento familiar se inserir nestas novas atividades que surgem no meio rural, possibilitando-lhe se apropriar dos resultados destas transformações no processo produtivo e do espaço rural. Faz-se necessária, portanto, segundo Sabourin (2002), a redefinição dos programas públicos, dentre os quais o PRONAF e também a Reforma Agrária. Porém esta mudança das políticas públicas depende, em grande medida, da capacidade de organização, mobilização e pressão dos pequenos produtores rurais.

Sem políticas públicas específicas para o segmento rural, que abarquem esta nova dimensão do espaço rural, as transformações que se processam na base produtiva e, por conseguinte, no meio rural, podem vir a gerar um novo processo de exclusão social.

O próximo capítulo analisa as estratégias de reprodução e as condições de vida materializadas no assentamento Ramada no Rio Grande do Sul. É abordado o processo de formação do assentamento, as formas de organização da produção, as principais atividades agropecuárias, a presença da pluriatividade e o perfil sócio-econômico das famílias assentadas.

5. Assentamento Ramada em Júlio de Castilhos/RS: antecedentes, estratégias de reprodução e condições de vida dos assentados

5.1. Antecedentes dos assentados: o acampamento na Fazenda Anoni

Ramada é a denominação dada pelos assentados à área de 2.649,5ha na qual foram assentadas 102 famílias. Segundo a Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Rio Grande do Sul (2003), institucionalmente, conforma dois assentamentos distintos: o Assentamento Ramada e o Assentamento Nova Ramada II.

O primeiro, formado inicialmente por 83 famílias, abrange uma área de 2.137,4ha, tendo sido criado pelo INCRA em maio de 1989. Já o segundo, foi criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em janeiro do mesmo ano, apresentando uma área de 512,1ha e 19 famílias assentadas.

Situado na Microrregional de Júlio de Castilhos, pertencente a Regional do MST de mesmo nome, o Assentamento Ramada, em vista de suas proporções, encontra-se dividido em três comunidades: a Sede, a comunidade de São João e a comunidade de Invernadinha. Este assentamento criou 102 unidades de produção familiar, com área média de 25ha, agregando em torno de 500 habitantes à população rural do município.

Embora os assentamentos tenham sido criados em momentos distintos e por diferentes órgãos governamentais, os assentados se consideram pertencentes a um único assentamento: a Ramada. Esta concepção está estreitamente relacionada aos vínculos estabelecidos entre as famílias no período do acampamento e a forma como os assentamentos foram criados. A área dos dois assentamentos foi originária de uma única fazenda, porém não é contígua, sendo que a comunidade Invernadinha, formada por uma parcela das famílias assentadas pelo INCRA, está dissociada do restante do assentamento. As famílias que fazem parte do assentamento Nova Ramada II, juntamente com outras famílias do assentamento Ramada, formam a comunidade Sede. Em função destes aspectos, no presente estudo, adotou-se a expressão Ramada como se fosse um único assentamento.

A história de luta pela terra das famílias da Ramada iniciou em 1985 com a ocupação da Fazenda Anoni, em Sarandi-RS, por famílias procedentes de 33

municípios da região do Alto Uruguai, à noroeste do estado, que começaram a se organizar a partir da espacialização da luta da Encruzilhada Natalino.

Porém antes que a ocupação da Anoni ocorresse, em agosto de 1985 setenta e cinco famílias ocuparam a Estação Experimental Fitotécnica da Secretaria da Agricultura¹⁷, em Santo Augusto, município da porção noroeste do estado. Foi a primeira ocupação do MST no estado do Rio Grande do Sul e resultou do não atendimento das propostas de modificação do Fundo de Terras. Para os assentados da Ramada, esta ocupação representou mais uma experiência de acampamento. Tendo ocupado a área de madrugada, em menos de 24 horas a Brigada Militar despejou as famílias. Algumas retornaram para sua região, outras acamparam em uma área cedida por um pequeno proprietário no município de Erval Seco.

No entanto, mesmo com esta derrota o Movimento continuou organizando as famílias e articulando os trabalhadores rurais da região noroeste do estado. Ocorreu assim, em 29 de outubro de 1985 a ocupação da Fazenda Anoni que naquele momento encontrava-se a onze anos em disputa judicial. A área foi ocupada, conforme Fernandes (2000a), por 1.500 famílias, somando em torno de 6.500 pessoas.

Navarro, Moraes e Menezes (1999) concordam com Fernandes (2000a) quanto ao número de pessoas e famílias de sem-terras presentes nesta ocupação. Todavia, enquanto para Fernandes estas famílias provinham de 33 municípios da região, para Navarro, Moraes e Menezes elas eram originárias de 50 municípios diferentes. Já para Bavaresco (1999), eram 1.500 famílias de 32 municípios da região do Alto Uruguai. Concorda-se com o número de municípios apresentado por Fernandes (2000a) e Bavaresco (1999), uma vez que os assentados mencionaram que as famílias eram de 32 a 34 municípios gaúchos.

Por outro lado, quanto ao número de famílias que ocuparam a área, ao contrário dos autores mencionados, os assentados afirmaram que somavam-se 2.500 famílias, sendo que foram assentadas apenas 1.500 devido a desistência das outras 1.000 famílias no decorrer dos quatro anos de acampamento. A informação dos assentados confere com os dados do MST-RS (2003) que contabilizou 8.500 pessoas presentes na ocupação da Fazenda Anoni.

¹⁷ Segundo os assentados 70 famílias ocuparam a Estação.

As precárias condições de vida, a impossibilidade de acesso à terra e as dificuldades de emprego na cidade motivaram estas famílias a ingressarem no Movimento Sem Terra e ocuparem a Fazenda Anoni. Os assentados comentam que não tinham como se manter, pois seus ganhos eram muito reduzidos e não possuíam terra. Muitos eram arrendatários (21%), alguns trabalhavam como meeiros (15,8%) e outros parceiros (10,5%). Estes trabalhadores não possuíam rendimento financeiro mensal e mesmo quando faziam a colheita, lhes sobrava pouco. Ainda sobre essa questão, vale ressaltar que grande parte da colheita era entregue ao proprietário da terra para pagar o arrendamento. Por fim, quando a terra estava em melhores condições de cultivo, ou seja, quando haviam sido retiradas as pedras e tocos, ou quando o solo havia recuperado a fertilidade, o proprietário da terra encerrava o contrato de arrendamento ou transferia o arrendatário para uma nova área. Assim, de tempo em tempo eles tinham que fazer um novo trabalho de limpeza e preparo da terra.

Um segundo grupo é representado pelos assalariados (15,8%) que faziam empreitadas, recebendo uma baixa remuneração por seus serviços.

A terceira categoria é constituída pelos filhos de pequenos proprietários rurais (31,6%). Estes argumentaram que não possuíam terra e que a produção seria inviabilizada com a divisão da propriedade dos pais em função da herança.

Há também a participação, embora em número reduzido (5,3%), de 'afogados', ou seja, de pequenos produtores rurais que tiveram suas terras invadidas por barragens.

A ocupação da terra é, conforme Fernandes (2000b), um processo socioespacial. É uma ação coletiva e um investimento sociopolítico dos sem-terras que, a partir dela, constroem uma consciência de resistência à exclusão social. Enquanto ação política de repercussões imediatas, a ocupação coloca-se como condição para negociação, questionando a propriedade capitalista da terra.

Na área em questão, a ocupação ocorreu à noite e as famílias somente souberam qual seria o lugar pouco antes de efetivarem a ocupação. Segundo depoimento, as famílias não conheciam a Fazenda Anoni que fora indicada pelo Movimento. Como assinala o autor citado, nos primeiros anos de luta do MST (década de 1980) as famílias somente eram informadas do dia e local de ocupação horas antes, devido a possibilidade de haver policiais e jagunços infiltrados nas

reuniões. Estes espiões tinham a função de informar as instâncias legais das ações do movimento, buscando assim frustrar as ocupações de terras.

Diferentemente do que ocorreu em 1980, as famílias não foram despejadas, formando-se assim o acampamento em uma parcela da fazenda Anoni. Entretanto, os acampados foram proibidos de plantar na área até que a desapropriação fosse consumada. Com esta decisão os assentados passaram a viver basicamente de doações de entidades e ong's brasileiras e estrangeiras¹⁸, de empresas, da igreja, da Universidade de Passo Fundo –UPF–, de sindicatos, do governo¹⁹ e, em sua maioria, de pessoas da região e familiares. Estas doações resumiam-se basicamente em alimentos, roupas, remédios e material escolar. Armazenados em um barracão, os donativos eram distribuídos conforme a necessidade entre os acampados.

Os acampados foram organizados em núcleos, formados por famílias de um mesmo município. Estes núcleos elegiam um representante que constituía a liderança do acampamento. Assim o líder, entre outras funções, trazia aos acampados as notícias referentes ao desenvolvimento do processo de desapropriação da fazenda Anoni e de outras áreas para o assentamento das famílias.

No processo organizaram-se também os setores, como os de saúde, segurança, educação, higiene, saneamento, lenha, alimentação, negociação e formação. Esta forma de organização é intrínseca aos acampamentos do MST, uma vez que garante seu bom funcionamento, além de possibilitar ocupação aos acampados.

O abastecimento de água do assentamento era efetuado pela Prefeitura Municipal de Sarandi. Duas vezes ao dia um caminhão levava água potável ao acampamento. Eles construíram banheiros e lavavam a roupa em uma sanga a 2km do acampamento. As condições de infra-estrutura do acampamento eram precárias. Esse fato, associado a má alimentação, provocava doenças com muita freqüência. Mas os apoios não faltavam, com o auxílio da Pastoral da Terra constituíram uma farmácia, recebiam atendimento médico no hospital de Ronda Alta e em Passo Fundo através de um convênio com a UPF.

¹⁸ Foram citados a colaboração de entidades da Alemanha e do Comitê Católico contra a Fome e Desenvolvimento – CCFD - da França.

¹⁹ Os assentados comentam que na maior parte das vezes os alimentos enviados pelo governo estavam estragados.

Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas, o acampamento representava, para aquelas famílias, a única forma de conseguir sua terra. Os assentados O. P. e A. P. assim se manifestaram sobre a questão: *[...] você vê tanta terra sem nenhum morador e sem poder comprar! Será que ele teve dinheiro para comprar isso tudo?*

Na concepção dos assentados o acampamento constituiu-se em uma escola, na qual aprenderam a serem solidários e a ter consciência de direitos e deveres. Esta forma de entender o acampamento e as experiências nele vivenciadas, vai de encontro com a tese de que os movimentos sociais possuem um caráter educativo, uma vez que favorecem um *[...] aprendizado prático da união e organização dos trabalhadores e a apreensão crítica de suas condições de vida e trabalho.* (VENDRAMINI, 2000, p.41). Ainda conforme a autora, o Movimento Sem Terra constrói uma base de experiências, trabalho, luta e intercâmbio que incide sobre a forma de pensar e agir dos sem terras. O acampamento, espaço de vivência coletiva entre pessoas com o mesmo problema e o mesmo ideal, favorece o contato social, sugerindo um aprendizado de solidariedade e união. Este aprendizado, condicionado pelas condições subjetivas em que se encontram, possibilita a transformação da perspectiva de vida, mudando-se a visão do mundo e, por conseguinte, mudando-se os hábitos dos sujeitos.

Além dos aspectos organizativos, são relevantes neste período os embates com as instâncias governamentais e a polícia. Os acampados sofreram muita pressão, chegando o acampamento a ser cercado pela Brigada Militar, proibindo-se a entrada e saída dos sem terra. Somente as lideranças podiam sair para buscar os mantimentos, porém eram revistados na saída e na entrada do acampamento. Além disso, helicópteros sobrevoavam a área e os policiais intimidavam os acampados com cachorros. Este cerco fez com que as famílias passassem fome e havendo inclusive conflitos, os policiais agrediram fisicamente sem terras que se encontravam do lado de fora do acampamento.

Durante o período inicial do acampamento, os sem terra negociaram com os governos federal e estadual o assentamento de todas as famílias. Após seis meses de negociações sem conclusões definitivas, os acampados ocuparam a sede do INCRA em Porto Alegre, obtendo então um documento através do qual o referido órgão se comprometia em assentar as famílias em trinta dias. Mediante o não

cumprimento do acordado, realizou-se um segundo acampamento na sede do INCRA, além de retornar-se às negociações com os governos federal e estadual.

Como o acordo não foi cumprido, os assentados fizeram uma caminhada de 400km, denominada '*Romaria Conquistadora da Terra Prometida*', da Fazenda Anoni até Porto Alegre. A caminhada teve grande repercussão, de modo que ainda no percurso o governo federal anunciou a desapropriação de três áreas no Município de Cruz Alta (FERNANDES, 2000a).

Eles chegaram à Porto Alegre em 23 de junho de 1986, permanecendo três meses acampados na cidade. Eles ocuparam a Assembléia Legislativa e a sede do INCRA. Em seguida, realizaram outra caminhada, porém agora para as áreas desapropriadas. Foram feitas duas tentativas de ocupação das áreas desapropriadas sendo impedidos pela Brigada Militar que os obrigava a retornar ao acampamento.

As caminhadas, ocupações de prédios públicos e manifestações, assim como as ocupações de terras situam-se entre as diversas formas de luta do Movimento. Estas ações têm por objetivo expor à sociedade em geral a realidade do campo brasileiro, aumentando assim a pressão sobre os órgãos governamentais a fim de agilizarem as negociações de desapropriação e assentamento das famílias (FERNANDES, 2000b).

Somente um ano após a ocupação, em outubro de 1986, a Fazenda Anoni foi desapropriada definitivamente e liberada para plantio. Entretanto, a área da fazenda não era suficiente para o assentamento de todos os acampados, podendo abrigar somente 300 famílias (FERNANDES, 2000a). Assim, as famílias receberam áreas de 5ha nas quais puderam se instalar e plantar até serem definitivamente assentadas em outro local. A partir daí os assentados passaram a receber um salário do governo federal e começaram a produzir trigo, milho e feijão de forma coletiva, repartindo eqüitativamente toda a produção. Também após a desapropriação construíram uma escola, dando continuidade às aulas antes desenvolvidas em barracos.

Portanto, desta data em diante, até abril de 1987, mais três áreas foram desapropriadas nos municípios de Tupanciretã e Santiago, situados na região Centro-Ocidental do estado, e em Guaíba, município da região Metropolitana de Porto Alegre. Contudo, restavam ainda 1.210 famílias na Fazenda Anoni (FERNANDES, 2000a). Em função disto, no I Seminário Estadual de Lideranças do Movimento, realizado em abril de 1987, decidiu-se pela intensificação dos trabalhos

de base para formação de novos grupos de famílias de sem terra, bem como intensificação das ocupações para obter-se o assentamento das famílias restantes da Fazenda Anoni. Assim começaram então as ocupações em outras áreas, conseguindo em alguns casos o assentamento de famílias. Em outros casos ocorreu o despejo e retorno à Anoni.

Navarro, Moraes e Menezes (1999, p.37) comentando os embates dos acampados da Anoni, no período de 1985 a 1987, fazem-no nos seguintes termos:

Até meados de 1987, a luta pela terra, no estado, seria conformada e determinada pelas particularidades do acampamento na fazenda Annoni. Trata-se de uma longa trajetória envolvendo ações de repressão militar, embates legais, uma desgastante e ineficaz seqüência de negociações com autoridades estaduais e federais, uma épica caminhada a Porto Alegre, onde foi recebida por mais de 30 mil pessoas que se solidarizaram com a luta dos colonos. Contudo, o chamado “problema da Annoni” continuava sem solução, pois sequer se alcançava a imissão de posse, diante do que o MST decidiu, durante o “I Seminário Estadual dos Sem Terra”, em 1987, iniciar um novo ciclo de ocupações, independentemente dos desdobramentos da situação daquela fazenda.

Para os autores, o ano de 1987 inaugurou uma nova fase da atuação do MST no estado, que perdurou até 1992. Além de marcar o início das ações dos fazendeiros nos despejos, os quais até aquele momento eram realizados pela Brigada Militar, também apresentou-se como o período em que foram realizadas várias desapropriações no estado.

Os dados veiculados pelo MST-RS (2003) comprovam esta tendência. Somente no ano de 1989 foram criados 20 novos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, destes 18 através do governo do estado e apenas 02 através do INCRA. Estes 20 assentamentos, corresponderam a 603 famílias, das quais 429 assentadas pelo governo estadual e 174 pelo INCRA.

5.2. Fazenda Ramada: ocupação e formação do assentamento

A desapropriação da Fazenda Ramada se insere no período de maior número de desapropriações no estado. Ela foi ocupada por 150 famílias da Anoni e de um acampamento de Salto do Jacuí que passaram a pressionar as instâncias governamentais para acelerar o processo de desapropriação. Contudo as famílias

foram despejadas, retornando à Fazenda Anoni onde aguardaram a liberação efetiva da Ramada. Em março de 1989, 102 famílias da Fazenda Anoni foram transferidas para a Ramada e Nova Ramada II. Uma assentada (T. C.) enfatiza que os dois assentamentos têm a mesma origem, o único elemento que os diferencia é que uma parte da fazenda foi adquirida pelo estado, através do Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul –FUNTERRA– e outra pelo INCRA.

Conforme os assentados, a fazenda pertencia a Fernando Garcia Santayana de Lima, engenheiro elétrico residente na cidade de Júlio de Castilhos que possuía 871,3ha. Sua esposa, Therezinha de Jesus Lopes de Lima, arquiteta, era titular de outros 512,1ha da propriedade, adquiridos por meio de compra de Aramys de Araújo Lopes. Esta informação é confirmada pelo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Júlio de Castilhos, matrícula 7.894. No registro consta que o governo do estado, através do FUNTERRA, comprou 512,1ha de Therezinha de Jesus Lopes de Lima para criar o assentamento Nova Ramada II.

Em relação ao assentamento Ramada, criado pelo INCRA, observa-se que foram desapropriados os 871,3ha pertencentes à Fernando Garcia Santayana de Lima. Esta informação está em desacordo com os dados veiculados pela Secretaria Estadual do MST e pelo Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo –GRAC–, onde consta que o assentamento possui 2.137,4ha.

Supõem-se que também devem ter sido desapropriadas as terras de Dora Castilhos Reginatto, situadas ao sul da propriedade pertencente à Fernando de Lima e sua esposa. A hipótese se baseia no fato de que, conforme o Ofício de Registro de Imóveis, essas terras também eram denominadas de Fazenda Ramada. Portanto, a Fazenda Ramada original, quando da desapropriação, já havia sofrido um processo de fragmentação, através da partilha por herança. Os titulares Fernando de Lima e Therezinha de Lima estavam, de certo modo, novamente concentrando a propriedade original.

O fracionamento da grande propriedade, conforme Prado Jr. (1979), somente ocorre quando a grande exploração entra em decadência. Sem isto, porém, a propriedade original é preservada e sua transmissão por herança ocorre em bloco. No entanto, não foi isto que ocorreu com a Fazenda Ramada que foi fragmentada.

Por outro lado, observa-se que o interesse dos titulares no resgate da propriedade original, reunindo suas parcelas, era especulativo. No momento da desapropriação havia na fazenda apenas um agregado que cuidava de

aproximadamente 200 cabeças de gado. A fazenda, totalmente transformada em campo, encontrava-se quase que em completo abandono, refletindo, por um lado, sua decadência enquanto unidade produtiva e por outro, seu uso especulativo como reserva de valor.

A seleção das famílias a serem assentadas na área se deu por sorteio. A cada desapropriação o INCRA solicitava que os acampados da Anoni interessados em serem assentados naquela área se inscrevessem. As famílias inscritas eram sorteadas consoante uma pontuação. A pontuação era definida com base em determinados requisitos como maior idade, ser agricultor, possuir família, entre outros.

O processo de desapropriação da terra para assentamento das famílias da Anoni se prolongou por mais três anos após o assentamento das famílias da Ramada. Embora a Fazenda Anoni tenha sido a primeira área a ser desapropriada, o assentamento que ali se formou foi o último a ser organizado. Isto ocorreu em 1993, oito anos após a ocupação (BAVARESCO, 1999), quando restava na área apenas o número máximo de famílias que ali poderia ser assentado.

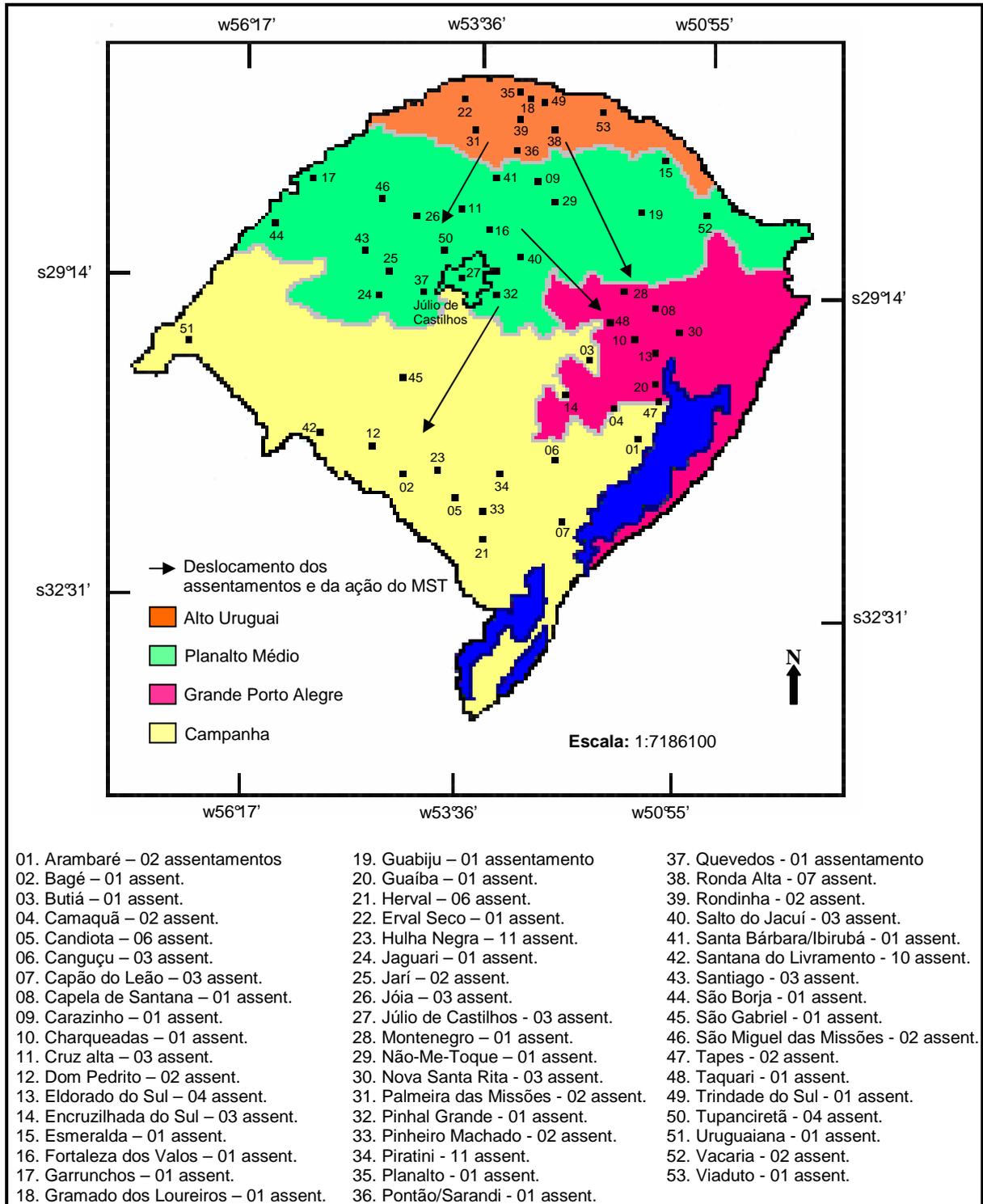
Sob uma perspectiva espacial, observa-se através da trajetória das famílias da Ramada, assim como das demais famílias do acampamento da Anoni, que as primeiras ações de luta pela terra no estado ocorreram na porção noroeste, ou seja, na região do Alto Uruguai. Esta região foi ocupada no período de 1940 a 1950 por descendentes de imigrantes alemães e italianos. Navarro, Moraes e Menezes (1999, p.26-27) enfatizam este aspecto, fazendo o seguinte comentário:

[...] Esta região [Alto Uruguai] foi colonizada durante os anos 40 e 50, e daí em diante os movimentos migratórios espalharam-se pelo oeste de Santa Catarina. Formou-se, assim, uma geração que, nos anos da modernização, manteve a expectativa de conseguir novas terras para seus filhos, mas, ao contrário, enfrentou a inexistência de outras regiões “livres” e a elevação dos preços das terras, o que provocou enorme pressão demográfica no interior de cada unidade familiar. Não surpreende, portanto, que os agricultores recrutados pelos emergentes movimentos sociais rurais tenham sido exatamente os jovens oriundos dessas regiões, sem expectativas de constituir a “sua roça”.

Esta informação é comprovada pela procedência das famílias da Ramada. Dos entrevistados, 52,6% das famílias era procedente das Microrregiões de Cruz Alta e Frederico Westphalen, 21,1% da Microrregião de Três Passos, 21% das Microrregiões de Passo Fundo e Carazinho, e 5,3% da Microrregião de Ijuí. Todas

estas microrregiões fazem parte da Mesorregião Noroeste Rio-Grandense do estado, que abrange a área denominada, em algumas classificações regionais, de Alto Uruguai (Figura 4).

Figura 4: Direção do deslocamento da luta pela terra e da criação dos assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1970 a 1997.



Fonte: NAVARRO, Z.; MORAES, M. S. & MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento, 1999, p.68.

Organização: BUTH, Fernanda (2005)

Devido à multiplicação dos assentamentos e dos sem-terras, aliado ao esgotamento das áreas passíveis de desapropriação na região, os assentamentos e as ações do movimento sofreram um deslocamento espacial. A partir de 1983 até o ano de 1989 deslocaram-se para a região central, atingindo o Planalto Médio, Missões e Encosta Superior da Serra. A Ramada, assim como é frisado por Navarro, Moraes e Menezes (1999), é um exemplo paradigmático deste movimento para a porção central do estado. Já de 1989 a 1992 foram alcançadas a Campanha e a região circunvizinha à Porto Alegre, capital gaúcha, sendo que desde 1992 a área preferencial para assentamentos tem sido a Campanha.

5.3. A diversidade de formas de organização da produção nos primeiros tempos

Antes de ingressarem no assentamento as famílias já haviam se organizado em dois grupos distintos. O primeiro, constituído por 24 famílias, pretendia trabalhar seu lote individualmente, motivo pelo qual estas famílias ocuparam a parcela da fazenda que se encontra dissociada do restante da área, formando a comunidade Invernadinha. O segundo instalou-se na antiga sede da fazenda, trabalhando suas terras de forma coletiva, com exceção de oito famílias que logo fixaram residência na área denominada comunidade São João, na porção sul da fazenda.

Percebe-se que a divisão dos assentados em dois grupos distintos obedece a diferentes formas de produção. A forma de produzir refere-se às diferentes formas de organização do trabalho, sendo, portanto, a forma pela qual se organizam os meios de produção para garantir a reprodução da unidade de produção familiar. Contudo a opção por um tipo de organização do trabalho não diz respeito apenas às questões econômicas e estruturais, pois influenciam inclusive as relações sociais, os costumes e os valores (SCHNEIDER, 1999).

São estas as transformações inscritas na forma de produção que inibem a aceitação de novas formas de organização do trabalho. Para Brenneisen (2003) a solidariedade no acampamento decorre da situação de marginalização em que as famílias se encontram, o que não significa que tenham sido superadas as diferenças sócio-culturais existentes e que haja uma consciência comum quanto aos benefícios do trabalho coletivo. Estas divergências afloram somente após o assentamento das

famílias, oportunidade em que se renova a possibilidade de reconstrução do modo de vida anterior.

Vendramini (2000) concorda neste aspecto com Brenneisen. Ao estudar os acampamentos como espaços de aprendizagem verifica que o assentamento põe em xeque as experiências coletivas apreendidas no acampamento. Isso ocorre porque, assim como afirma Brenneisen (2003), durante o período do acampamento os trabalhadores se identificam na luta pela terra, mas após assentados suas diferenças reaparecem.

Segundo Guimarães (1979), na mentalidade do agricultor a posse da terra e a capacidade de decidir o que nela produzir são elementos intransferíveis. Resulta daí sua dificuldade em aceitar formas associativas de trabalho, nas quais deve delegar tarefas e decisões ou dividi-las com terceiros.

No primeiro momento as condições do assentamento Ramada não diferiam muito do acampamento. A área da fazenda estava transformada em campo, sendo necessário preparar a terra para começar a lavoura (Figura 5).

Figura 5: Vista da Sede da Ramada no primeiro ano do assentamento – Júlio de Castilhos/RS.



A figura mostra as primeiras plantações e residências dos assentados. Apresenta em primeiro plano o cultivo de pepino, ficando ao fundo os barracos de chão dos assentados, bem como áreas de pastagens e cultivo de soja.
Fonte: Assentados da Ramada, 1989.

Para construírem suas casas e investirem na infra-estrutura necessária para a produção, como galpões, estábulos e máquinas, os assentados receberam fomento

do governo federal. No entanto, a verba recebida foi insuficiente, tanto para construir as casas, como para iniciar a lavoura. Em função disso alguns assentados tiveram que morar mais quatro anos em barracos de chão²⁰.

Este processo inicial em que os assentados começam a preparar a terra para cultivá-la, para Brenneisen (2003), possui um significado mais abrangente que a garantia de bem-estar da família. A autora menciona que, para os sem-terras, limpar a terra do assentamento e torná-la produtiva legitima a posse da terra através do trabalho. Esta forma de legitimação não se baseia no título da terra, mas na ocupação efetiva do território por meio do trabalho realizado naquele espaço.

Após o acampamento a maioria das famílias não possuía bens para começar a vida no assentamento. Além disso, o pouco que possuíam de móveis havia se deteriorado devido as precárias condições de conservação. Quanto às criações que porventura possuíam, muitos as venderam a fim de obterem recursos para se manterem no acampamento.

Apenas 57,9% das famílias, ao serem assentadas, tinham móveis ou eletrodomésticos para a casa, como a cama, o colchão e o fogão.

Na maior parte das vezes eles possuíam instrumentos de trabalho. 36,8% possuíam arado, carroça e enxada. Entretanto, um grupo (10,5%) de assentados apresentava instrumentos modernos, estes já vieram da Fazenda Anoni com trator comprado coletivamente.

Quanto às criações, 68,4% das famílias possuíam vacas e/ou bois no período, enquanto que apenas 31,6% possuíam galináceos e suínos. Havia, porém um grupo (10,5%) com situação econômica precária que não possuía nenhum animal, móvel ou eletrodoméstico ao ser assentado.

As famílias assentadas pelo INCRA receberiam lotes de 31ha, enquanto que os lotes do assentamento Nova Ramada II, criado pelo estado, seriam de apenas 18ha. Todavia os lotes ainda não haviam sido demarcados quando as famílias foram assentadas. Deste modo, os assentados fizeram um acordo entre si determinando que, para não haver diferença de tamanho entre os lotes, cada família receberia um uma área de 25ha, contrariando as proposições do INCRA e do governo do estado. Com base neste acordo, cada família instalou-se em uma área correspondente a 25ha mediante uma medição provisória.

²⁰ Os barracos de chão eram casas muito simples de madeira e sem assoalho.

Como garantia de posse da terra, o INCRA forneceu aos assentados uma Carta de Anuência que deverá ser substituída por um Título de Propriedade após 20 anos, ou seja, em 2009, quando as famílias começarem a pagar a terra.

As 24 famílias da Invernadinha e as 08 famílias de São João pretendiam trabalhar seu lote individualmente. No entanto, devido às dificuldades financeiras que enfrentaram, trabalharam coletivamente nos primeiros anos. Na comunidade Invernadinha os assentados se organizaram em grupos de 08 famílias a fim de explorarem coletivamente uma parcela de seus lotes. Esta forma de organização da produção perdurou por um período de 03 anos, ou seja, até a liberação do financiamento do Governo Federal.

Como as famílias não receberam financiamento do Governo Federal imediatamente após o assentamento, tiveram que recorrer a outras alternativas para iniciarem a lavoura e garantir seu sustento. Assim, obtiveram alimentos à crédito e sementes através da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma –CAMNPAL– pertencente ao Município de Nova Palma, situado nas imediações de Júlio de Castilhos. Entre os produtos cultivados para o consumo se sobressaía o trigo, o feijão, o milho, a moranga, a abóbora e o amendoim. Todavia, a soja, cultivo comercial, era o principal produto cultivado, pois o fornecimento das sementes deste e dos demais cultivos ocorria mediante o cultivo da soja e sua entrega à cooperativa.

No entanto, o excedente dos cultivos para consumo também era comercializado na feira realizada em Júlio de Castilhos. Eles também fizeram pastagens para a criação de vacas visando a produção de leite para consumo no assentamento.

O primeiro recurso financeiro foi obtido em coletivo, através do FIAPÉ, financiamento fornecido pelo governo do estado para produtores rurais. Porém a lavoura plantada com este financiamento foi perdida devido a uma seca. Em função disso os assentados se endividaram, perdendo inclusive as máquinas agrícolas que haviam comprado.

Em 1991, três anos após a criação do assentamento, receberam financiamento do Governo Federal. A obtenção deste financiamento marca um segundo momento da produção na Invernadinha. A partir daí o trabalho coletivo foi abolido e as famílias passaram a trabalhar apenas individualmente. Desde então os produtos que receberam maior atenção foram a soja e o leite.

Já os assentados que se instalaram na sede da fazenda formaram uma agrovila. Cada família recebeu 1ha para construir sua casa e cultivar os produtos que desejasse. O restante da área a que tinham direito era trabalhada coletivamente. Com o trabalho coletivo os assentados formaram, em 1989, a primeira Cooperativa (CPA), denominada Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada Ltda –COPANOR–.

Esta cooperativa atendia aos parâmetros do Plano Nacional do MST, estabelecido em 1989, sendo a Ramada pioneira na criação de uma cooperativa de trabalho coletivo.

[...] elaborou-se um planejamento denominado Plano Nacional do MST para o período 1989–1993, que definia as diretrizes do movimento para os anos seguintes e desenvolvia os parâmetros para a organização do cooperativismo nos assentamentos rurais cuja ênfase recaía sobre a formação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs). A partir daí experiências nesse sentido começaram a ser desenvolvidas no sul do país, como projetos-piloto ou projetos modelares para serem estendidos aos demais assentamentos em processo de instalação. A primeira delas ocorreu ainda no ano de 1989, no Estado do Rio Grande do Sul, no município de Júlio de Castilhos, onde foi formada a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada Ltda. (BRENNEISEN, 2003)

Formada inicialmente por 70 famílias, a primeira aquisição da cooperativa foi dois tratores, sendo a entrada paga com o fomento recebido do governo. Os primeiros cultivos comerciais foram soja, milho, trigo e girassol, enquanto que os cultivos básicos para o consumo dos assentados constituíam-se em arroz, feijão, batata, além da produção de leite. As decisões relativas aos produtos a serem cultivados eram tomadas em assembléias, contando, portanto, com a participação de todos os assentados.

Todas as pessoas com idade superior a 16 anos eram consideradas sócias, recebendo pelas horas trabalhadas. Eles dividiam-se em equipes que eram responsáveis por diferentes tarefas, como horta, suínos, produção leiteira, saúde, educação, dentre outras.

Embora nos dois anos iniciais a cooperativa tenha funcionado a contento, logo após os primeiros seis meses de funcionamento ocorreram as primeiras desistências de associados, sendo nove famílias desligadas neste período. A assentada T. C. comenta que dois fatores colaboraram para a saída das famílias da cooperativa: a) a seca que prejudicou a colheita afetando, conseqüentemente, os

rendimentos da cooperativa, e b) o fato de que as famílias não conseguiram assimilar o processo de funcionamento e gestão da cooperativa.

Assim, à medida que os associados iam saindo da COPANOR, instalavam-se na comunidade São João, delimitando seu lote através de uma medição provisória. No processo, até ser ocupada toda a área da referida comunidade, juntaram-se às oito primeiras famílias mais 26, totalizando 34 famílias no local.

Devido às dificuldades enfrentadas, em especial no que concerne às limitações financeiras para desenvolvimento da lavoura, mesmo possuindo lotes individuais as famílias da São João trabalharam coletivamente nos primeiros anos, em grupos de seis famílias. Os primeiros cultivos foram mandioca, milho, batata e soja.

Em 1991 as famílias assentadas pelo governo do estado desligaram-se da COPANOR, constituindo outra cooperativa. Elas acreditavam que seu insucesso decorria das discordâncias entre os assentados, esperando obter melhores resultados em uma nova cooperativa, o que não ocorreu. Em 1994 esta cooperativa foi desativada.

Nesse mesmo ano, ou seja, seis anos após a criação do assentamento, o INCRA realizou a medição dos lotes, não alterando significativamente as medidas provisórias feitas pelos assentados. No entanto, a área da agrovila na qual se encontravam as 19 famílias assentadas pelo governo estadual, não foi incluída, pois não competia ao INCRA a medição daquela área.

O maior problema foi enfrentado pelas famílias da comunidade sede. Estas famílias trabalhavam de forma coletiva, sendo que seus lotes não haviam sido demarcados e todas residiam na sede da fazenda. À medida que se desligavam da cooperativa, começaram a delimitar seu lote na porção sul da fazenda, indo em direção ao norte, onde se localizava a Sede. Após a desativação da cooperativa as famílias remanescentes passaram a trabalhar individualmente. Porém, para que não fosse necessário desmanchar suas casas, elas permaneceram residindo na sede da fazenda, de modo que algumas destas famílias possuem residência em parcelas do lote de outra família. Este problema foi resolvido com base em acordos entre os envolvidos.

Em 1996 restavam apenas oito famílias na COPANOR. Havia, portanto, um número de famílias inferior ao exigido para a formação de uma cooperativa. Assim, no ano seguinte a cooperativa se extinguiu.

Entre os fatores que levaram à extinção do trabalho cooperado colocou-se em destaque o tempo despendido em reuniões, a divisão do trabalho e a forma de divisão da produção. Segundo alguns assentados, de um lado, perdia-se muito tempo com as reuniões para discutir sobre questões como a organização do trabalho e da produção. Por outro lado, eles se sentiam insatisfeitos com a divisão das tarefas e dos lucros. Em outras palavras, os dissidentes não aceitavam que os responsáveis pela administração tivessem direito à parcela dos lucros da produção idêntica aos que trabalhavam na lavoura.

Marx e Engels (1984) assinalam que o trabalho coletivo no espaço rural só é possível a partir de um intenso desenvolvimento da maquinaria, do uso das forças naturais e de outras forças produtivas. No entanto, mesmo no interior da cooperativa existe uma divisão do trabalho. Esta divisão é condicionada por interesses comunitários que nem sempre correspondem aos interesses individuais de cada associado.

Como o modo de produção determina a divisão do trabalho, assim como condiciona o estado da sociedade, cada momento do desenvolvimento das forças produtivas corresponde a um modo de cooperação. Sob esta perspectiva, o atual momento histórico ainda não é propício ao desenvolvimento do trabalho coletivo. Faz-se necessário criar as condições para o desenvolvimento deste novo modo de produção e as experiências de cooperativas coletivas realizadas constituem-se numa etapa do processo.

Ao analisar os possíveis fatores responsáveis pelo desmantelamento da cooperativa, o assentado C., comenta apropriadamente: *“Tinha tudo para dar certo, mas mesmo assim não deu porque a cooperativa é um processo que tem que ser construído”*.

Conforme assinala Schwendler (2000), o sistema de produção cooperativada não persistiu porque o aprendizado do coletivo no acampamento não foi suficiente para a superação das divergências entre os assentados quanto ao uso e produção da terra. Isso ocorre porque o modo de produção camponês individual ainda está enraizado nos assentados. Assim, o assentado tenta recriar no assentamento um espaço social baseado em referenciais de sua história de vida e do aprendizado coletivo obtido no acampamento.

Comentando sobre a produção cooperativada, Prado Jr. (1979) ressalta que a organização dos trabalhadores rurais em cooperativa não deve ser imaginada como

meio de solucionar seus problemas econômicos e sociais. Para o autor, a organização em cooperativa é algo completamente estranho ao trabalhador rural, chegando a ele de fora para dentro. As soluções para seus problemas devem estar inseridas dialeticamente no movimento da realidade concreta.

Analisando o sistema cooperativo nos assentamentos do MST, Grade (1999) salienta que muitas iniciativas não obtiveram sucesso devido a problemas administrativos ligados ao planejamento da produção, à organização do trabalho, e à escassez de capital.

Benedetti (2004) também faz alusão à problemática, comentando que a cooperativa embute vários tensionamentos. Dentre estes tensionamentos se destaca a subordinação à divisão do trabalho e às decisões coletivas, e a divisão dos ganhos entre os cooperados. Estas questões, como podemos observar, se fizeram presentes na COPANOR e contribuíram para seu esfacelamento.

A fim de superar a resistência dos assentados à produção coletiva, o Movimento iniciou um intenso processo de conscientização dos sem-terras quanto a importância e os benefícios do trabalho coletivo. Todavia, ao realizar esta conscientização e incentivar o trabalho coletivo passou a desconsiderar todos os projetos individuais que não vinham de encontro com suas perspectivas. Isto acabou por gerar atritos, culminando em alguns casos no desligamento de integrantes (POKER, 2004).

Isto não quer dizer que todas as iniciativas tenham sido mal sucedidas ou mesmo infrutíferas. A experiência do trabalho coletivo, mesmo quando frustrado, acrescenta novos elementos à vida dos assentados e à discussão sobre as formas de organização da produção. O trabalho coletivo constitui-se em um processo educativo (VENDRAMINI, 2000), por conseguinte, todas as iniciativas nesse sentido são de fundamental importância para o desenvolvimento de novas formas de produção a partir das experiências vividas.

Como relembra Schwendler (2000) as experiências relativas ao convívio e organização coletiva contribuem significativamente para o estabelecimento de um novo projeto de vida no qual os assentados assumem uma nova identidade social e coletiva. Todavia, a substituição do sistema de produção familiar, que possui como característica a ilusão de autonomia criada pelo trabalho individual, pela produção coletiva, exige uma mudança de valores, concepções e relações, para os quais os assentados ainda não estão preparados.

5.4. A organização atual da produção agropecuária: o sistema de exploração individual e as estratégias de reprodução

5.4.1. As atividades agrícolas

Atualmente, todos os assentados da Ramada exploram seu lote individualmente, contudo em alguns casos (21%) prevalece o sistema de parceria, que se restringe às famílias que não possuem máquinas. Assim, uma família entra com terra, adubo e trabalho, enquanto que a segunda fica responsável pelo preparo da terra, plantio e colheita.

O arrendamento também se faz presente no assentamento e, assim como a parceria, se associa à falta de maquinário²¹. Algumas famílias (26,3%) arrendam uma parcela de suas terras para famílias assentadas que sejam detentoras de máquinas e implementos agrícolas. Os arrendatários pagam o uso da terra com serviços, especialmente no que diz respeito ao preparo do solo. Esse fenômeno indica a presença de laços de solidariedade entre os assentados, embora predomine a exploração individual.

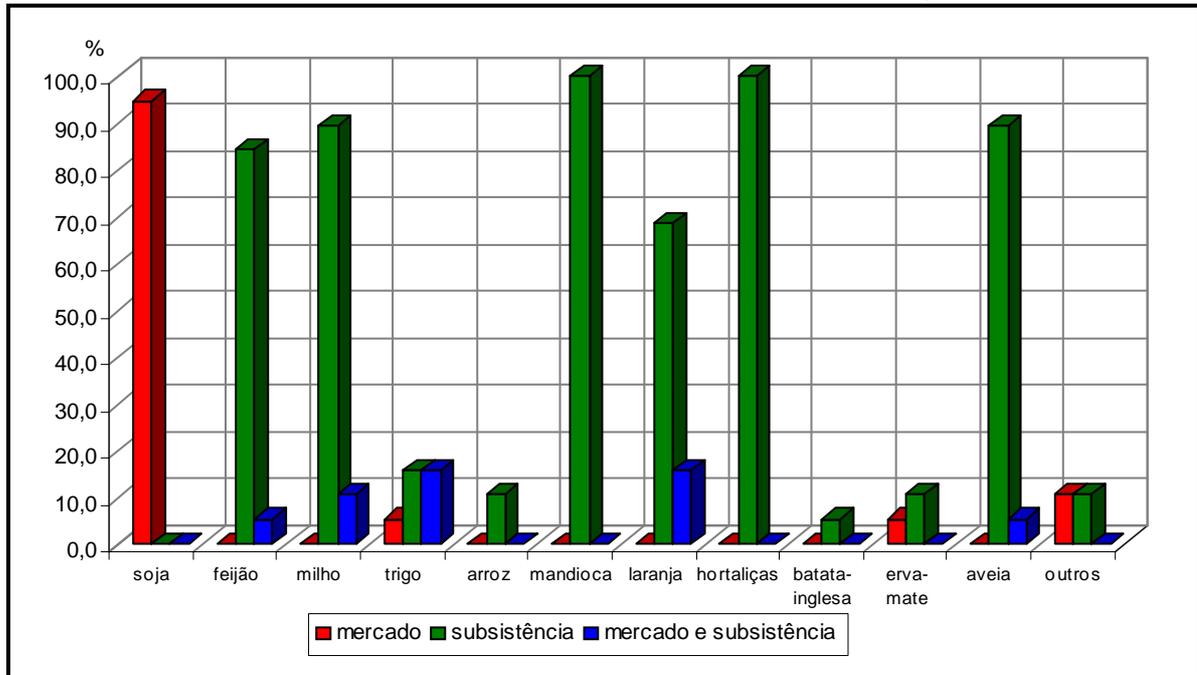
A parceria e o arrendamento, que expressa uma nova forma de parceria, constituem uma modalidade de exploração comum nos assentamentos rurais. Por um lado elas possibilitam ampliar a área explorada; por outro, representam um mecanismo usado para burlar as adversidades financeiras através da conjugação de esforços na tentativa de superar problemas como, por exemplo, a falta de máquinas agrícolas. Muito embora a parceria e o arrendamento apresentem um caráter informal, eles podem ser entendidos como resultado da incorporação de valores coletivos pelos assentados, apreendidos no acampamento e no início do assentamento.

O principal cultivo comercial do assentamento é a soja (Gráfico 4), produzida por 94,7% dos assentados. A aveia é o segundo cultivo mais expressivo no que diz respeito à área plantada, porém destina-se em sua quase totalidade ao consumo nas propriedades.

²¹ Ao se referirem à ocorrência de arrendamento e parceria no interior do assentamento, os assentados não estão se referindo às formas tradicionais de arrendamento e parceria, mas sim a formas de organização semi-coletiva da produção.

Além disso, todos os entrevistados produzem milho, mandioca e hortaliças. A maior parte das famílias (89,5%) cultiva milho para o consumo. Apenas 10,5% vendem parte da produção (Gráfico 4).

Gráfico 4: Ramada: principais cultivos (%) e finalidade da produção.



Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.
Organização: BUTH, Fernanda (2004).

A mandioca e as hortaliças são cultivadas para o consumo da família, embora alguns assentados admitam que esporadicamente vendem verduras na propriedade para consumidores. Porém, normalmente desconsideram esta modalidade de comercialização por não ser constante e por auferir um valor que não possui peso sobre a renda familiar. Normalmente esses cultivos destinados predominantemente ao consumo familiar são produzidos sem agrotóxicos. Os assentados afirmaram usarem apenas adubo orgânico.

Dentre outros cultivos relevantes no assentamento destaca-se o feijão e a laranja, destinados principalmente para o autoconsumo. No entanto, 5,3% dos assentados vendem parte de sua produção de feijão e 15,8% vendem laranjas para consumidores na propriedade. Apenas 36,8% dos assentados cultivam o trigo e somente 5,3% produzem o referido cereal para o mercado. Outros 15,8% o produzem para o consumo e 15,8% tem por finalidade a subsistência e a comercialização (Gráfico 4).

Os dados do gráfico 4 levam a inferir que a soja é o cultivo de maior peso na renda das famílias assentadas. Entretanto, a produção para autoconsumo é uma importante estratégia na viabilização da unidade de produção familiar. Paulilo, De Grandi e Silva (2003) enfatizam a importância da policultura na pequena unidade produtiva, pois além de permitir a diversificação do autoconsumo, ela é uma garantia contra imprevistos como as intempéries climáticas e as oscilações do mercado.

O fato é que sem essa produção, a renda monetária pode permanecer a mesma, mas a qualidade de vida cai significativamente, pois os produtos alimentares básicos para o sustento da família e manutenção da unidade produtiva precisam ser adquiridos fora da propriedade.

Pode causar estranheza o fato dos assentados investirem na soja. Seu cultivo contraria as expectativas do MST que busca conscientizar os sem-terras quanto aos aspectos negativos da especialização e do uso de insumos químicos, incentivando a produção orgânica de alimentos básicos. Mas há diversos fatores –históricos, locais, econômicos e políticos– que, de certo modo, determinam a produção de soja no assentamento.

Bavaresco (1999) lembra a importância que a história de vida tem na opção da produção agropecuária nos assentamentos. O autor observa que muitos assentados nasceram na década de 1950, portanto, vivenciaram o período da modernização agrícola que no estado do Rio Grande do Sul se apresentou no cultivo da soja. Eles não puderam, porém, se beneficiar das políticas governamentais da época por possuírem apenas pequenas parcelas de terra ou nenhuma terra. Neste contexto, persiste em seu imaginário a idéia de que possam ascender economicamente com o cultivo da soja, mesmo que atualmente as condições já não sejam mais tão propícias quanto naquela época. Para o autor isto explica em parte o consistente investimento na produção da soja nos assentamentos do MST.

Por conseguinte, mesmo que haja uma mudança na estrutura fundiária, nem sempre alteram-se os modos de produção. Isto é decorrência da cultura e experiências de vida dos assentados. Schwendler (2000), ao estudar a organização social dos assentados da Ramada, destaca que mesmo trazendo do acampamento novas experiências de trabalho, os assentados também possuem uma trajetória de vida anterior com base no trabalho familiar que não é totalmente anulada pela experiência do acampamento.

Os fatores sócio-espaciais também interferem nas decisões dos assentados em relação à produção. Observe-se que o Município de Júlio de Castilhos está inserido numa região em que a pecuária e a triticultura são as principais atividades econômicas, destacando-se, portanto, na produção de grãos. A presença da Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos –COTRIJUC– não apenas comprova a importância da produção de grãos no município, como também favorece seu cultivo. Ao facilitar aos assentados o acesso à financiamentos, disponibilizar produtos à crédito e garantir a compra da produção, a cooperativa acaba determinando, mesmo que indiretamente, a produção dos assentados. Benedetti (2004) cita que a opção pela produção de soja na Ramada constitui-se na reprodução da estrutura produtiva da região.

Ainda mais importantes que os fatores anteriores, os aspectos econômicos possuem grande influência sobre a opção pela soja no assentamento. Com mercado garantido e com menores oscilações nos preços, é de se esperar que a soja seja a cultura preferencial dos assentados. Mas, além disso, há também a questão dos financiamentos. Desde a formação do assentamento produz-se soja, até mesmo na COPANOR esta era a principal cultura comercial. Sem condições financeiras para investir na lavoura, no início do assentamento, as famílias recebiam das cooperativas sementes para produzir, e a cultura preferencial destas cooperativas era a soja. Atualmente, como já foi mencionado, as cooperativas, mais especificamente a COTRIJUC, intermediam financiamentos para seus associados, facilitando o acesso dos assentados a estes recursos.

Verifica-se assim que a soja possui papel fundamental nas estratégias de reprodução dos assentados, mas o seu cultivo é determinado predominantemente pelo mercado. Refletindo sobre a pequena autonomia do produtor familiar, Lamarche (1998, p.241) tece o seguinte comentário:

[...] As decisões relativas à produção do estabelecimento, na situação em que quase todos realizam uma produção mercantil, são tomadas, se não em função do que é ditado pelo mercado, pelo menos levando-se em conta suas preferências. O mercado determina dessa forma os limites da autonomia funcional da unidade de produção agrícola. A maioria dos produtores está completamente consciente da existência dessas restrições criadoras e funcionais [...].

Não deve ser desprezado, porém, o papel do Estado neste processo. Lamarche (1998) o entende como um componente da unidade de produção familiar,

à medida que esta somente existe devido ao conjunto de dispositivos legais e regulamentares criados pelo Estado, sendo a história da pequena unidade de produção intrínseca à história do Estado. Por conseguinte, o Estado influencia nas formas de organização da produção no interior da unidade produtiva. Ora, se a política do Estado volta-se primordialmente à monocultura, é de se esperar que os assentados, assim como os demais produtores rurais, invistam nestes cultivos.

Esta política se reflete especialmente nos financiamentos disponibilizados pelo Estado. Navarro, Moraes e Menezes (1999) comentam a respeito argumentando que a qualidade do solo, os custos de produção e a produtividade não justificam o cultivo da soja na Ramada. Segundo os autores, os assentados na verdade não têm outra opção senão plantar soja, pois o banco apenas financia as lavouras de soja.

Também Oliveira (1995) faz menção a esta problemática. O autor afirma que a política de cooperativismo incentivada pelo Estado possibilitou a expansão do cultivo da soja no planalto meridional brasileiro.

A política agrícola seria mais racional se elege-se o estabelecimento rural como local privilegiado de regulação do êxodo rural, favorecendo assim a reprodução da agricultura familiar (LAMARCHE, 1998). Todavia isto não ocorre e Bavaresco (1999) frisa esta questão, argumentando que a política de assentamentos rurais está completamente dissociada das políticas públicas voltadas para o setor rural. Utiliza como exemplo ilustrativo a política agrícola que incentiva o investimento em monoculturas de exportação, principal responsável pela concentração da terra e conseqüente êxodo rural.

A observação de Prado Júnior (1979) permanece válida, ou seja, assim como ocorria no passado, a terra continua sendo usada conforme os interesses comerciais e não conforme as necessidades das pessoas que nela trabalham. Os produtos produzidos acabam desta forma sendo estranhos às necessidades daqueles que os produzem, estabelecendo-se uma contradição.

Quanto às técnicas utilizadas percebe-se que os assentados possuem acesso à informação e tomam os devidos cuidados para evitar a erosão e o esgotamento do solo. Todos os entrevistados praticam o plantio direto, 89,5% fazem rotação de culturas e 57,9% utilizam-se da adubação verde.

Contudo, se por um lado, com o uso destas práticas objetiva-se reduzir os impactos ambientais, por outro, a poluição continua intensa devido ao uso de

agrotóxicos na produção de soja. Como se sabe, a incorporação de técnicas mais ecológicas não surge propriamente devido uma preocupação com o meio, mas sim de uma preocupação com a produção.

A degradação ambiental decorrente das técnicas agrícolas utilizadas, a longo prazo afetou a produtividade agrícola. Neste contexto, a substituição das práticas fundamentadas em insumos químicos e mecânicos por processos biológicos naturais, acaba sendo mais viável economicamente (ROMEIRO, 1996). O que não significa que a degradação ambiental tenha diminuído, pois técnicas como o plantio direto exigem um aumento no uso de herbicidas (BAVARESCO, 1999).

Isto é confirmado pela intensa utilização de insumos químicos na lavoura, que reflete os aspectos sócio-ambientais nocivos da cultura da soja. Embora todos os entrevistados utilizem o adubo orgânico, este é destinado apenas para a horta (Figura 6) e para alguns cultivos de subsistência. Assim, a adubação orgânica é praticamente inexpressiva diante da adubação química, também praticada por 100% dos entrevistados. A utilização dos demais insumos químicos também alcança altos níveis, a saber: herbicidas (100%), sementes selecionadas (94,7%), calcário (94,7%), fungicidas (89,5%), inseticidas (89,5%) e uréia (84,2%).

Figura 6: Hortas presentes nos lotes dos assentados – Ramada – Júlio de Castilhos/RS.



Em todas residências é possível observar a presença de uma horta nas proximidades. Observa-se em primeiro plano a plantação de rúcula, seguida da cebolinha. Mais ao fundo da horta destaca-se a plantação de alface e a utilização de técnicas como a estufa para proteger as culturas.

Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Esta característica aparentemente não se restringe apenas à Ramada. Analisando o *I Censo da Reforma Agrária*, realizado em 1997, Navarro, Moraes e Menezes (1999) observam que os índices de utilização de adubos químicos (90,3%) e defensivos agrícolas (65%) nos assentamento do estado do Rio Grande do Sul são extremamente altos.

Afora as implicações sócio-ambientais do uso de insumos químicos, há ainda aspectos econômicos correlacionados. A adoção de técnicas de produção que exigem o recurso a adubos químicos e agrotóxicos levam o produtor à uma dependência tecnológica, financeira e comercial (LAMARCHE, 1998).

Muito embora a mecanização da lavoura também seja uma característica dos assentamentos dos estados do sul do país, conforme o referido Censo, ela não se faz tão presente na Ramada onde 52,6% dos entrevistados não possuem nenhum equipamento de trabalho motorizado. Os principais instrumentos de trabalho deste grupo são: carroção, grade, plantadeira manual, etc.

Em contrapartida, 47,4% das famílias possuem algum equipamento motorizado, dentre os quais se destaca o trator (42,1%). Destas famílias 5,3% também têm uma encilhadeira, outras 5,3% possuem um caminhão e mais 5,3% têm gubi. Os 5,3% que não possuem trator mencionaram ter uma ordenhadeira. Cabe destacar, porém, que pelo menos uma das famílias mencionou que o seu trator era coletivo, de modo que este pode ser o caso de outras famílias entrevistadas que citaram ter trator, apenas não informando ser este de uso coletivo.

Co-existem, portanto, no assentamento Ramada, dois setores diferenciados, um caracterizado por infra-estrutura e máquinas modernas (Figura 7) e outro constituído por máquinas e estruturas tradicionais (Figura 8).

É importante lembrar que as famílias da comunidade Invernadinha logo após serem assentadas compraram máquinas agrícolas. Mas, como já referido, devido a fatores de ordem climática, perderam a produção e tiveram que se desfazer das máquinas para pagar o financiamento. As demais famílias assentadas compraram máquinas coletivamente através da cooperativa que também ficou em situação difícil com as perdas da lavoura. Assim, ao se desligarem da COPANOR os assentados não tinham condições de comprar tratores e implementos agrícolas, pois todas as economias foram investidas na cooperativa que estava endividada.

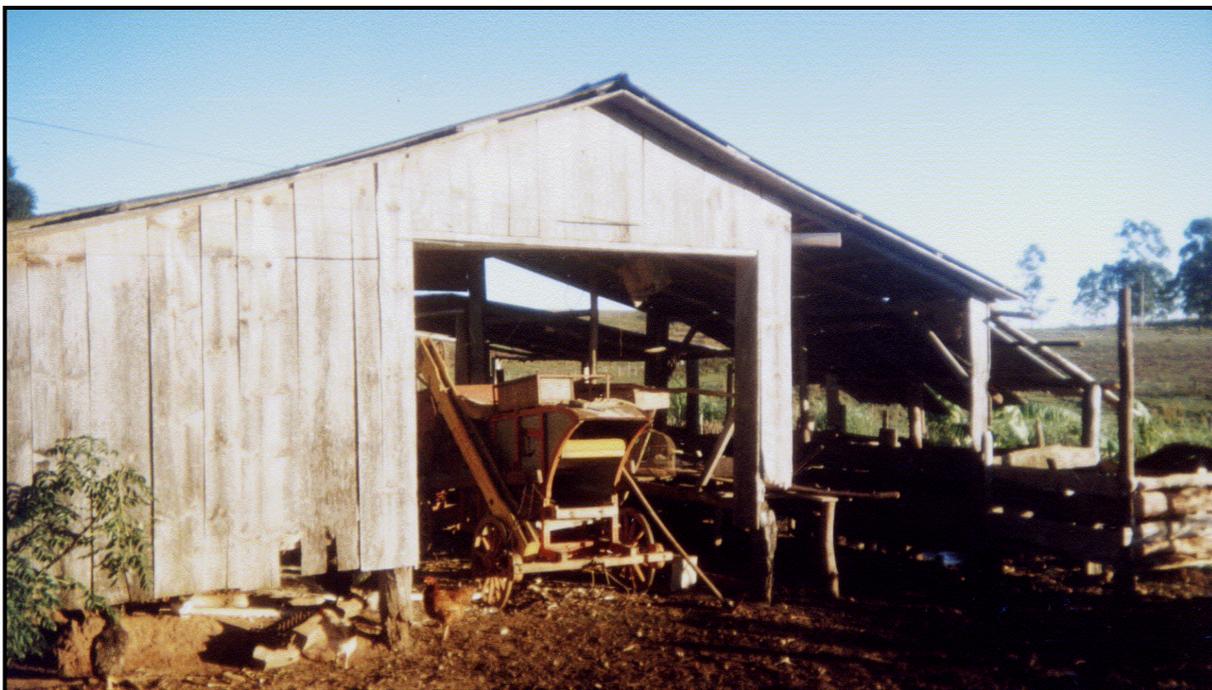
Figura 7: Infra-estrutura e máquinas modernas no assentamento Ramada – Júlio de Castilhos/RS.



É possível observar em primeiro plano o galpão coletivo de máquinas construído por famílias da Sede e algumas máquinas mais modernas como a plantadeira em frente ao galpão. Ao fundo, eucaliptos plantados pelos assentados como quebra-vento.

Fonte: Trabalho de Campo, janeiro/2004.

Figura 8: Infra-estrutura e máquinas tradicionais no assentamento Ramada – Júlio de Castilhos/RS.



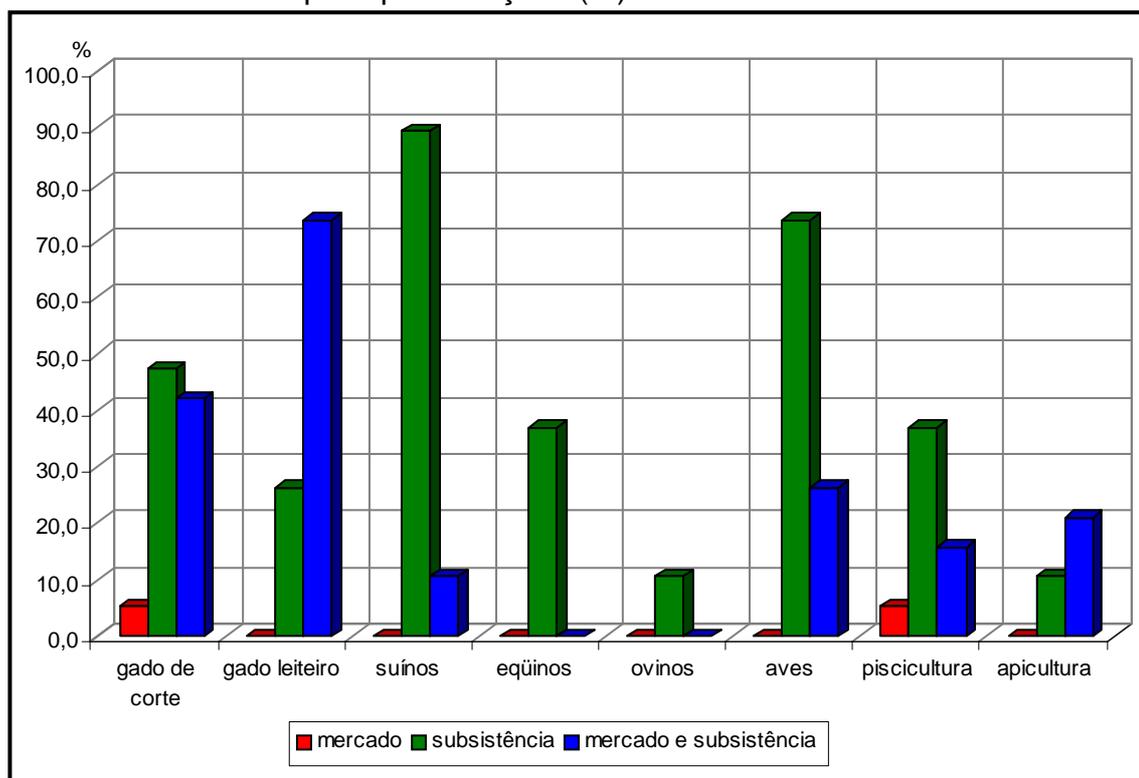
Galpão rústico de uma família da Comunidade Invernadinha. O Galpão atende as funções de local de armazenamento, estábulo para o gado e guarda de máquinas como a trilhadeira presente na foto. Num segundo plano, à direita, é possível observar uma área de campo destinada ao gado.

Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

5.4.2. As atividades criatórias

Em relação à pecuária (Gráfico 5), observa-se que predominam as criações destinadas à subsistência da família, seguidas dos rebanhos que têm por finalidade o mercado e o autoconsumo (Figura 9). A criação de animais especificamente para o mercado não é expressiva, sendo representada pela bovinocultura (5,3%) e pela piscicultura (5,3%).

Gráfico 5: Ramada: principais criações (%) e finalidade do rebanho.



Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Mesmo assim, 47,4% dos assentados criam gado de corte para atender à demanda da unidade produtiva e 42% têm como principal finalidade o autoconsumo, porém esporadicamente comercializam parte da produção. A piscicultura, praticada por 57,9% dos assentados é também explorada predominantemente para subsistência pela maioria dos entrevistados (36,8%). Mas 15,8% das famílias a exploram para consumo e mercado (Gráfico 5).

O gado leiteiro se destaca como a principal criação destinada à atender a demanda da propriedade e o mercado (73,7%). O leite é o segundo principal produto comercial do assentamento.

Figura 9: Criação de gado na Ramada – Júlio de Castilhos/RS.



Num primeiro plano, observa-se o gado confinado em um potreiro menor próximo à residência e ao estábulo, onde é realizada a ordenha. Ao fundo há outros potreiros maiores, onde o gado permanece solto durante o dia. Esta forma de criação é comum em todos os lotes do assentamento e caracteriza a produção extensiva.

Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

O leite é muito importante para os assentados, pois serve para o consumo familiar. A atividade leiteira, segundo Mello e Schmidt (2003), está *'amalgamada'* à produção familiar. Os produtores não se sentiriam na condição de agricultores se não tivessem pelo menos uma vaca. Além disso, a atividade leiteira absorve a mão-de-obra familiar, possui alto valor agregado, tem grande alcance social e possibilita o uso de terras impróprias ao cultivo.

A maior vantagem do leite em relação às demais atividades agropecuárias, é que ele garante ao produtor uma renda mensal de peso significativo para a família. Mello e Schmidt (2003) destacam que a renda do leite e de seus derivados normalmente é utilizada para comprar os bens não produzidos na unidade produtiva como café, sal e vestuário, servindo também para pagar as contas mensais como a energia elétrica, por exemplo. Navarro, Moraes e Menezes (1999, p. 24), ao comentar a importância da renda do leite para os pequenos produtores rurais ressaltam que

a produção de leite, embora em situações produtivas muito variadas, congrega, aproximadamente, um quarto dos agricultores familiares. Incapaz de melhorias tecnológicas que elevem a produtividade, a

produção de leite ao menos traz a vantagem de uma renda permanente, em contraposição à renda sazonal da produção agrícola [...].

No assentamento Ramada a quase totalidade das famílias (94,5%) combina a produção de soja e a criação de gado leiteiro. São poucos os assentados que investem exclusivamente na atividade leiteira e isso se deve aos baixos preços do produto. Segundo Paulilo, De Grandi e Silva (2003) o baixo valor obtido pelo litro de leite decorre da pulverização da produção. Os autores fazem referência ao estado de Santa Catarina, onde a maioria das propriedades (90%) produtoras de leite possui menos de 50ha, diminuindo o poder de barganha dos produtores.

Ainda conforme os autores citados, não pode ser desconsiderado, porém, que fatores exógenos também interferem no preço do leite. Com o desenvolvimento tecnológico houve um relativo avanço neste setor, de maneira que os países desenvolvidos passaram a adotar medidas protecionistas. O Brasil, na condição de grande importador de leite e seus derivados, mediante uma produção nacional insuficiente, acaba permitindo a entrada do produto externo que traz embutido muitas vantagens, entre elas os subsídios. Tal política ainda vem acompanhada da progressiva redução do crédito para os produtores do país. Essa desigualdade diminui as possibilidades de investir no melhoramento genético dos animais e na tecnologia da produção. Os produtores são obrigados a vender o produto a baixo preço.

Schneider (1999) enfatiza a situação desfavorável dos produtores de leite em relação aos comerciantes, especialmente no que diz respeito ao baixo preço do produto. Todavia o autor ainda argumenta que, devido a posição secundária e suplementar da atividade leiteira nas pequenas propriedades, os produtores familiares normalmente não têm grande preocupação em investir no melhoramento tecnológico da produção de leite.

Assim como o gado leiteiro, todos os assentados criam suínos e aves, principalmente para a subsistência (89,5% e 73,7% respectivamente). Somente uma reduzida parcela, 10,5% e 26,3%, é destinada ao consumo e à venda (Gráfico 5). No entanto, a comercialização dessas criações e de seus produtos não constitui-se em uma prática constante. Normalmente os assentados vendem algum porco, frango ou ovos para consumidores que buscam o produto no estabelecimento da família, o que ocorre esporadicamente.

Também a produção de mel é representativa, embora seja praticada por apenas 31,6% das famílias entrevistadas. 20% dos assentados o produzem com o objetivo de suprir a demanda interna da propriedade e ainda obter renda a partir da comercialização de parte da produção (Gráfico 5).

Os cuidados com a pecuária, assim como na produção agrícola, refletem o intenso uso de insumos industrializados. Todos os entrevistados utilizam vacinas e sal. Além destes, 78,9% adotam a ração na alimentação dos animais e 63,2% fazem uso da uréia nas pastagens.

Apenas 10,5% mencionaram que fazem uso de remédios para o controle de vermes e moscas. Estes, porém, provavelmente incluem-se entre os recursos utilizados por considerável parcela dos assentados. Contudo, não devem ter lembrado de mencioná-los por não serem usados com freqüência.

O intenso uso de insumos químicos, assim como as práticas de correção do solo e controle da sanidade animal, decorre, em parte, do discurso dos extensionistas, que as recomendam. Notadamente, percebe-se que nos assentamentos da porção sul do país, a adoção destas técnicas é inversamente proporcional à assistência técnica recebida (Navarro, Moraes e Menezes, 1999). Essa observação caracteriza perfeitamente a situação da Ramada.

5.4.3. As atividades agropecuárias e a dependência externa

A princípio a EMATER era a responsável pela assistência ao assentamento. Mas sua atuação foi substituída a partir de 2002 pela Cooperativa de Técnicos do MST –COOPTEC– que atende todos os assentamentos da região. Muitos reclamaram da assistência recebida, sendo que 21% afirmaram que apesar de haver um órgão responsável pela assistência, não a recebiam. Em contrapartida, 79% declararam receber assistência.

Aqueles que acusaram não receber assistência, não a qualificaram. Dentre os que disseram receber assistência, 15,9% também se abstiveram de qualificá-la. A minoria dos assentados (5,3%) a qualificou como ruim, 21% a considerou regular e 36,8% optaram por qualificá-la como boa (Tabela 4).

Estas divergências têm explicação. Normalmente os técnicos visitam as propriedades mensalmente. Quando o assentado necessita de assistência em algum momento que não coincida com a data da visita do técnico, precisa ligar solicitando-

o. Mas poucos assentados possuem telefone celular ou residem próximo à escola do assentamento, situada na sede, onde há um telefone público. Mas existem outros fatores que devem ser considerados. Como destaca Bavaresco (1999), em geral a formação dos técnicos da EMATER não contempla a realidade dos assentados. Assim como a política agrária volta-se primordialmente para a agricultura empresarial, também a formação dos técnicos é direcionada nesse sentido.

Tabela 4: Órgãos responsáveis pela assistência técnica (%) segundo os assentados, e qualidade da assistência recebida (%).

Órgão responsável pela assistência técnica (%)	Total (%)	Qualidade da assistência recebida (%)			
		Boa	Regular	Ruim	Não respondeu
COOPTEC	47,3	21,0	0	5,3	21,0
EMATER	10,6	0	5,3	0	5,3
COOPTEC e EMATER	26,3	5,3	15,7	0	5,3
COTRIJUC	10,5	10,5	0	0	0
Não respondeu	5,3	0	0	0	5,3
Total (%)	100	36,8	21,0	5,3	36,9

Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Quanto à situação da COOPTEC, criada especialmente para atender os assentados, ainda não pode ser devidamente avaliada. Segundo os assentados a atuação da COOPTEC ainda é muito recente, pois os técnicos que residem no assentamento permaneceram maior parte do tempo ocupados com a elaboração de projetos agropecuários. Em vista disso, costumam atender com maior frequência os assentados que solicitam seus serviços, em especial os que possuem seus lotes na Sede ou mais próximo à ela. Não obstante, dos 36,8% que qualificaram a assistência como boa, 26,3% são da comunidade Sede. Já dos 36,9% que não qualificaram a assistência por não possuí-la, 10,5% são da comunidade Invernadinha e 15,8% da comunidade São João, somando 26,3%.

A tabela 4 ainda mostra que 5,3% dos entrevistados não souberam responder qual o órgão responsável pela assistência técnica no assentamento, enquanto 10,6% afirmaram que cabia à EMATER a responsabilidade dessa assistência. Isso se explica justamente porque, conforme já referido, a atuação dos técnicos da COOPTEC ainda é muito recente e nem todos os assentados devem estar informados da substituição dos técnicos da EMATER pelos da COOPTEC, principalmente os que possuem os lotes nos pontos mais afastados da sede. Por outro lado, 26,3% afirmaram que a COOPTEC e a EMATER eram responsáveis pela

assistência. Além destes, mais 47,3% dos entrevistados atribuíram à COOPTEC a responsabilidade da assistência técnica.

Há também a assistência oferecida pela COTRIJUC, da qual apenas 15,8% dos assentados se beneficiam (Tabela 4), em detrimento ao alto índice de associação das famílias à cooperativa. Este comportamento se justifica por ser a assistência também mensal e circunscrita ao período de produção da soja. Além disso, a assistência oferecida pela COTRIJUC é cobrada.

Em relação aos financiamentos, somente 15,8% dos assentados não tinham nenhum financiamento no período da pesquisa. Porém, todos os assentados receberam recursos do PROCERA em 1991 para investimento em infra-estrutura. Este financiamento já deveria estar sendo pago pelos assentados que, devido às adversidades sofridas, como perda da colheita e endividamento da cooperativa, associadas às dificuldades iniciais de estruturação, permaneceram inadimplentes.

Mas esta dívida foi renegociada no ano de 2004 mediante uma medida do governo federal através da qual os assentados têm a opção de pagarem apenas 10% do valor de sua dívida ainda neste ano e quitá-la integralmente. Aqueles que não tiverem condições de pagarem os 10% receberão mais três anos de carência, seguidos de quinze anos de pagamento parcelado.

Mesmo tendo recebido o financiamento do PROCERA em 1991, a renegociação da dívida fez desta uma questão atual no cotidiano dos assentados. Em função disso, 21% dos entrevistados mencionou o PROCERA como financiamento e o PRONAF que lhe forneceu financiamento através da COTRIJUC.

O PRONAF é a principal fonte de financiamento dos assentados. Além daqueles que o citaram junto ao PROCERA e financiamentos intermediados pela COTRIJUC, outros 52,7% afirmaram que possuíam financiamento do PRONAF, dentre suas diferentes categorias, incluindo inclusive o Pronafinho. Estes financiamentos, com exceção do Pronafinho, são de oito anos, dos quais o assentado possui três anos de carência e mais cinco anos para pagar a dívida. Os assentados que possuem a soja como atividade econômica principal obtêm o financiamento para investimento na lavoura, em especial a compra de calcário para correção do solo e aquisição de máquinas. Já os que pretendem modernizar a produção leiteira aderem ao financiamento para a compra de gado, refrigeradores e construção de galpões.

Porém, como já foi mencionado, também há financiamentos obtidos através da COTRIJUC. Assim como oferece assistência técnica aos seus associados, a cooperativa facilita o acesso a financiamentos através do Banco do Brasil e BANRISUL –Banco do Estado do Rio Grande do Sul–. Esses financiamentos têm o mesmo destino do PRONAF, ou seja, a lavoura de soja e a produção leiteira. Observa-se que 10,5% dos entrevistados obtiveram financiamento apenas através da cooperativa, enquanto que outros 10,5% adquiriram financiamentos do PRONAF pela cooperativa.

Percebe-se a partir destes dados a grande dependência financeira dos assentados. A adoção do pacote tecnológico implica não apenas em uma dependência tecnológica, como também uma dependência financeira (LAMARCHE, 1998), pois os pequenos produtores rurais não possuem recursos próprios suficientes para financiar os altos custos da produção intensiva. Os custos de aquisição e manutenção das máquinas e insumos são tão elevados que acabam se tornando inacessíveis à maioria dos produtores (GUIMARÃES, 1979).

Por esse motivo, a situação de endividamento do pequeno produtor é uma constante em nossa sociedade. Conforme Kautsky (1972), o endividamento é quase que uma exigência do processo de produção agrícola no modo capitalista, sendo, portanto, inevitável.

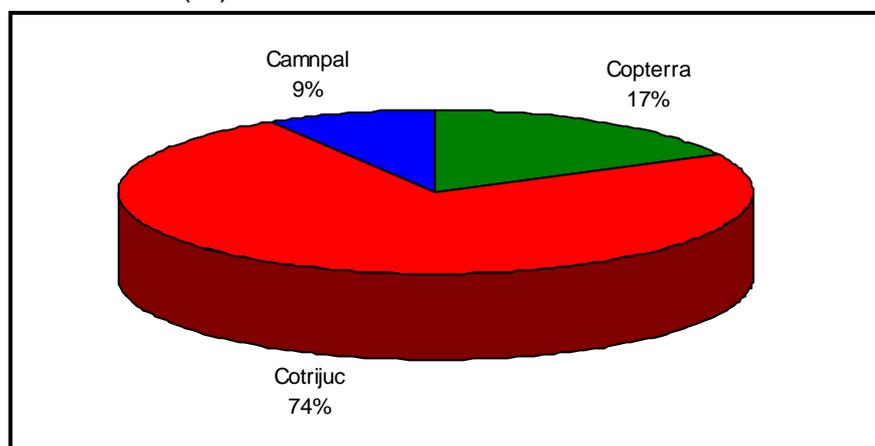
Considerando as vantagens oferecidas pela COTRIJUC, como maior facilidade de obtenção de financiamentos, assistência técnica e garantia de comercialização da produção, é compreensível o alto grau de adesão dos assentados à cooperativa. Somente 5,3% dos entrevistados alegaram não serem associados a nenhuma cooperativa. Dos 94,7% restantes, 74% são associados à COTRIJUC, 17% à COPTERRA e 8% à CAMNPAL (Gráfico 6).

Os principais produtos vendidos pelos assentados para estas cooperativas, em ordem de importância, são: a soja (89,5%), o leite (52,6%), o milho (26,3%), o trigo (5,3%) e suínos (5,3%). Também alguns produtos são vendidos para as indústrias, dentre as quais foi dado destaque pelos assentados à Parlact, uma indústria de laticínios. Os produtos vendidos para estas empresas são o leite (10,5% das famílias assentadas), a soja (10,5%), além de milho, mel, laranja e trigo.

Segundo informações da COTRIJUC, na safra de 2003, os assentados da Ramada entregaram à cooperativa 16.825 sacas de 60kg de soja, 197 sacas de

milho e 1.857 sacas de trigo. Quanto ao leite, de janeiro a agosto de 2004 foram entregues 592.275 litros de leite.

Gráfico 6: Cooperativas às quais os assentados estão associados (%).



Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.
Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Os assentados também comercializam peixes, feijão, ovos, gado e hortaliças. Porém estes produtos normalmente são vendidos diretamente ao consumidor no assentamento ou na feira realizada na cidade de Júlio de Castilhos. Mas além desta produção comercializada sob esta forma, acrescenta-se também parte da produção de milho, mel, laranja e suínos.

Nesse aspecto, os principais problemas de comercialização, segundo os assentados, se configuram no estabelecimento do preço do produto. Muitas vezes nem mesmo sabem seu valor no mercado, vendo-se obrigados a vender os produtos muito abaixo do custo, em especial o leite. Como assinala Medeiros (2003), o baixo preço obtido pelos produtos caracteriza uma tendência da agricultura familiar que se encontra presa às cadeias de comercialização que retêm considerável parcela dos ganhos advindos da venda dos produtos.

Kautsky (1972, p.142) atribui esta desvantagem do produtor rural no estabelecimento do preço dos seus produtos à um menor domínio e conhecimento do mercado:

[...] De todos os compradores e vendedores do mercado, é este [o pequeno produtor rural] que está em piores condições; ninguém tem menos conhecimentos comerciais do que ele, ninguém está em pior situação para tirar rapidamente partido das circunstâncias desfavoráveis. Além disso, a sua exploração é muito mais variada do que a do artesão urbano, abrange muito mais ramos de trabalho e,

por conseguinte, exige compras e vendas de materiais mais diversos [...].

Comentando a questão, Guimarães (1979) acrescenta que a evasão da renda efetiva por meio dos preços dos produtos agrícolas, normalmente desvantajosos para os produtores rurais, é um elemento comum as sociedades capitalistas. Os custos agrícolas não são transferidos aos consumidores por meio da elevação do preço, porque isso contraria os interesses industriais, uma vez que isto representaria uma elevação dos níveis salariais da população urbana.

A pequena unidade de produção apenas existe e continua se proliferando justamente porque o agricultor não inclui no preço dos seus produtos a renda da terra e o lucro (GORENDER, 1994). Preferíamos, porém, dizer que o pequeno produtor, devido a sua dependência do mercado, não pode incluir a renda da terra e o lucro no preço de seus produtos, sob risco de não conseguir comercializar sua produção.

Em segunda instância, situa-se a questão do transporte. É muito pequeno o número de famílias que possui transporte próprio, o que acaba dificultando o transporte da produção para a cidade a fim de vendê-la. Há uma única linha de ônibus que passa no assentamento em direção a cidade de Júlio de Castilhos, a aproximadamente 20 Km de distância. Apesar desta linha de ônibus constituir-se em uma alternativa, não resolve o problema, pois as condições de transporte de produtos como hortaliças e peixes num ônibus não são adequadas.

5.4.4. As atividades não-agrícolas

O desenvolvimento de atividades não-agrícolas paralelamente às atividades agrícolas tem sido uma prática crescente no espaço rural brasileiro. Sob diferentes aspectos –turismo rural, trabalho salariado, beneficiamento da produção, realização de feiras–, são atividades que se fazem presentes no rural e estão associadas a conjuntura social e econômica de cada lugar.

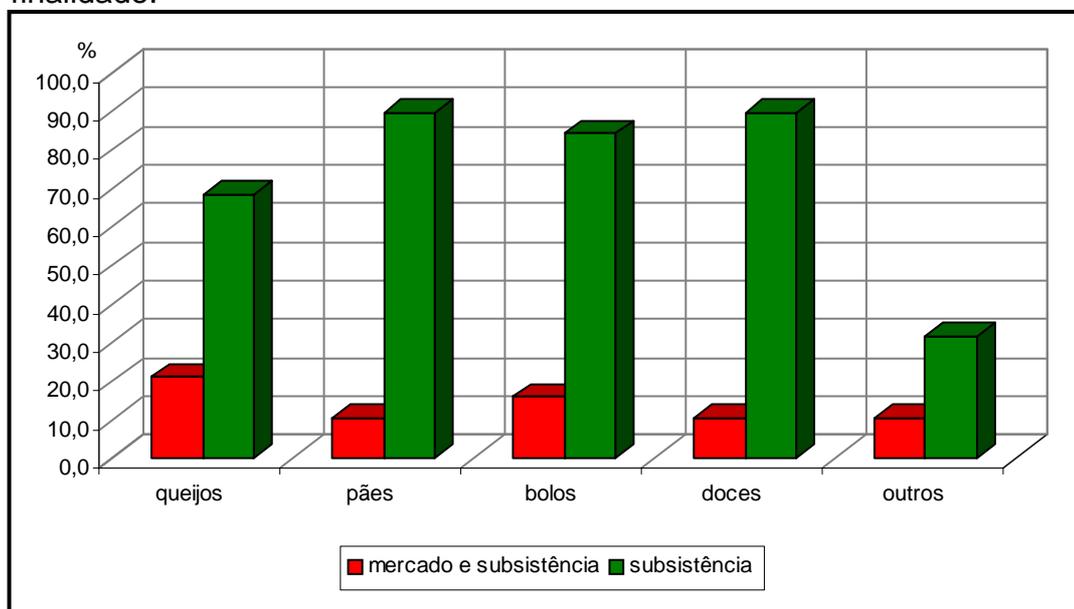
Também nos assentamentos se percebe uma tendência de aumento das atividades não-agrícolas. Não poderia ser diferente, uma vez que as famílias pluriativas pertencem ao segmento dos pequenos produtores rurais, dentre o qual os assentados se inserem. Frente à política governamental que possui como principais beneficiários os grandes e médios proprietários de terras, os assentados, assim

como os demais produtores familiares, necessitam encontrar alternativas para complementar sua renda. Como enfatizado por Guimarães (1979, p.177), *nada exprimirá melhor o declínio da lucratividade agrícola do que o alastramento, na maioria dos países capitalistas desenvolvidos, da agricultura a tempo parcial [...]*. Acrescentaríamos ainda a esse pensamento o aumento das práticas não-agrícolas nos países em desenvolvimento, criando um fenômeno que vem sendo chamado de pluriatividade.

A pluriatividade é considerada uma estratégia de reprodução da família e da unidade familiar, mediante a flagrante perda do poder aquisitivo e da qualidade de vida daqueles que vivem apenas da atividade agrícola. A Ramada também apresenta indícios da presença de pluriatividade que se manifesta principalmente sob as formas de beneficiamento da produção, assalariamento e feiras.

O beneficiamento artesanal da produção caracteriza-se como a principal atividade não-agrícola desenvolvida no interior da unidade produtiva. Dentre os produtos produzidos destacam-se queijos, pães, bolos, doces, além de outros produtos menos expressivos como pastéis, esfihas, sonhos e coalhada (Gráfico 7).

Gráfico 7: Ramada: Principais produtos da indústria doméstica (%) e finalidade.



Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Na verdade, o beneficiamento artesanal da produção sempre foi uma característica da pequena unidade de produção. Historicamente realizada pelas mulheres, a produção de queijos, pães, bolos, doces, etc., atende o consumo da

família, constituindo-se em uma estratégia de reprodução, pois diminui a dependência financeira do mercado. Mesmo com as mudanças ocorridas no espaço rural a partir da especialização das atividades agropecuárias e da sua modernização, as atividades artesanais permaneceram nas unidades de produção familiar. Mas agora elas possuem um diferencial, ou seja, atender o mercado, adquirindo assim uma dupla finalidade: suprir o consumo interno e concomitantemente gerar uma renda extra.

É possível observar no gráfico 7 a importância dos produtos da indústria doméstica. Conforme Silva (2003), a indústria doméstica é fundamental para a reprodução da unidade familiar, uma vez que diminui a dependência do mercado. Ou seja, se ela estiver ausente na unidade de produção, os gastos com alimentação aumentam consideravelmente e a diversificação do consumo diminui.

Nenhum assentado manifestou interesse em beneficiar a produção exclusivamente para o mercado. Isto vem de encontro à proposição de Wanderley (2003), para quem a produção de autoconsumo e de mercado se complementam, representando uma estratégia de reprodução.

O queijo é o produto da indústria doméstica que recebe maior destaque no que se refere à comercialização. Dentre os que o produzem, 68,4% o destinam apenas para o autoconsumo, porém 21% têm por finalidade atender a subsistência e a comercialização. Muito embora os demais produtos se destaquem na produção para subsistência, a percentagem de pães (10,5%), bolos (15,8%) e doces (10,5%) que possui dupla finalidade – consumo e mercado – é inferior à percentagem de queijo (Gráfico 7).

A preferência pela comercialização do queijo, em detrimento aos demais produtos da indústria doméstica, pode ser justificada pelo seu valor comercial muito mais expressivo que os outros produtos. Não obstante, para produzir o queijo é necessária uma grande quantidade de leite que, preferivelmente, é vendido *in natura* por ser a principal fonte de renda mensal dos assentados. Esse é um dos fatores que contribui para que nem todas as famílias fabriquem queijo.

Mas, além disso, há que se considerar a influência das leis e da fiscalização sanitária que após instauradas reduziram sensivelmente a produção de queijo para venda nos estabelecimentos rurais familiares. Por consequência disso, pode-se inferir que também as técnicas de produção artesanal do queijo deixaram, em

algumas famílias, de ser transmitidas de mãe para filha, de modo que atualmente há pequenos produtores rurais que não conhecem o processo de produção do queijo.

A parcela da produção da indústria doméstica que é comercializada tem como destino a venda ao consumidor diretamente no lote e a venda na cidade que é realizada de *'porta em porta'* (26,3% dos entrevistados), seguida da venda na feira (5,3%). Percebe-se que a feira possui pouca importância enquanto via de escoamento da produção da indústria doméstica, assim como da produção agrícola, predominando, no comércio informal, a preferência pela venda ao consumidor no lote. Todavia, não foi sempre assim.

O comércio na feira, enquanto atividade não-agrícola, por conseguinte estratégia de reprodução, teve importância fundamental no início do assentamento, pois as primeiras plantações constituíram-se principalmente em alimentos básicos necessários para o consumo dos assentados. O excedente de suas hortas e demais cultivos destinados ao autoconsumo, além dos produtos da indústria doméstica, eram comercializados para gerar alguma renda monetária. O único canal de escoamento da produção era a feira. Inclusive as famílias associadas à COPANOR também tinham a venda na feira como uma fonte de renda.

Esta tarefa de comercializar a produção era desenvolvida com grande dificuldade devido a falta de transporte próprio. Em função disso, usavam o ônibus para se deslocar até a cidade de Júlio de Castilhos onde faziam a feira. Além de haver somente uma linha de ônibus, a única parada localiza-se na entrada do assentamento, extremamente distante para alguns, principalmente as famílias da comunidade São João. Essas dificuldades contribuíram para que grande parte das famílias abandonasse a feira.

O assalariamento também se inclui entre as atividades pluriativas identificadas no interior da Ramada. As atividades não-agrícolas que correspondem ao assalariamento são desenvolvidas no interior e fora do assentamento. Destacam-se nesse sentido as seguintes atividades: doméstica, professora, agente de saúde e funcionário da escola. As famílias que possuem membros trabalhando como domésticas afirmam que o emprego nesta atividade foi necessário para complementar a renda familiar. Essa atividade é desenvolvida por esposas, normalmente com baixa escolaridade, para aumentar a renda mensal da família, ou filhas para auxiliar nas despesas da família.

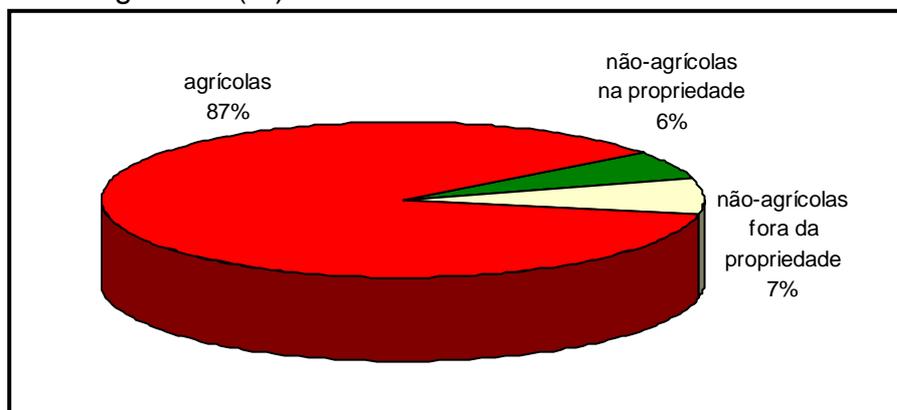
Nas demais atividades não-agrícolas assalariadas também predominam as mulheres. Porém nesses casos o fator renda não constitui-se no elemento mais importante. A assentada que trabalha como professora da escola do assentamento argumentou que desde o acampamento desempenhava a função de educadora sem receber pagamento para realizar a tarefa. Possuindo formação em licenciatura e trabalhando com crianças sem-terras desde seu ingresso no acampamento, nada mais natural que continuasse suas atividades na escola do assentamento.

A agente de saúde relatou que apesar de não ter completado o ensino fundamental, trabalhou de voluntária no setor de saúde do acampamento. Após ser assentada, quando foram abertas as inscrições para agentes de saúde do assentamento, viu a possibilidade de voltar a desempenhar esta tarefa que, além de garantir uma renda complementar, lhe dava prazer.

Apenas uma das famílias entrevistadas possuía um homem ocupado em atividades não-agrícolas assalariadas, ou seja, fora da propriedade. Com ensino fundamental completo, o chefe da família é funcionário público da escola e sua opção por esta profissão se justifica pela renda complementar que possibilita.

Embora haja outras modalidades de trabalho pluriativo, na Ramada, as famílias pluriativas se restringem ao desenvolvimento dessas atividades. Verifica-se que as atividades agrícolas são predominantes e que a pluriatividade ainda possui pouca expressão no assentamento, conforme mostra o gráfico 8.

Gráfico 8: Ramada: Pessoal ocupado em atividades agrícolas e não-agrícolas (%).



Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.
Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Essa informação corrobora os dados apresentados por Alentejano (1999), o qual afirma que a região sul do país é a que apresenta o menor número de membros

de famílias rurais ocupados em atividades não-agrícolas, embora seja a região que apresenta maior desconcentração industrial.

Porém, seguindo a tendência do campo brasileiro, as atividades não-agrícolas provavelmente se expandirão dentro dos limites sócio-espaciais e políticos. Longe de exprimir uma situação sócio-econômica que dispensa uma maior busca por novas formas de complementação da renda, o reduzido número de famílias pluriativas é determinado pelos limites sócio-espaciais e políticos. Ora, por mais que os assentados tenham a soja e o leite como principais atividades produtivas, eles estão sujeitos ao mesmo declínio de lucratividade que os demais produtores rurais sofrem.

Vale salientar que as atividades não-agrícolas vêm permitindo não apenas um aumento da renda como também estão possibilitando a permanência dos jovens no campo. Contudo, no assentamento em questão as atividades não-agrícolas ainda são pouco expressivas e pouco diversificadas e isso pode não contribuir para assegurar a permanência dos jovens no campo.

O debate sobre a pluriatividade surgiu devido ao emprego de membros das famílias rurais em atividades não-agrícolas na propriedade ou fora dela. Como observa Schneider (1999a), a descentralização industrial foi um dos elementos impulsionadores do desenvolvimento da pluriatividade nos países desenvolvidos. Necessitava-se reduzir a superprodutividade, garantindo a qualidade de vida dos produtores e mantendo o emprego no meio rural.

Também na região nordeste do Rio Grande do Sul e no estado de Santa Catarina a pluriatividade desenvolveu-se principalmente em função da descentralização industrial (ALENTEJANO, 1999 e SCHNEIDER, 1999a e 2003). Todavia, esta especificidade não se faz presente na Ramada, simplesmente porque o município não apresenta um setor industrial. O reduzido número de empresas instaladas no município emprega pouca mão-de-obra, que normalmente é urbana.

Bavaresco (1999) comenta que na porção norte do estado do Rio Grande do Sul (acrescentaríamos também a porção centro-ocidental) as possibilidades de emprego em atividades não-agrícolas são muito reduzidas. As cidades nesta área são, em sua maioria, de pequeno porte e o setor industrial é ainda pouco desenvolvido.

O turismo rural constitui-se em outra atividade não-agrícola que vem se difundindo largamente no espaço rural nos últimos anos. Mas também não é desenvolvido na Ramada. Na ausência de atrativos naturais de maior relevo, por se

tratar de uma área de campos, apenas com mata ciliar ao longo de cursos d'água e áreas reflorestadas, normalmente com eucalipto, o turismo acaba por ser uma possibilidade muito limitada. No entanto, para Silva, Vilarinho e Dale (1998), o desenvolvimento do agroturismo prescinde de recursos turísticos extraordinários, de modo que sob uma modalidade específica para que os hóspedes vivenciem o cotidiano da vida no campo, como fazenda-hotéis, o turismo é possível na área.

Embora os assentados tenham comentado receberem constantemente visitantes interessados em conhecer o assentamento, inclusive estrangeiros, este não tem estrutura para o desenvolvimento da atividade turística.

Os técnicos do assentamento possuem papel fundamental na expansão das atividades não-agrícolas. Cabe a eles levar ao conhecimento dos assentados novas estratégias de reprodução como agroturismo e indústria doméstica, dentre outros. Considerando que a maioria das famílias comentou receber a visita do técnico apenas uma vez por mês, observa-se que existe pouco empenho em buscar outras alternativas de renda para os assentados.

Comentando sobre essa questão Sabourin (2002) afirma que a primeira condição para que ocorra a inovação é o acesso à informação. Mas esta informação geralmente não está disponível ao produtor familiar. São os extensionistas que detêm a informação, mas normalmente eles só assistem tecnicamente aqueles produtores rurais que recebem financiamentos voltados para a produção agropecuária.

O oferecimento de cursos para as famílias rurais configura como uma forma de incentivo, principalmente no que se refere à indústria doméstica e aos trabalhos manuais. O assentado E. F. e sua esposa comentaram que durante o período em que a EMATER era a responsável pela assistência técnica do assentamento, eram oferecidas palestras e cursos de tricô, crochê e pintura. Lamentaram por já não mais serem oferecidos, pois isso lhes possibilitava aprender muitas coisas novas. Observa-se entre os técnicos uma tendência de orientar os produtores apenas para as atividades agropecuárias.

5.5. O perfil sócio-econômico das famílias assentadas

A situação econômica das famílias no momento de ingresso no assentamento normalmente é muito precária. O assentamento geralmente só possui as estruturas existentes antes da desapropriação. Como se não bastasse, os recursos governamentais para construção de casas, galpões e início da lavoura são muito escassos. Diante desta situação, a estruturação tanto do assentado quanto do próprio assentamento constitui-se em um longo processo.

Como já foi comentado anteriormente, alguns anos se passaram até que os assentados pudessem construir suas casas e se estruturarem produtivamente. Cremos não ser possível ainda mencionar que há uma estruturação econômica dos assentados, uma vez que somente no ano de 2004 eles conseguiram renegociar sua dívida.

Com a infra-estrutura ocorreu processo análogo. As famílias tiveram que aguardar um certo tempo para a abertura de estradas, a instalação de energia elétrica e a construção da escola.

Somente no segundo ano do assentamento, em 1990, o INCRA mandou fazer a abertura de estradas no assentamento. Até aquele momento existiam apenas alguns caminhos que foram abertos por tratores. Todavia, ainda hoje há assentados que não possuem saída para a estrada, necessitando passar por lotes de vizinhos para chegar até ela.

As más condições dessas estradas constituem um problema enfrentado pelas famílias assentadas, sobretudo nos períodos de chuva, quando o tráfego de veículos fica impossibilitado. Desta maneira, o ônibus escolar não pode transportar os alunos, o que em alguns casos pode acarretar o cancelamento das aulas. Além disso, algumas vezes o caminhão de leite não chega às propriedades, o que afeta negativamente os assentados.

Comentando sobre essa problemática, Benedetti (2004, p.77-78) assinala que *[...] o órgão responsável pelo projeto não efetuou os devidos investimentos, acarretando dificuldades de acesso e de escoamento da produção [...]*. Estas dificuldades aumentam no inverno, quando ocorre um aumento na precipitação, o que torna as estradas intransitáveis em alguns trechos.

A energia elétrica também foi instalada na comunidade Sede no segundo ano do assentamento, em 1990. Esta comunidade foi privilegiada quanto à obtenção de

energia porque os assentados pagaram pela instalação. Isso somente foi possível mediante um financiamento conseguido através da COPANOR. As famílias das comunidades São João e Invernadinha somente foram servidas por energia elétrica em 1995, porém não tiveram que pagar a instalação, financiada pelo INCRA. Já o abastecimento de água, em vista das distâncias, é efetuado através de poços artesianos ou, em algumas situações, por poços comuns.

A escola do assentamento (Figura 10) começou suas atividades já no primeiro ano. Porém, primeiramente as aulas eram ministradas em uma antiga casa da fazenda e, num segundo momento, em vista das condições precárias daquela instalação, foram transferidas para barracos de lona. Em 1990 o assentamento recebeu verbas dos governos federal e estadual para a construção da escola.

Figura 10: Escola Estadual de Ensino Fundamental 15 de Março – Assentamento Ramada – Júlio de Castilhos/RS.



Estrutura física da escola do assentamento da Ramada, localizada na comunidade Sede. Com boas condições de infra-estrutura, a escola possui computador na diretoria, além de televisão e vídeo, e estrutura específica para a recreação das crianças. À frente, observa-se também a presença de um orelhão, único no assentamento.

Fonte: Trabalho de Campo, janeiro/2004.

Voltada para o Ensino Fundamental, a escola atende à todas as crianças do assentamento e das propriedades vizinhas. No assentamento, somente os jovens que cursam o Ensino Médio não estão matriculados naquela escola. O Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos –EJA– estão entre os objetivos da escola, porém ainda não foram alcançados.

A escola é um espaço muito importante para os assentados, uma vez que para muitos o acesso à ela foi dificultado, motivo pelo qual predomina a baixa escolaridade entre os assentados.

O Movimento Sem Terra possui grande preocupação com a alfabetização, motivo pelo qual criou a escola nos acampamentos para que as crianças continuassem estudando durante o período de transição para o assentamento. Outro aspecto que demonstra a importância da educação no movimento foi a criação de um curso de Magistério especialmente para formar professores para atuar nas escolas dos assentamentos. Esta medida decorreu de problemas relacionados a preconceito de alguns professores que atuaram nas escolas dos assentamentos, assim como pela não correspondência entre o ensino realizado e o ideal do Movimento. Vendramini (2000, p.165) comenta sobre o assunto enfatizando que

Não teria sentido o MST lutar pela escola da forma como ela está instituída. Temos uma escola cujo conteúdo reflete certas relações humanas que não correspondem aos objetivos do MST, que busca transformar a sociedade e as relações sociais que a engendram.

Conforme a autora, a perspectiva do MST em relação à educação é renovar moral e materialmente a vida social, o que passa necessariamente pela constituição de uma consciência de classe. Ao propor esta nova forma de educar, cria-se meios de romper com a velha educação.

Esta preocupação com a educação respalda-se no entendimento de que a construção da cidadania e a luta pela justiça social passam pela alfabetização. A educação, ao difundir o saber, torna-se um importante instrumento de conscientização. Somente a partir da conscientização é possível realizar uma mudança social (VENDRAMINI, 2000).

Não há posto de saúde no assentamento, entretanto os assentados contam com as visitas periódicas (duas vezes ao mês) dos agentes de saúde. Além disso, a Ramada possui uma cota especial de fichas para atendimento médico no posto de saúde municipal. Esta cota foi criada porque as fichas são distribuídas por ordem de chegada e, como os assentados dependem do ônibus, normalmente chegavam quando todas as fichas já haviam se esgotado. A criação desta cota constitui-se em uma das conquistas dos assentados após anos de luta pela sobrevivência no assentamento. Além disso, as cotas atestam seu reconhecimento como categoria pequenos produtores rurais e cidadãos.

Há que se mencionar ainda a presença marcante de pavilhões comunitários em cada uma das comunidades. Estes espaços são reservados principalmente para as reuniões da comunidade, rezas e para as atividades de lazer dos assentados. Percebe-se nesse ínterim, uma preocupação com a existência de um espaço coletivo que possibilite a reunião e integração de todos, assim como verifica-se a intensa religiosidade destes indivíduos.

Os pavilhões comunitários são espaços importantes para as comunidades, pois é neles que se realizam as principais atividades de lazer das famílias. É também nestes espaços que se estabelecem laços com a localidade, ou seja, com a comunidade local. Como diz Lamarche (1998), estes laços se constroem principalmente pelo sentimento de pertencimento a uma determinada coletividade social.

Observando a tabela 5 é possível perceber a distribuição da população entrevistada segundo sexo, idade e escolaridade. No assentamento Ramada nota-se um predomínio de 25,5% da população masculina sobre a feminina, principalmente na faixa etária de menos de 18 anos e de 31 a 50 anos.

Tabela 5: Assentados segundo sexo, faixa etária e escolaridade.

Escolaridade	Total	Sexo							
		Homens				Mulheres			
		Faixa etária				Faixa etária			
		Menos de 18 anos	De 18 a 30 anos	De 31 a 50 anos	Mais de 50 anos	Menos de 18 anos	De 18 a 30 anos	De 31 a 50 anos	Mais de 50 anos
Analfabeto	5	0	0	0	2	0	0	0	3
Ensino fundamental incompleto	49	14	1	11	2	4	2	12	3
Ensino fundamental completo	14	2	1	5	0	2	2	2	0
Ensino médio incompleto	6	1	1	0	0	2	2	0	0
Ensino médio completo	3	0	2	0	0	0	1	0	0
Ensino superior	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Crianças que ainda não estão em idade escolar	7	5	0	0	0	2	0	0	0
Total	85	22	5	16	4	10	7	15	6

Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

No assentamento em questão o grau de escolaridade da população é baixo, destacando-se em especial a faixa de 31 a 50 anos que não completou o ensino fundamental, tendo cursado normalmente até a 4ª série. Dentre as famílias

entrevistadas apenas uma mulher possuía formação superior (Tabela 5), exercendo a função de professora na escola do assentamento.

O grau de escolaridade influi sobre a atitude dos produtores familiares frente às informações que lhes são passadas. Sabemos que os veículos de informação possuem uma enorme carga ideológica, sendo esta mais facilmente absorvida pela população quanto menor sua escolaridade. Isto leva, segundo Lamarche (1998), a uma uniformização do pensamento.

Também Marx (1984, p.56-57) faz alusão ao domínio das idéias sobre aqueles que não possuem a propriedade dos meios de produção:

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes [...]. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...]. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de idéias, regulam a produção e a distribuição de idéias do seu tempo [...].

Portanto, não é por acaso que a maioria dos produtores familiares, sempre que é possível, adota o pacote tecnológico. A monocultura de exportação, a mecanização, o intenso uso de insumos químicos, os organismos geneticamente modificados, etc. são os elementos que caracterizam a agricultura de ponta hoje no país. As idéias dominantes, a informação veiculada, ainda incentiva o produtor a aderir ao modelo produtivista.

A presença da escola no assentamento tem sido de fundamental importância para o grau de escolaridade daquela população. Dentre os aspectos que sempre dificultaram a inserção da população rural na escola podem ser mencionadas as dificuldades de acesso devido as grandes distâncias, a precariedade da infraestrutura e o atendimento até a 4ª série. A partir daí, para continuar a estudar, os alunos eram, e em alguns locais ainda são, obrigados a se deslocarem para a cidade.

Essas dificuldades ainda não foram completamente solucionadas, pois diante da inexistência de escolas de ensino médio no campo, os jovens continuam tendo

que decidir entre parar o estudo ou mudar-se para a cidade após concluir o ensino fundamental. A escola do assentamento atende os alunos até a 8ª série, o que já corresponde a uma evolução que se fará sentir nas próximas décadas. Tendencialmente aumentará o grau de escolaridade daquela população que terá, pelo menos, o ensino fundamental completo.

Na tabela 5 se percebe também que há um pequeno número de pessoas cursando ou que completaram o ensino médio. Este dado corrobora a discussão anterior e acusa que pequena parcela de jovens estão presentes no assentamento, considerando que a informação circunscreve-se às pessoas residentes na propriedade. Em outras palavras, muitos jovens, ao completar o ensino fundamental, mudam-se para a cidade para continuar estudando. Para agravar esta situação, a maioria destes jovens dificilmente retorna ao campo preferindo a vida na cidade.

Observando ainda a tabela 5, nota-se que predomina a população masculina na faixa etária com idade inferior a 18 anos. A população feminina com menos de 18 anos também é importante, embora não seja predominante. Contudo, 90,1% dos indivíduos que estão inseridos na faixa etária com menos de 18 anos possui até 14 anos de idade, ou seja, são crianças e adolescentes que ainda não terminaram o ensino fundamental.

Esta quase ausência de jovens também foi percebida por Bavaresco (1999) em seu estudo sobre o Assentamento Anoni (fase IV). Conforme os dados coletados pelo autor, os filhos que saíram de casa possuíam idade média de 21 anos, sendo que aqueles que continuavam residindo na casa paterna tinham idade inferior a 12,5 anos. Também é destacado pelo autor que a saída das mulheres do assentamento é muito superior à dos homens.

A escolaridade dos assentados é representativa da situação das famílias de pequenos produtores rurais no campo brasileiro. A baixa escolaridade é um dos fatores que mantêm as pessoas no campo. Invariavelmente algum assentado mencionava a importância da terra em sua vida, uma vez que não possuía estudo para se empregar na cidade. O desenvolvimento tecnológico, além de ser o responsável pelo aumento do desemprego, uma vez que é poupador de mão-de-obra, também aumentou as exigências quanto a escolaridade dos trabalhadores. Isto exclui do mercado de trabalho urbano uma imensa maioria dos trabalhadores.

Como se pode esperar, uma maior escolaridade indica tendencialmente o abandono do campo. Ao mudar-se para a cidade para continuar seus estudos, os

jovens entram em contato com uma cultura diferente e uma forma de vida aparentemente mais fácil em termos de acesso à infra-estrutura e serviços públicos. Com melhor formação, as possibilidades de conseguir emprego no espaço urbano são maiores, por isso que muitos acabam optando por não retornar ao campo.

Carneiro (2002) comenta que dentre os fatores que determinam o abandono do campo por parte dos jovens estão a ausência de possibilidades de lazer, a precária infra-estrutura e a falta de opções de trabalho. Neste sentido, a emergência das atividades não-agrícolas no espaço rural tem permitido a inserção plural destes jovens no mercado de trabalho, abrindo a possibilidade de haver uma maior permanência de jovens no campo.

No entanto, também colabora para o abandono do campo o tamanho da propriedade paterna que impõem limites à produção e não pode vir a ser dividida entre os filhos por herança. A partilha por herança das pequenas propriedades inviabilizada o sustento da família com base no trabalho agrícola, de maneira que muitos filhos são obrigados a conseguirem empregos em outros setores econômicos (BAVARESCO, 1999).

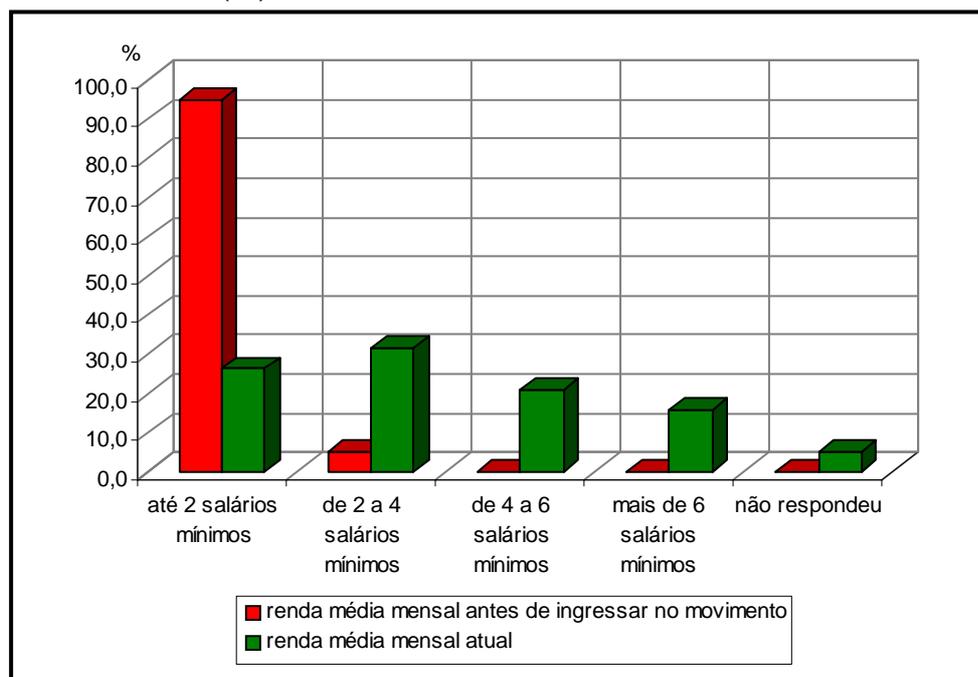
A saída dos jovens do campo para a cidade equivale a uma expropriação indireta. Ela se processa por meio da impossibilidade dos filhos dos pequenos produtores rurais se tornarem proprietários de terra (OLIVEIRA, 1995).

Porém os jovens com baixa escolaridade, principalmente os homens, invariavelmente permanecem no campo, podendo mesmo ocorrer o retorno de alguns jovens que obtiveram maior formação. Esta permanência ou retorno, em parte, decorre da dificuldade de conseguir emprego no mercado de trabalho. Lamarche (1998) verificou este fenômeno em sua pesquisa, concluindo que, no Brasil, a permanência de jovens no campo não resulta de uma estratégia de reprodução familiar, mas da dificuldade de obter melhores condições de vida em outro lugar e/ou outra atividade.

Muito embora o grau de escolaridade seja baixo, as famílias do assentamento têm conseguido elevar sua renda. O gráfico 9 apresenta a renda média mensal das famílias entrevistadas antes e depois do assentamento. Antes de serem assentadas 94,7% das famílias possuía uma renda média mensal de até 2 salários mínimos. Atualmente apenas 26,3% situam-se ainda nesta faixa salarial. Na faixa salarial de 2 a 4 salários mínimos há substancial diferença entre os dois momentos. Antes apenas 5,3% das famílias integravam esta faixa, na atualidade, 31,6% obtém entre 2

e 4 salários mínimos. Nenhuma das famílias recebia mais de 4 salários mínimos na atividade que exercia antes de ingressar no movimento e conseguir ser assentada. Ao contrário, hoje, 36,8% das famílias possuem renda superior a 4 salários mínimos, dentre as quais, 15,8% mencionaram obter mais de 6 salários mínimos.

Gráfico 9: Renda média mensal da família antes e depois do assentamento (%).



Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

No grupo com renda média mensal acima de 6 salários mínimos destacam-se as famílias que investem na atividade leiteira. Os produtores situados nas demais faixas salariais investem na produção de soja. Porém, entre as famílias que possuem renda de 4 a 6 salários, observa-se que metade, ou seja, 10,5% dos assentados produzem leite para comercialização, possuindo entre 14 e 22 vacas leiteiras, muito embora a soja continue como principal produção do lote. Isto comprova que, apesar do baixo preço, o leite é um importante produto comercial, podendo transformar-se na principal fonte de renda das famílias quando há um investimento efetivo na produção.

No assentamento Ramada, conforme já referido, o leite se constitui no segundo principal produto comercial e tem contribuído tanto ou mais que a soja para a elevação da renda das famílias assentadas. É importante observar que a produção apresenta um rol de vantagens, ou seja, fornece uma renda mensal ao produtor, ocupa mais mão-de-obra, atende a demanda interna da propriedade e propicia a

elaboração de produtos artesanais como queijo, requeijão e coalha que podem ser comercializados pelos produtores diretamente aos consumidores.

A produção leiteira também não possui os mesmos agravantes ambientais que a produção de soja. Segundo Bavaresco (1999) a grande quantidade de agrotóxicos requerida pela lavoura de soja não apenas é ambientalmente nociva como também determina uma maior dependência do produtor ao mercado e à tecnologia. As maiores rendas nem sempre indicam melhores condições sócio-econômicas, principalmente se predominarem na propriedade as técnicas modernas, como as que são usadas para a cultura da soja, pois os custos de produção são mais elevados. Em função disso, mesmo uma maior produção não garante que os produtores tecnificados tenham melhor nível de vida.

Na produção leiteira, também há uma certa dependência tecnológica e financeira, principalmente quando o produtor investe na modernização para aumentar a produtividade. Entretanto, a dependência tecnológica na produção leiteira é substantivamente menor que na produção de soja. Como se não bastasse, embora a produção de leite possa vir a ser afetada pelas intempéries climáticas, ela não é tão vulnerável às mesmas como a lavoura.

As famílias pluriativas também merecem menção, elas estão inseridas em diferentes faixas salariais conforme as atividades que desenvolvem. Aquelas que combinam as atividades agrícolas no lote com o assalariamento em atividades não-agrícolas, apresentam rendas mensais de 2 a 4 salários mínimos. Já as famílias que integram a comercialização dos produtos da indústria doméstica à produção agrícola dividem-se em dois grupos, o primeiro com renda inferior a 2 salários mínimos e o segundo com renda de 2 até 4 salários. Enquanto que as famílias que comercializam produtos da indústria doméstica, possuem membros assalariados em atividades não-agrícolas fora da propriedade e ainda desempenham atividades agrícolas no lote, situam-se na faixa salarial de 4 a 6 salários mínimos.

Estes dados mostram dois aspectos distintos. De um lado pode-se observar que as famílias pluriativas normalmente possuem baixa renda. O recurso à pluriatividade, no caso brasileiro, está relacionado principalmente à precária condição econômica que se reflete na qualidade de vida, devido a baixa renda obtida pelos produtores rurais.

De outro, verifica-se que a combinação de práticas não-agrícolas e atividades agropecuárias tem possibilitado uma complementação da renda às famílias. Claro

que este complemento na renda vem acompanhado de uma sobrecarga de trabalho, o que determina uma maior exploração capitalista do trabalhador rural. Mas ainda assim, a pluriatividade é importante recurso que melhora a qualidade de vida do produtor rural, possibilita a permanência do homem no campo e permite a sobrevivência da pequena unidade de produção familiar.

Também o trabalho assalariado em outras propriedades, ou seja, em atividades agrícolas, representa uma importante fonte de renda para 15,8% das famílias entrevistadas. Embora esta atividade não seja uma característica das famílias pluriativas, ela também é uma estratégia implementada pelos produtores para aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida. Estas famílias possuem uma renda mensal de 2 a 6 salários mínimos.

Outros 15,8% tem acrescido à renda mensal a aposentadoria de membros da família. A aposentadoria tem se apresentado em algumas regiões do país como a principal fonte de renda de muitas famílias rurais. Não é este o caso da Ramada, contudo não se pode desconsiderar sua importância na renda das famílias que a recebem. Os assentados que mencionaram receber aposentadoria apresentam rendas semelhantes às famílias anteriormente citadas.

A variação da renda entre as famílias decorre de fatores diversos, dentre os quais pode se citar a diversificação de atividades, os recursos iniciais das famílias e a forma de aplicação dos recursos. Bavaresco (1999) afirma que os produtores que possuem outras fontes de renda além da soja, apresentam melhores rendas. Aqueles que possuíam maior capital inicial ou que puderam contar com o auxílio de parentes, normalmente também conseguem melhores rendas. A aplicação dos financiamentos obtidos é outro fator que interfere na renda, pois o produtor pode optar em investir na produção ou na habitação, em móveis e veículos.

Como já foi observado, embora haja famílias pluriativas, a grande maioria dos assentados (89,4%) possui como principal fonte de renda as atividades agropecuárias. Para 5,3% as atividades não-agrícolas fora do lote constituem-se na principal fonte de renda da família e para outros 5,3% o trabalho em outras propriedades é a principal fonte de renda.

Outros fatores como o tipo de casa, eletrodomésticos e veículos são elementos importantes na avaliação do nível de vida das famílias. Constatou-se que a maioria das residências (57,8%) foi construída com material misto, enquanto que as outras 42,2% são casas de madeira e casas de alvenaria (Tabela 6 e Figura 9).

Contudo, a maioria dos assentados (73,6%) está insatisfeita com sua casa. 68,4% alegaram que o estado de conservação de sua residência era regular e 5,2% afirmaram que sua casa era ruim. Apenas 26,4% consideraram que o estado de conservação de sua casa era bom. Alguns assentados disseram ter a intenção de melhorar a casa atual ou de construir uma casa nova, já que, na maioria dos casos, a atual casa foi construída com poucos recursos.

Tabela 6: Ramada: Tipo de casa (%), estado de conservação (%) e presença de instalação sanitária (%).

Tipo de casa (%)	Total (%)	Estado de conservação (%)			Total (%)	Instalação sanitária (%)	
		Bom	Regular	Ruim		Sim	Não
Alvenaria	21,1	5,3	15,8	0	21,1	21,1	0
Madeira	21,1	0	21,1	0	21,1	10,5	10,6
Mista	57,8	21,1	31,5	5,2	57,8	57,8	0
Total (%)	100	26,4	68,4	5,2	100	89,4	10,6

Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

Figura 11: Condições habitacionais dos assentados da Ramada – Júlio de Castilhos/RS.



Observa-se uma das residências de alvenaria de assentados da Comunidade Invernadinha. Em geral as residências são de boa qualidade, embora muitas ainda estejam inacabadas, o que determina o desejo de melhorar a casa. Num primeiro plano, à esquerda, também é possível observar uma antena parabólica, objeto comum nas residências, comprovando o acesso dos assentados à tecnologia e às informações.

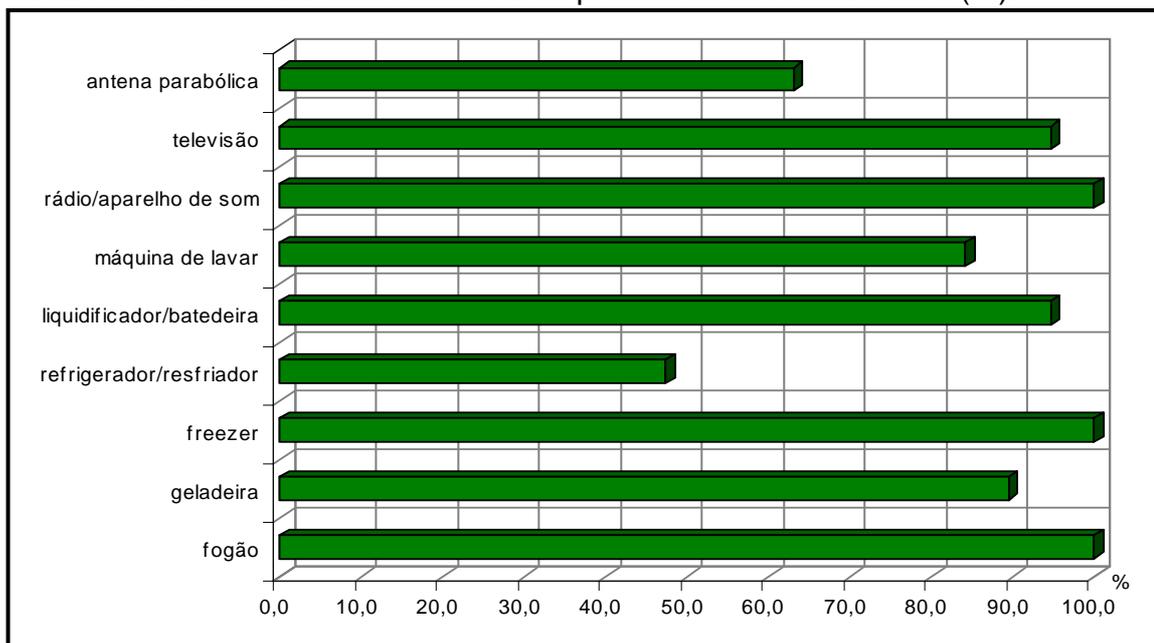
Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Como já foi mencionado, todas as residências possuem energia elétrica, mas nem todas têm poços artesianos. Nestas a água é obtida em poços comuns. A

tabela 6 mostra que a grande maioria das casas (89,4%) possui instalação sanitária. Aquelas que não a detêm (10,6%), normalmente as casas de madeira, usam o sistema de latrinas. As casas mistas normalmente possuem instalação sanitária, pois o banheiro é de alvenaria.

Os eletrodomésticos estão presentes nas residências, fazendo parte do cotidiano dos assentados. Conforme o gráfico 10, fogão, freezer, rádio, liquidificador, batedeira e televisão, foram encontrados em 94,7% das residências. A geladeira, mesmo sendo um eletrodoméstico quase que obrigatório na atualidade, de extrema importância na conservação dos alimentos, está presente em 89,5% das casas. Algumas famílias assentadas (10,5%) ainda não possuem geladeira. Outros eletrodomésticos como a máquina de lavar roupa (84,2%) também são encontrados nas residências. A antena parabólica é um objeto presente em 63,1% das residências e o refrigerador em 47,4%.

Gráfico 10: Ramada: eletrodomésticos presentes nas residências (%).



Fonte: Trabalho de Campo, maio/2004.

Organização: BUTH, Fernanda (2004).

A diversidade de eletrodomésticos encontrada nas residências é indicativa da condição econômica dos assentados, pois muitas famílias dificilmente teriam acesso a eles em sua condição de vida anterior. Como assinala Benedetti (2004), o consumo de eletrodomésticos indica o alcance de um patamar mínimo de consumo que dinamiza a movimentação comercial local.

Por outro lado, o uso de eletrodomésticos também indica não apenas uma mudança cultural em que o velho é substituído pelo novo, eles representam a busca pelo bem-estar social, pela qualidade de vida. Os eletrodomésticos, em alguns casos, facilitam o trabalho familiar, em outros, permitem o acesso às informações e os colocam em contato com o mundo. Assim, na concepção de Silva (2003), conforma-se a construção de um novo espaço social em que são incorporados traços do mundo tradicional, ou seja, há uma simbiose entre elementos do passado e do presente.

Os veículos motorizados também foram encontrados no assentamento. Dentre os entrevistados, 42,1% não possuíam nenhum veículo. Os demais 57,9% possuíam pelo menos um veículo, sobressaindo-se o carro de passeio (42,1%). Os demais veículos encontrados foram: moto (10,5%), caminhonete (10,5%) e caminhão (10,6%). Os veículos são de suma importância para os assentados, considerando a distância entre o assentamento e a cidade de Júlio de Castilhos, e a deficiência do transporte coletivo. De qualquer forma, os veículos motorizados também evidenciam as diferenças sócio-econômicas entre os assentados.

Estas diferenças podem ser percebidas no projeto familiar para o futuro. As famílias que possuem maior renda, ou seja, mais de 4 salários mínimos, desejam dar estudo para os filhos (26,3%) e esperam que pelo menos um dos filhos permaneça na terra (15,8%). Já entre as famílias com renda de até 4 salários mínimos, as principais aspirações são melhorar as condições de vida (26,3%) e construir uma casa melhor ou arrumar a casa atual (21%). Houve ainda, em menor magnitude, manifestação do desejo de comprar máquinas agrícolas, adquirir carros, aumentar a produção e comprar mais terras.

Somente uma família manifestou ter intenções de adquirir terrenos na cidade com o objetivo de construir casas para alugar e obter daí uma renda. Entretanto declarou que não venderia o lote para morar na cidade. Esta convicção foi partilhada pelos demais entrevistados. Entre os motivos apontados para não saírem do campo foi assinalado: não ter condições de se manter na cidade por falta de estudo, não gostar da cidade devido ao barulho e a violência, ter se criado no campo, entre outros. Contudo, muitos assentados afirmaram que venderiam seu lote se pudessem adquirir uma área maior em outro lugar, ou então, se conseguissem terra em um local mais próximo da cidade, onde o acesso fosse melhor.

Para Lamarche (1998), esta disposição em vender o lote para comprar uma propriedade maior é uma característica de agricultores por ele denominados de empreendedores. Estes produtores, segundo o autor, estão profundamente engajados em uma lógica de acumulação fundiária. Considerando que a principal produção destes agricultores é a soja, era de se esperar que almejassem propriedades maiores, uma vez que seu lote é muito pequeno para a realização de uma produção que permita uma acumulação capitalista. Comentando sobre esta questão, o autor (p.111) coloca que:

[...] O que faz a especificidade da relação brasileira com a terra, além de seu caráter conquistador, é sua extrema “deslocalização”. Os agricultores brasileiros estão propensos à mobilidade geográfica, aceitando a idéia de vender a terra em troca de uma melhor oportunidade de explorar em outro lugar [...].

No entanto, já houve casos de assentados que venderam ou trocaram seu lote, conforme informações dos entrevistados. Segundo informações do INCRA, ocorreu uma evasão de 13% (BENEDETTI, 2004). A venda do lote é ilegal e condenada por muitos assentados. Questionados, afirmaram que nada podem fazer, somente são informados da venda após ela ter ocorrido.

Para Medeiros (2003) o abandono do lote muitas vezes está intrínseco à precariedade da infra-estrutura do assentamento, ocorrendo principalmente nos primeiros anos, quando as condições de infra-estrutura ainda são extremamente deficitárias. Cita como exemplo as dificuldades de transporte, o acesso à escola, a assistência médica e a ausência de apoio à produção.

Benedetti (2004) também analisa a questão sob este viés. Conforme a autora há questões estruturais que predispõem os assentados a saírem do assentamento. Toma por exemplos a demora na liberação dos créditos, a precariedade da infra-estrutura, a situação de pobreza das famílias e as dificuldades de adaptação ao novo local.

No caso da Ramada, alguns destes problemas citados pelos autores estão presentes, sendo que as famílias que mencionaram que venderiam o lote por outra área maior, demonstravam também uma preferência por lotes mais próximos dos centros urbanos. Esta preferência, de certo modo, decorre das dificuldades de acesso à cidade, um dos problemas que devem ser superados.

A troca de lotes entre assentados é outra modalidade comum e legal, desde que ela ocorra com o aval dos demais assentados. As famílias da comunidade são informadas da troca com antecedência, reúnem-se e decidem coletivamente se aceitam ou não a troca. Essas trocas ocorrem normalmente entre famílias que desejam ir para assentamentos em sua região de origem. Os motivos subjacentes são a proximidade dos familiares ou o trabalho em atividades agrícolas que desenvolviam anteriormente e não são ideais na região em que foram assentados.

Houve diminuição das famílias residentes no assentamento atualmente (93), em relação às famílias assentadas (102). Este fenômeno pode ser explicado, em parte, pelas uniões entre os assentados, ou seja, homens e mulheres solteiros que receberam lotes e mais tarde se casaram, ficando, portanto, com dois lotes.

Afora estes elementos, os entrevistados comentaram que o assentamento é muito importante em suas vidas. A propriedade da terra lhes dá um sentimento de segurança e tranquilidade, a certeza de que não precisarão abandoná-la de repente, como ocorria quando eram arrendatários. Hoje, a terra em que trabalham é sua terra, assim como a renda obtida da produção também é sua. Nas palavras da assentada R. F.: *‘É tudo, o começo de uma vida que você jamais imaginaria se não fosse o assentamento.’*

6. Considerações finais

Observamos hoje, tanto no Brasil, quanto em outros países, diferentes formas de desenvolvimento agrário. A forma como se apresenta a questão agrária e o espaço rural, em cada qual, resultam de um espaço historicamente construído com base na cultura, nos valores, nos interesses capitalistas e na luta dos segmentos e movimentos sociais. Sendo o espaço geográfico, conseqüentemente o espaço rural, reflexo das lutas entre classes, uma correlação de forças mais equilibrada em alguns países levou a uma maior consciência social na implementação de um modelo de desenvolvimento agrícola.

Por outro lado, no Brasil, historicamente a elite agrária delineou o destino político, econômico e social do país, construindo o atual espaço rural e determinando as relações hoje estabelecidas no meio rural, no meio urbano e entre ambos. A reconfiguração deste espaço perpassa pela modificação das relações que o permeiam. Estas mudanças ocorrem no bojo da luta de classes e muito mais que transformar o espaço elas permitem a construção de uma nova sociedade.

A luta no campo brasileiro atualmente é desenvolvida principalmente por movimentos sociais, dentre os quais se destaca o MST. Porém, grande parcela dos pequenos produtores se recusa a participar desta luta, muitas vezes até se opondo a ela por desconhecer sua capacidade de transformação social. Permanecem assim lutando pela sobrevivência em um modelo economicamente excludente.

As políticas públicas que se desenvolveram pós 1964 voltaram-se prioritariamente para os grandes produtores que tinham condições de incorporar as tecnologias químicas e mecânicas. A tecnologia está a disposição de todos os segmentos rurais. Porém seu uso na pequena exploração resulta em uma situação de dependência, tanto tecnológica, quanto financeira e do mercado. Esta dependência é responsável pela queda na qualidade de vida dos produtores familiares e, em casos extremos, provoca a sua expropriação. Neste aspecto, a produção para subsistência é de suma importância, uma vez que interfere na qualidade de vida da família rural e diminui a dependência externa dos produtores.

Nos assentamentos a situação não é diferente, considerando que os assentados constituem-se em pequenos produtores rurais. Embora o principal cultivo da Ramada seja a soja, uma monocultura, ela co-existe com outras culturas e

atividades típicas da pequena propriedade. Este aspecto diferencia a produção de soja praticada na Ramada da produção de soja em unidades produtivas especializadas que não praticam outros cultivos e/ou atividades. Mesmo não sendo expressiva a produção de alimentos básicos destinada ao mercado, ela contribui para dinamizar a economia local, regional e nacional.

A soja é produzida no assentamento Ramada desde sua criação. Dentre os fatores determinantes destacam-se a menor instabilidade de seu preço, facilidades oferecidas pela COTRIJUC aos associados, bem como o crédito do PRONAF disponível aos produtores desta cultura.

Há que se considerar que na Ramada, mesmo produzindo para o mercado, é inegável que o assentamento promoveu um rearranjo do processo produtivo. A área em questão anteriormente possuía pecuária extensiva com baixo dinamismo. Atualmente esta mesma área caracteriza-se por uma considerável produção de soja e leite, bem como de alimentos básicos.

Também a fragmentação da grande propriedade em pequenas unidades de produção determina uma nova organização dos espaços antes pertencentes à grande propriedade. Isto faz com que os assentamentos rurais configurem uma lenta, porém progressiva reestruturação do espaço rural, na qual a grande exploração monocultora cede espaço a pequenas unidades de produção plurifuncionais²².

O aumento da população rural é outro aspecto importante nas mudanças decorrentes da criação de assentamentos. Em Júlio de Castilhos houve um aumento populacional de aproximadamente 600 habitantes em função do assentamento Ramada, pois as famílias assentadas são provenientes de outra região. Esta população determina uma maior pressão sobre a demanda de infra-estrutura e equipamentos sociais como postos de saúde, escolas, estradas, etc. Todavia, esta pressão, em alguns casos, pode resultar em benefícios à própria população local. Podemos citar como exemplo a escola do assentamento criada com recursos dos governos federal e estadual, e que atende inclusive filhos de produtores rurais próximos ao assentamento.

Estes fatos em conjunto comprovam que os assentamentos, hoje, desempenham importante papel nos planos social e econômico. Do ponto de vista

²² Expressão utilizada por Schneider (1999a) para caracterizar os imóveis rurais nos quais pratica-se a policultura e a família é pluriativa, desempenhando tanto atividades agrícolas, quanto não-agrícolas.

social eles são responsáveis por uma diminuição, mesmo que relativa, da pobreza, do desemprego, da fome. Os assentamentos, aí incluído a Ramada, vêm possibilitando a reprodução, a alimentação e a melhor qualidade de vida. As condições sócio-econômicas dos assentados são substantivamente melhores do que se estivessem na periferia dos centros urbanos, engrossando a massa de favelados, desempregados e marginais.

Os assentamentos vêm gerando renda e aumentando os postos de trabalho, principalmente em atividades agrícolas, mas também não-agrícolas, embora estas últimas ainda sejam insipientes. A semelhança do que ocorre em outras regiões do Brasil e do mundo, as atividades não-agrícolas –pluriatividade– se manifestam como tendência, pois os assentados estão sujeitos a perda do poder aquisitivo como os demais produtores rurais.

No plano econômico, os assentamentos possuem importância fundamental. Muito embora a produção seja pequena, parte dela é levada ao mercado e isso têm possibilitado melhorar a qualidade de vida dos assentados, promovendo o desenvolvimento da economia em diversas escalas.

Hoje os assentados são reconhecidos como pequenos produtores rurais. Isto transparece nas pequenas conquistas como atendimento no posto de saúde, escola no assentamento, integração à vida política do município, integração ao mercado local, associação à cooperativas e dinamização da economia municipal.

Apesar dessas conquistas, permanecem ainda problemas relacionados à infra-estrutura, sobressaindo-se principalmente a precariedade das estradas e do transporte público. Aparentemente esses problemas tenderão a permanecer comprometendo a permanência das famílias no interior do assentamento e no mercado.

Porém, as novas atividades, assim como os próprios assentamentos rurais, que reterritorializam produtores marginalizados pelo sistema, trazem em seu bojo transformações para o espaço rural. Estas tendências comprovam mudanças nas correlações de poder. A pluriatividade tem possibilitado a permanência do pequeno produtor rural no campo e pode vir a ser meio de difusão de serviços e atividades até o momento tipicamente urbanas. Os assentamentos, por outro lado, têm possibilitado o acesso à terra a um contingente de trabalhadores rurais sem-terras, constituindo-se em uma forma de democratização do acesso à terra.

Todas estas alterações provocadas pelos assentamentos modificam as relações sócio-espaciais pré-estabelecidas. Isto conseqüentemente interfere nos valores, na cultura, na política e na economia, reorganizando-se desta maneira o espaço e construindo-se uma nova territorialidade onde o assentamento possui papel primordial.

Não obstante, o MST, assim como os assentamentos rurais, abarcam tanto uma dimensão territorial, quanto social. Ao universalizar a questão da terra no território nacional, reunindo agentes desterritorializados na luta por sua reterritorialização, reconhece os resultados nocivos da lógica produtivista. Reconhecer as implicações sociais, econômicas e ambientais do modo de produção capitalista implica em buscar não apenas resolver o problema de acesso à terra, mas construir uma nova territorialidade que garanta a permanência do homem no campo, sua qualidade de vida e a conservação do ambiente.

As mudanças associadas tanto aos assentamentos, quanto ao rearranjo do processo produtivo, resultam da necessidade de reformulação das velhas formas de organização da produção e do espaço rural como um todo. Portanto, vêm de encontro à melhoria da qualidade de vida da população rural, ao estabelecimento de um novo modelo de produção e à construção de um novo território no espaço rural.

Contudo, esta reconfiguração do espaço rural, ou (re)construção do território não é pacífica, devido aos interesses divergentes dos diferentes segmentos envolvidos. A construção/desconstrução/reconstrução dos territórios se processa dialeticamente, numa busca incessante por um modelo ideal. Os assentamentos e as novas formas de organização da produção neles desenvolvidas não se constituem no modelo ideal, uma vez que não encerram a problemática agrária e ainda apresentam muitos problemas que emperram seu desenvolvimento harmônico. Os embates vivenciados no processo de construção do território dos assentados comprovam o quanto este modelo está inacabado.

Deve-se considerar, porém, que o movimento da sociedade se processa dialeticamente a partir de uma constante relação entre novas ações e velhas situações, de modo que a busca por um modelo mais adequado é contínua e o modelo presente sempre estará inconcluso. Por isso que os assentamentos e as mudanças decorrentes de sua criação são importantes, apesar de seus problemas, pois eles inserem elementos novos no espaço rural, lançando as bases para a mudança da sociedade a partir da reconstrução do território.

Referências

ABRAMOVAY, R. *In* MEDEIROS, L. *et al.* *O mundo desencantado dos assentamentos. Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar.* São Paulo: UNESP, 1994, 331p.

ALBUQUERQUE FILHO, C. A. C. de. A reforma agrária no Brasil. *Jus Navigandi*, Teresina, a. 4, n. 46, outubro de 2000. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1672>. Acesso em: 04 jun 2004.

ALENTEJANO, P. R. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. *Cadernos do Ceas*. Salvador, nº166, nov/dez 1996, p.19-35.

_____. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? *In*: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.147-173.

_____. O que há de novo no rural brasileiro? *Terra Livre*. São Paulo, nº15, 2000, p.87-112.

_____. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Terra Livre*. São Paulo, nº21, jul/dez. 2003, p.25-39.

ANDRADE, M. C. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984, 132p.

AUED, I. M. Marxismo e geografia. *In*: ALBA, R. S.; OUTSUSCHI, C. & ZIBORDI, A. F. G. (orgs.). *O ensino da geografia no novo milênio*. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2002, p.13-58.

BAVARESCO, P. A. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.251-307.

BECKER, B. K. Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.153-184.

BENEDETTI, A. C. Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. *In*: MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 53-95.

BERGAMASCO, S. M. P. P. & NORDER, L. A. C. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301)

_____. *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003, 191p.

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, 147p.

BRENNEISEN, E. C. Assentamento Sepé Tiarajú: persistências do passado, fragmentos do presente. *In: MARTINS, J. S. (org.) et al. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.53-106.

BRUM, A. J. *A modernização da agricultura – trigo e soja*. Petrópolis: Vozes/FIDENE, 1998, 200p.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra – escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000, 263p.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. *In: MOREIRA, R. J. (org.) & COSTA, F. C. Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p.223-240.

CARRION Jr, F. M. A economia do Rio Grande do Sul – evolução recente. *In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.) RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.403-424.

CARVALHO FILHO, J. J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. *In: LEITE, S. (org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p.193-223.

CASTRO, A. C. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*. Brasília: Binagri, 1979.

CESAR, G. Ocupação e diferenciação do espaço. *In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.) RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.07-28.

COELHO, M. C. N. A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). *In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. & CORRÊA, R. L. (orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.245-281.

CONTERATO, M. A. & MIORIN, V. M. F. A tipologia da estrutura dimensional da pequena produção familiar na área da bacia hidrográfica do rio Ibicuí – RS. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre: AGB, 2001, vol.27, p.118-127.

CUNHA, R. MP da desapropriação deverá ser mantida. *Com Ciência*. jun/2003. disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr04.shtml>. Acesso em: 15 jun 2004.

DAVID, C. D. & CORRÊA, W. K. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira – de 1960 aos dias atuais. *Geosul*. Florianópolis: UFSC, 2003.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*. vol. 1, nº 1. São Paulo: Universidade de São Paulo - Instituto de Estudos Avançados – IEA, 2001, p.157-172.

ESTERCI, N. *et al.* Assentamentos rurais: um convite ao debate. *Reforma Agrária*. 03 (22): 4 – 15, 1992.

FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. *Júlio de Castilhos*. Disponível em: <http://www.juliodecastilhos.famurs.com.br/>. Acesso em: 07 jul 2003.

FAUSTO NETO, A. M. Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1982, 211p.

FERNANDES, B. M. *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996, 285p.

_____. *Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária*. NERA-Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Série Estudos, nº2, UNESP, 1998, p.01-32.

_____. A questão agrária em sua nova configuração sócio-econômica, política e territorial. *In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M. & EGLER, C. A. G. (org.). Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.223-231.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. Movimento social como categoria geográfica. *Geografia, Política e Cidadania. Terra Livre*. São Paulo, nº15, 2000b, p.59-85.

FONSECA, M. I. (coord.) O Banco do Brasil libera R\$ 2,7 bilhões para custeio agrícola. *Conjuntura Agrária*. Departamento de Economia Rural – FCAVI/UNESP – Campus de Jaboticabal. v.7, nº11, nov/1997. Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/Departamentos/economia/caract/Servicos/BOLNOV97.html>. Acesso em: 07 jun 2004.

FPA - Fundação Perseu Abramo. O sonho da reforma agrária começa a tomar forma. *Boletim Periscópio*. dez/2003. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/periscopio/122003/impressao01.htm>. Acesso em: 11 jun 2004.

FRANTZ, T. R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola – o caso da Cotrijuí*. Ijuí: FIDENE, 1982, 249p.

GARDINI, A. Governo traz novas propostas para RA. *ComCiência*. jun/2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr02.shtml>. Acesso em: 15 jun 2004.

GOMES DA SILVA, J. A reforma agrária no Brasil. *In: STÉDILE J. P. (org.) A*

questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p.165-190.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Divisão Municipal*. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo. 1997.

_____. *Atlas sócio econômico do Rio Grande do Sul 2002*. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/>. Acesso em: 02 jul 2004.

GRAC – Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo. *Reforma agrária*. Disponível em: <http://www.ra.rs.gov.br/>. Acesso em: 29 set 2004.

GRADE, M. *MST: Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista*. Florianópolis/UFSC, 1999, 318p. (Dissertação de Mestrado).

GRAZIANO DA SILVA, J. Viabilidade de uma reforma agrária em São Paulo *In*: STÉDILE J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p.191-202.

_____. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2ªed., Campinas: UNICAMP, 1998, p.105-149.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. *In*: STÉDILE, J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. 2ª ed., Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1994, p.285-297.

GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1994. *Reforma agrária*. Campinas/SP, v.25, jan/abr de 1995, p.65-95.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 255p.

HAESBAERT, R. (org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EDUFF, 1998, p.11-53.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400p.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de dados agregados*. Disponível em: <http://www.http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>. Acesso em: 09 set 2004.

_____. *Cidades*. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 11 set 2003.

ICONE - Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais. *Rodada Uruguai*. Disponível em: <http://www.iconebrasil.org.br/portugues/>. Acesso em: 01 fev 2005.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Porto: Portucalense Editora, 1972, 221p. Tradução: João Antunes.

LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. 2ª ed., Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997, vol.1, 336p. Tradução: Angela Maria Naoko.

_____. *A agricultura familiar: comparação internacional. Do mito à realidade*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998, vol.2, 348p. Tradução: Frédéric Bazin.

LEITE, S. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: Aspectos políticos, econômicos e sociais. *Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Fortaleza – CE, 1998.

_____. Assentamentos rurais: impactos locais e geração de emprego. *ComCiência*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr11.shtml>. Acesso em: 15 jun 2004.

LUFT, C. P. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. 5ªed., São Paulo: Scipione, 1987, 583p.

MARTINS, J. S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, 173p.

_____. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: MARTINS, J. S. (org.) *et al. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.11-52.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Moraes, 1984, 119p.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Créditos de produção*. Diretoria de Assentamento – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrut/snda/assent/creditop.htm>. Acesso em: 07 jun 2004.

MEDEIROS, L. S. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, 103p. (Coleção Brasil Urgente)

MEDEIROS, L. S.; SOUSA, I. C. & ALENTEJANO, P. R. R. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. *Proposta*. nº77, junho/agosto de 1998, p.54-63.

MELLO, M. A. & SCHMIDT, W. A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no oeste catarinense: possibilidades para construção de modelos heterogêneos. In: PAULILO, M. I. & SCHMIDT, W. (orgs.) *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p.71-98.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z. & BRANDÃO, C. R. (org.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Poa/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995, p.76-92.

MIORIN, V. M. F. & BEZZI, M. L. A dialética da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. *Boletim de Geografia Teorética*, 18 (35-36), 1988, p.115-122.

MOREIRA, I. A. G. & COSTA, R. H. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. 2ªed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, 110p.

MST. *Somos sem terra*. nº 2, 2001, 72p. (Coleção Pra Solettrar a Liberdade).

MST-RS - Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Rio Grande do Sul. *Assentamentos do Rio Grande do Sul*. Disponível: <http://empresa.portoweb.com.br/mstrs/AssentamentosPorMunicipio.asp>. Acesso em: 25 de nov. 2003.

_____. *Uma história de lutas*. Disponível em: <http://empresa.portoweb.com.br/mstrs/luta.asp>. Acesso em: 03 jun. 2004.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S. & MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, p.19-68.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. *Boletim de Geografia Teorética*. nº 25, 1995, p.15-58.

PACHECO, M. E. L. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STÉDILE J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p.203-220.

PAULILO, M. I.S.; DE GRANDI, A. B. & SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, M. I. S. & SCHMIDT, W. (orgs.) *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p.15-38.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. 8ªed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 142p.

PLEIN, C. & SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M. L. & RAMOS, J. M. (editores). *Agronegócio e desenvolvimento sustentável*. Francisco Beltrão, 2003, p.45-69.

POKER, J. G. Cooperação e cooperativismo no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *ComCiência*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr14.shtml>. Acesso em: 15 jun 2004.

POLI, O. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999, 185p.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1979, 188p.

RODRIGUES, A. M. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. Geografia, política e cidadania. *Terra Livre*. São Paulo, nº11-12, 1993, p.77-90.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. *In: STÉDILE J. P. (org.) A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p.105-136.

_____. Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural. *In: Agricultura sustentável*. Jaguariúna, v.3, nº1/2, jan./dez. 1996, p.34-41.

_____. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998, 272p.

SABOURIN, E. Emprego e renda. Agricultura familiar, coletividades territoriais e construção dos territórios no nordeste semi-árido. *In: SABOURIN, E. & TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002, p.197-215.

SANTOS, M. O retorno do território. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de & SILVEIRA, M. L. (org.). Território: globalização e fragmentação*. 2ª ed., São Paulo:Hucitec-ANPUR, 1996, p.15-20.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, 384p.

SAUER, S. A luta pela terra e a reinvenção do rural. *XI Congresso Brasileiro de Sociologia*. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, set/2003, 26p.

_____. A proposta de “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil. *Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA* -. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org.br/artigo73.htm>. Acesso em: 04 jun. 2004.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999a, 205p.

_____. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1999b. (Tese de doutorado)

_____. Pluriatividade e agricultura familiar no sul do Brasil: Rio Grande do Sul e Santa Catarina em perspectiva comparada. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.143-175.

SCHWENDLER, S. F. A luta pela terra e a recriação social da vida no campo. *GeoNotas*. Departamento de Geografia da Universidade de Maringá, vol.4, nº3, jul/ago/set 2000. Disponível em: <http://www.dge.uem.br/geonotas/vol4-3/Schwendler.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2003.

SILVA, J. G.; BASALDI, O. V. & GROSSI, M. E. D. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *In: SILVA, J. G. et al. São Paulo em perspectiva.* 11(2), 1997.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C. & DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. *In: Caderno CRH – Revista Semestral do Centro de Recursos Humanos.* Salvador, nº28, jan/jun 1998, p.113-153.

SILVA, M. A. M. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. *In: MARTINS, J. S. (org.) et al. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.107-157.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. & CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p.77-116.

TEIXEIRA, G. Crédito fundiário e combate à pobreza versus Banco da Terra: trocando seis por meia dúzia. *Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA -*. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org.br/artigo06.htm>. Acesso em: 04 jun. 2004a.

_____. Realidade das metas e o fracasso da estratégia política do programa de reforma agrária do governo FHC. *Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA -*. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org.br/artigo85.htm>. Acesso em: 04 jun. 2004b.

TEIXEIRA, G. & ZERO, M. Nova rodada da OMC: liberalização comercial versus justiça social. *Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.* Brasília, outubro de 2001. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org.br/abraeomc.htm>. Acesso em: 04 jun. 2004.

VENDRAMINI, C. R. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST.* Ijuí: Ed. Unijuí, 2000, 232p.

WANDERLEY, M. N. B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). *In: MARTINS, J. S. (org.) et al. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.203-246.

WOHLENBERG, E. O que é a febre aftosa? *Agroline.* Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=3&pg=1&n=2>. Acesso em: 10 mar. 2005.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES

Data: ____/____/____

1. A formação do assentamento

• Acampamento:

1. Histórico: como foi o período do acampamento, a escolha do lugar e a forma como ocorriam as decisões?

2. Sobrevivência: quais eram as formas de organização e reprodução no acampamento?

3. Dificuldades enfrentadas no período.

4. Comente sobre os auxílios recebidos (alimentação, outros):

5. Qual a importância desta fase da luta pela terra?

• Assentamento – 1º fase:

1. A quem pertencia a fazenda onde se localiza o assentamento, qual sua área e qual as atividades desenvolvidas?

2. Como se desenrolou o processo de desapropriação da área?

3. Como ocorreu a seleção das famílias para o assentamento e a divisão dos lotes?

4. Quando e como se deu o processo de regularização da terra/lotes?

5. Comente sobre o período inicial do assentamento, destacando o processo de instalação dos assentados nos lotes e a construção de infra-estrutura, os custos iniciais e os auxílios e financiamentos obtidos.

6. Quais as primeiras atividades e cultivos, e qual sua finalidade?

7. Fale sobre as principais dificuldades enfrentadas neste período.

● **Assentamento – 2º fase:**

1. Como se desenvolveu o processo de decisão quanto a forma de organização da produção, bem como da organização espacial do assentamento?

2. Sobrevivência: quais as formas de organização e reprodução no assentamento?

3. Quantas famílias residem na agrovila? _____

4. Quais os fatores que levaram estas famílias a formarem uma agrovila?

5. Dificuldades enfrentadas:

2. A estrutura organizacional

1. Os assentados se organizam produtivamente de forma:

() individual () coletiva () semi-coletiva

1.1. Por quê?

2. Núcleos de famílias: número de núcleos no assentamento, famílias por núcleo, forma de seleção das famílias, regimento, importância para os assentados.

3. Quais as principais conquistas dos assentados?

4. Comente sobre as normas de compra e venda de lotes no assentamento e sobre a rotatividade dos assentados.

5. Fale sobre as normas/obrigações a serem cumpridas pelos assentados.

6. Cooperativa: comente sobre sua formação, formas de organização da produção e do trabalho e motivos que levaram ao seu fechamento.

7. Principais dificuldades referentes a estrutura organizacional do assentamento.

3. Políticas Públicas

1. Quem é responsável pela assistência técnica aos assentados e como ela ocorre?

2. Quais os financiamentos obtidos (fonte, valor, finalidade e período de carência)?

3. Como vem sendo o pagamento das dívidas? Existe inadimplência?

4. Como vê a atual política do governo federal e estadual para os assentamentos?

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSENTADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSENTADOS

Nº _____

Data: ____/____/____

1. Nome do entrevistado: _____

2. Núcleo: _____

1. Antecedentes dos assentados

1. Lugar de origem da família e o que faziam:

2. Antes de ingressar no Movimento era:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> proprietário de terras | <input type="checkbox"/> parceiro |
| <input type="checkbox"/> arrendatário | <input type="checkbox"/> assalariado |
| <input type="checkbox"/> desempregado | <input type="checkbox"/> outro |

3. Renda média mensal da família neste período:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> até 1 sal. mín. | <input type="checkbox"/> de 1 a 2 sal. mín. |
| <input type="checkbox"/> de 2 a 4 sal. mín. | <input type="checkbox"/> de 4 a 6 sal. mín. |
| <input type="checkbox"/> mais de 6 sal. mín. | |

2. Formação do assentamento

1. Motivos que levaram a família a ingressar no MST:

2. Lembranças do período do acampamento (como era a área, como sobreviviam, quais as principais dificuldades):

3. O que trouxeram para o assentamento (mudança, ferramentas, animais)?

4. Quais as lembranças do início do assentamento (processo estruturação, primeiras culturas)?

3. Estratégias de reprodução

• **Atividades agropecuárias: organização da produção:**

1. Produtor: () individual () coletivo () semi-coletivo
 2. Uso da terra: principais cultivos, área ocupada (ha) e finalidade da produção.

Cultivos	Área plantada (ha)	Finalidade	
		Subsistência	Mercado
soja			
feijão			
milho			
fumo			
mandioca			
hortaliças			
laranja			
trigo			
arroz			
batata-inglesa			
erva-mate			
aveia			
outros			

3. Adota sistema de produção alternativo (agroecológico)?

() sim () não

3.1. Quais os produtos cultivados sob este sistema?

3.2. Porque adota este sistema? Há vantagens/retorno econômico?

4. Técnicas utilizadas: () irrigação () rotação de culturas
 () curvas de nível () adubação verde
 () plantio direto () outra

4.1. Porque utiliza esta(s) técnica(s)? Quais suas vantagens?

5. Insumos utilizados: () uréia () calcário
 () adubo orgânico () adubo químico
 () fungicida () herbicida
 () inseticida () sementes
 () outros

6. Equipamentos de trabalho motorizados:

() tratores () tobata
 () colheitadeiras () caminhão
 () camionete () outros

7. Uso da terra: principais criações, nº de cabeças e finalidade:

Criações	Nº de cabeças	Finalidade	
		Subsistência	Mercado
gado de corte			
gado leiteiro			
suínos			
eqüinos			
ovinos			
aves			
piscicultura			
apicultura			
outros			

8. Cuidados com a pecuária: () uréia () sal
 () ração () vacina
 () outros – quais? _____

• **Atividades não agrícolas desenvolvidas na propriedade:**

1. Principais produtos da indústria doméstica e finalidade da produção:

Produtos	Finalidade			
	Subsistência	Mercado		
		Feira	Comércio informal (assentamento, etc.)	Supermercado e outros
queijos				
pães				
pastéis				
bolos				
doces				
outros				

2. Pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas na propriedade:

- () atividades agrícolas
 () atividades não agrícolas

3. Pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas fora da propriedade: _____

3.1. Atividade exercida: _____

3.2. Local: _____

3.3. Motivos que levaram ao emprego nesta atividade:

• **Assistência técnica e financeira:**

1. Recebe assistência técnica? () sim () não

2. Órgão(s) responsável(is) pela assistência:

- () Cooptec () Emater
 () prefeitura () _____

3. Qual a freqüência da assistência? _____

4. Como qualificaria a assistência recebida?

- () muito boa () boa () regular () ruim

5. Possui financiamento atualmente? () sim () não

5.1. Em caso afirmativo, qual sua fonte?

- () Procera () Pronaf
 () RS Rural () _____

5.2. Qual a finalidade e o período de carência do financiamento?

• **Comercialização da produção:**

1. É associado a cooperativa? sim não
 1.1. Qual? Coopterra Cotrijuc
 _____ _____
2. Quais as vantagens de ser sócio de uma cooperativa?
-
-
3. Produtos vendidos para:
 3.1. Cooperativas: _____
 3.2. Supermercados: _____
 3.3. Outros intermediários: _____
 3.4. Consumidor direto na feira: _____
 3.5. Consumidor direto no assentamento: _____
4. Principais problemas/dificuldades relacionados à comercialização:
-
-
-

4. Condições de vida dos assentados

1. Pessoas residentes no lote segundo sexo, idade e escolaridade:

Grau de parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade

2. Tipo de casa: alvenaria madeira mista
3. Estado de conservação da casa:
 muito bom bom regular ruim
4. Possui instalação sanitária? sim não
5. Qual o destino dos dejetos?
 fossa séptica latrina a céu aberto
 sanga
6. Eletrodomésticos:
 fogão máquina de lavar
 geladeira rádio/aparelho de som
 freezer televisão
 refrigerador antena parabólica
 liquidificador/batedeira
7. Veículos:
 caminhão caminhoneta
 carro de passeio/ano moto
 charrete outro

ANEXO 3

**CÓPIA DA MATRÍCULA 7.894 DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA
COMARCA DE JÚLIO DE CASTILHOS.**



OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE JÚLIO DE CASTILHOS

LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL



Matrícula 7.894

Fls. 1

Matrícula
7.894

Júlio de Castilhos, 28 de setembro

de 1988

Imóvel - Uma fração de terras de campos e matos, sem benfeitorias, com a área de 1.383,394813ha (hum mil, trezentos e oitenta e tres hectares, trinta e nove ares, quarenta e oito centiares e treze deciares) denominada "Fazenda da Ramada", situada no distrito da sede deste município, com as seguintes confrontações: ao NORTE, com terras da "Fazenda Boa Vista" de sucessores de Juvenal Dias da Costa e pelo lagoado Boa Vista; ao SUL, com terras da "Fazenda da Ramada" pertencentes a sucessão de Dora Castilhos Reginatto; ao LESTE, pelo arroio Redomona, com terras dos irmãos Bevilacqua, Antonio Pigatto, Maximino Rubin e José / Pigatto e ao OESTE, com terras da "Fazenda Boa Vista" de sucessores de Juvenal Dias da Costa. Proprietários: ARAMYS CASTILHOS DE ARAUJO LOPES (512,097406ha) e FERNANDO GARCIA SANTAYANA DE LIMA (871,297406ha). Origens: Transcrições: nº 21.536, fls.47, lv.3-S de 15 de agosto de 1972 (345,848703ha); nº 23.107, fls.134, lv.3-T de 25 de abril de 1975 (166,248703ha) e nº 23.265, fls.170, lv.3-T de 03 de julho de 1975 (871,297406ha). C/Cz\$285,30. Júlio de Castilhos, 28 de setembro de 1988. . . .
Luiz Alberto Magri Pereira - Escrevente autorizado.

R.1/7.894 - HERANÇA (Quinhão) - Transmitente: O espólio de Aramys Castilhos de Araujo Lopes, aliena da fração ideal que possui no imóvel acima matriculado, tão somente a área de 345,848703ha (trezentos e quarenta e cinco hectares, oitenta e quatro ares, oitenta e sete centiares e tres deciares). Adquirente: THEREZINHA DE JESUS LOPES DE LIMA, brasileira, casada com Fernando Garcia Santayana de Lima, arquiteta, CPF/MF nº 129 427 407/77, residente e domiciliada na "Fazenda da Ramada", distrito da sede deste município. Título: Formal de Partilha extraído dos autos do arrolamento nº 5878-61/88, homologado em 11 de agosto de 1988, pelo Juiz de Direito Substituto desta Comarca, doutor Artur Arnildo Ludwig. Valor: Cz\$6.912.800,00 (seis milhões, novecentos e doze mil e oitocentos cruzados). INCRA: CI - 865 036 014 770/7. AT - 1.684,6ha. MF - 35,0. NMF - 43,27. FMP - 3,0. TIDF: Certidão nº 246713. Protocolo: Número 26.180, folhas 41, livro 1-E. C.Cz\$22.165,00. Júlio de Castilhos, 28 de setembro de 1988. Luiz Alberto Magri Pereira - Escrevente autorizado.

R.2/7.894 - HERANÇA (Quinhão) - Transmitente: O espólio de Aramys Castilhos de Araujo Lopes, aliena o restante da fração ideal que possui no imóvel acima matriculado, ou seja, 166,248703ha (cento e sessenta e seis hectares, vinte e quatro ares, oitenta e sete centiares e tres deciares). Adquirente: THEREZINHA DE JESUS LOPES DE LIMA, brasileira, casada com Fernando Garcia Santayana de Lima, arquiteta, CPF/MF nº 129 427 407/77, residente e domiciliada na "Fazenda da Ramada", distrito da sede deste município. Título: Formal de Partilha ex -

(continua no verso)

extraído dos autos do arrolamento nº 5878-61/88, homologado em 11 de agosto de 1988 pelo Juiz de Direito Substituto desta Comarca, doutor Arnildo Ludwig. Valor: Cz\$3.324.965,00 (tres milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e cinco cruzados). INCRA: CI - 865 036 014 770. AT - 1.684,6ha. MF - 35,0. NMF - 43,27. FMP - 3,0ha. IBOF Certidão número 246713. Protocolo: Numero 26.180, folhas 41, Livro 1-E. C.Cz\$11.221,00. Júlio de Castilhos, 28 de setembro de 1988. *mmv* Luiz Alberto Magri Pereira - Escrevente autorizado.

Av. 3/7.894 - INCOMUNICABILIDADE - Procedê-se a esta averbação nos termos do Formal de Partilha extraído dos autos do arrolamento nº 5878-61/88, em 29 de agosto de 1988, pela escritã judicial desta Comarca, Maria Luiza Lopes Gonzalez, o qual foi homologado em 11 de agosto de 1988, pelo Juiz de Direito Substituto, doutor Artur Arnildo Ludwig, para constar que, conforme disposiçã testamentãria, as frações de terras com a área de 345,848703ha constante do R.1/7.894 e com a área de 166,248703ha constante do R.2/7.894, de propriedade de Therezina de Jesus Lopes de Lima, brasileira, casada com Fernando Garcia Santayana de Lima, arquiteta, CPF/MF nº 129 427 407/77, residente e domiciliada na "Fazenda da Ramada", distrito da sede, deste município, fica gravada com a cláusula de INCOMUNICABILIDADE. Dou fe. C.Cz\$142,60. Júlio de Castilhos, 28 de setembro de 1988. *mmv* Luiz Alberto Magri Pereira - Escrevente autorizado.

R. 4/7.894 - DESAPROPRIAÇÃO. Conforme Carta Precatória de Imissão de Posse e Registro, dirigida ao Juiz de Direito da Comarca de Júlio de Castilhos-RS, por parte da doutora Tãnia Terezinha Cardoso Escobar, Juíza Federal da décima segunda Vara e por esta assinada, datada de 29 de março de 1.989, com o devido cumpria-se da Juíza de Direito desta Comarca em 12 de abril de 1.989, em cumprimento a sentença exarçada pela Juíza Federal da décima segunda Vara, nos autos do Processo número ... 7830270 que o INCRA promoveu contra Fernando Garcia Santayana de Lima e Therezinha de Jesus Lopes de Lima, brasileiros, casados entre si, ele engenheiro, ela arquiteta, residentes e domiciliados neste Município, inscritos no CPF/MF sob número 129.427.407/77, foi decretada a Imissão de Posse sobre a área de 871,297406 ha. (oitocentos e setenta e um hectares, vinte e nove ares, setenta e quatro centiares e seis deciares), constante do imóvel objeto desta matrícula, em nome do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal com sede em Brasília-DF, vinculada ao Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário - MIRAD. Valor: Cz\$2.118.523,82 (dois milhões, cento e dezotoito mil, quinhentos e vinte e tres cruzados e oitenta e dois centavos). Protocolo: Número 27.486, folhas 69, Livro 1-E. C.Ncz\$11,40 - Júlio de Castilhos, 12 de abril de 1.989. *mmv* Bel. Nadir da Silva Borges Pereira, oficial.

R. 5/7.894 - COMPRA E VENDA - Transmitente: Therezinha de Jesus Lopes de Lima, brasileira, casada, arquiteta, CPF/MF número 129 427 407/77, residente e domiciliada no município de Júlio de Castilhos-RS, assistida por seu marido Fernando Garcia Santayana de Lima, brasileiro, engenheiro eletricista, CPF/MF número 129 427 407/77, residente e domiciliado no município de Júlio de Castilhos-RS, aliena a área remanescente do imóvel objeto desta matrícula, ou sejam 512.097406ha (quinhentos e doze hectares, nove ares, setenta e quatro centiares e seis deciares)

Continua na folha 2...

Matrícula 7.894/2



OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE JÚLIO DE CASTILHOS

LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL



Fls. 2

Matrícula

Júlio de Castilhos, 07 de junho

de 1989

7.894

Continuação da folha 1...

havida conforme R.1/7.894 e R.2/7.894. Adquirente: FUNDO DE TERRAS DO / ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FUNTERRA-RS, representado pelo Presidente do Conselho de Administração doutor Odacir Klein, brasileiro, casado, / advogado, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre-RS. Título: Escritura pública de compra e venda, números 6.573 - ordinal e 46.796 / geral, folhas 145, livro 66-C, lavrada no Tabelionato de Viamão-RS, em 09 de março de 1.989. Valor: NCz\$544.960,32 (quinhentos e quarenta e / quatro mil, novecentos e sessenta cruzados novos e trinta e dois centavos). OBS: Deixou de ser apresentada a Guia Informativa em razão de inexistir Lei Municipal em vigor, instituidora do Imposto de Transmissão 7 sob bens imóveis, nos termos do Provimento nº 04/89 de 01 de março de / 1.989, da Corregedoria Geral da Justiça. INCRA: Código do Imóvel número 865 036 014 770. Protocolo: Número 27.676, folhas 68v, Livro 1-E. C. / NCz\$527,25. Júlio de Castilhos, 07 de junho de 1.989. Assinatura: Bel. Nadir da Silva Borges Pereira - Oficial.

Av. 6/7.894 - ADITAMENTO. Certifico nos termos da Escritura de Aditamento lavrada no Tabelionato da Comarca de Viamão/RS., pelo 2º oficial adjunto, Cláudio Gilberto Carvalho da Rocha, em 22 de fevereiro de 1991 sob número 8.594, folhas 067, livro 38 de Contratos, que o adquirente / do imóvel, objeto do R. 5/7.894 acima, é o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL através do Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul-FUNTERRA, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento deste Estado, com sede na avenida Borges de Medeiros, número 1.501, 20º andar em Porto Alegre/RS., inscrito no CGC/MF sob número 93.021.632/0001-12, e não como / constou. Dou fé. Protocolo: Nº. 30.181, fls. 118, Lv. 1-E. Júlio de Castilhos, 16 de abril de 1.991. Assinatura: Luiz Alberto Magri Pereira, escrevente autorizado.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia, extraída nos termos do artigo 19 § 1º da lei 6.015/73, alterada pela lei 6.216/75, é a reprodução autêntica da ficha a que se refere.

Júlio de Castilhos (RS), 22 de setembro de 2004.

Emol. R\$ 14,90

Lillane da Rosa Borges
CPF 437.187.870-91
Substituto do Oficial



(continua na verso)
COMARCA DE JÚLIO DE CASTILHOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)